

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

JOSÉ PETRÚCIO DE FARIAS JÚNIOR

**SOFISTAS E FILÓSOFOS NA ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL: O
OLHAR DE EUNÁPIO SOBRE A UNIDADE POLÍTICA DO
IMPÉRIO ROMANO NO SÉCULO IV D. C.**

**FRANCA
2007**

JOSÉ PETRÚCIO DE FARIAS JÚNIOR

**SOFISTAS E FILÓSOFOS NA ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL: O
OLHAR DE EUNÁPIO SOBRE A UNIDADE POLÍTICA DO
IMPÉRIO ROMANO NO SÉCULO IV D. C.**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação
em História da Faculdade de História, Direito e
Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho”, como requisito à obtenção do
título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho

**FRANCA
2007**

Farias Júnior, José Petrúcio de

Sofistas e filósofos na administração imperial : o olhar de Eunápio sobre a unidade política do Império Romano no século IV D.C. / José Petrúcio de Farias Júnior. –Franca : UNESP, 2007

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Roma – História antiga. 2. Antiguidade Tardia. 3. Eunápio – *Vida dos filósofos e sofistas* – Crítica e interpretação.

CDD – 937

JOSÉ PETRÚCIO DE FARIAS JÚNIOR

**SOFISTAS E FILÓSOFOS NA ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL: O
OLHAR DE EUNÁPIO SOBRE A UNIDADE POLÍTICA DO
IMPÉRIO ROMANO NO SÉCULO IV D. C.**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof^a. Dr^a. Margarida Maria de Carvalho - UNESP/Franca

1º Examinador: _____
Prof. Dr. Ruy de Oliveira Andrade Filho - UNESP/Assis

2ª
Examinadora: _____
Prof^a. Dr^a. Susani Silveira Lemos França - UNESP/Franca

Franca, ____ de _____ de 2007

AGRADECIMENTOS

À Deus destino meus primeiros agradecimentos, não por uma atitude meramente formal, mas pela presença constante em minha vida, especialmente no transcorrer desse trabalho.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Margarida Maria de Carvalho, pelo carinho e atenção com que dirigiu essa pesquisa. Sua leitura minuciosa e crítica me ofereceu uma experiência ímpar na minha formação profissional como historiador.

À CAPES, pelo apoio financeiro sem o qual os cursos de línguas bem como as viagens a congressos e a dedicação exclusiva à dissertação se tornariam inviáveis.

A todos os funcionários e professores da pós-graduação da Unesp-Franca os quais, no transcorrer das atividades acadêmicas, mostraram-se sempre atenciosos e dispostos a nos ajudar em relação à entrega das atividades do programa.

À professora Ana Teresa Marquês Gonçalves da UFG, pela atenção com que observou minha apresentação na Unesp de Assis e, posteriormente, os comentários críticos que me auxiliaram a lapidar as informações presentes no texto.

Ao professor Gilvan Ventura da Silva da UFES, pela gentileza e preocupação em enviar textos que me pudessem esclarecer pontos específicos sobre o neoplatonismo, presentes nessa pesquisa.

Às professoras Susani Silveira Lemos França e Maria Aparecida Lopes, membros da banca de qualificação, as quais permitiram um salto qualitativo na configuração da introdução e dos dois primeiros capítulos da dissertação.

Ao professor Fernando Kolleritz da Unesp-Franca, meus especiais agradecimentos pelo incentivo e pelo voto de confiança que depositou em mim na entrevista que antecedeu meu ingresso no Mestrado.

Ao meu amigo Patrick Falmbigl da Universidade da Áustria, Viena, o qual fez considerações importantes concernentes à estrutura do projeto de pesquisa.

À toda equipe da Albert-Ludwigs Universität de Freiburg, Alemanha, em especial, aos professores Robert Blasiak, ao Dr. Klaus Gauger, à professora Uta Schroeder e Uta Rothmund pela hospitalidade e viabilização da pesquisa na referida universidade; certamente, essa foi uma experiência inestimável.

Ao professor Raymundo da Universidade Estadual de Maringá, pelo incentivo em publicar artigos científicos para a Revista Espaço Acadêmico e pelo apoio e convite para participar do conselho editorial dessa revista. De fato, essa atividade promoveu um expressivo amadurecimento como pesquisador.

Aos meus professores dos cursos obrigatórios do mestrado, Alberto Ággio e Teresa Malatian, deixo também registrada minha gratidão pelos momentos construtivos em que estivemos juntos na sala de aula.

À minha colega de pós-graduação, Semíramis Corsi Silva, pela companhia aos congressos e por ter despertado em mim a necessidade de considerar a magia, na obra de Eunápio, e suas relações de poder.

À Helena Papa e à Nathália Junqueira, pela troca de informações em eventos que ocorreram durante o curso de mestrado.

Ao meu amigo Renato Juvêncio, pessoa que admiro pela honestidade, humildade e confiança construída no decorrer de muitos anos e pelas dicas no que tange à clareza das idéias apresentadas nesse trabalho.

E, principalmente, à minha amada família que me acompanhou em todos os instantes e apoiou-me em todas as atividades realizadas no mestrado: aos meus pais, Vera Maria Santos de Farias e José Petrúcio de Farias e ao irmão Guilherme Santos de Farias.

Se houvesse espaço, certamente, escreveria, com prazer, outra dissertação apenas para indicar a importância que eles detiveram durante esse período. Como não há, contento-me em verbalizar meu amor, gratidão e respeito pessoalmente, em doses homeopáticas, todas as vezes que nos vemos.

Enfim, a todos que colaboraram para que eu desse mais um passo na vida acadêmica, muito obrigado. Como pesquisador, sou produto dos esforços de todas essas pessoas, pois caminharam ao meu lado e incentivaram-me a produzir essa pesquisa, haja vista as dificuldades e preconceitos que enfrentamos em desenvolver uma investigação na área de História Antiga no Brasil.

“[...] o que tanto se lamenta não é bem o desaparecimento da história e, sim, o esfacelamento desta forma de história que, em segredo, mas de corpo inteiro, estava referida à atividade sintética do sujeito”. (FOUCAULT, M. A arqueologia do saber, 1986, p. 24).

RESUMO

Pretendemos, com essa pesquisa, analisar a obra *Vidas dos filósofos e sofistas*, redigida pelo historiador e sofista grego Eunápio, em 399, o qual retrata as *vidas* de neoplatônicos pertencentes à Ásia Menor, em especial, Sardes, cidade na qual nasceu. No interior dessa obra, evidenciaremos a questão administrativa do Império Romano por meio da atuação profissional de filósofos e sofistas neoplatônicos que ocuparam cargos administrativos sob a vigência dos imperadores cristãos. Propor-nos-emos, dessa forma, discorrer sobre a maneira como Eunápio, por meio dos artifícios retóricos mobilizados pela filosofia neoplatônica, avalia o exercício do poder imperial ocupado pelas elites cristãs e, em contrapartida, constrói, em nível literário, a imagem de filósofos e sofistas neoplatônicos na sociedade romana oriental tardia com a finalidade de evidenciar a representatividade política das elites locais neoplatônicas da Ásia Menor, uma vez que, gradativamente, as famílias abastadas não-cristãs eram preteridas dos ofícios públicos por conta da orientação político-religiosa instituída, conforme sugere Eunápio, por Constantino e culmina em Teodósio.

Palavras-chave: antiguidade tardia; segunda sofística; cristianismo, neoplatonismo; Eunápio.

ABSTRACT

We intend, with this research, to analyze the work "Lives of the Philosophers and Sophists" written by the historian and sophist Eunapius, in 399, which portrays the lives of the neoplatonicals belonging to Asia Minor, especially, Sardes, city in which he was born. In these work, we will put in evidence the administrative question of the Roman Empire through professional performance of neoplatonical sophists and philosophers that held administrative positions under the power of the Christian emperor. We propose, this way, to discourse how Eunapius, through rhetoric strategics, mobilized by neoplatonical philosophy, evaluates the exercise of the imperial power occupied by Christian elites and, in counterpoint, constructs, in literary level, the image of neoplatonical sophists and philosophers in the late eastern roman society to elucidate the political representative of the neoplatonical local elites of the Asia Minor, once, gradually, the non-Christian well-off families were far from public positions because of the religious-political orientation instituted, as suggests Eunapius, by Constantine and finalizes in Teodosian.

Keywords: late antiquity; second sophistic; christianism; neoplatonism; Eunapius.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
1 BIOGRAFIA E HISTÓRIA EM EUNÁPIO	27
1.1 Considerações Preliminares	28
1.2 Biografia e historiografia: problemas e contribuições para interpretação do gênero biográfico na Antiguidade.....	31
1.3 Eunápio e a compreensão histórica da Antiguidade Tardia: apropriações da historiografia anglo-americana.....	44
1.4 Tendências para interpretação das biografias eunapeanas: especialistas em Eunápio de Sardes	46
1.5 Eunápio e sua biografia histórica: a legitimação do registro biográfico como documento histórico	49
2 FILÓSOFOS E SOFISTAS EM EUNÁPIO DE SARDES	57
2.1 Tradição biográfica e Segunda Sofística em “Vidas de Filósofos e Sofistas”	58
2.2 Ásia Menor e a representatividade política das elites locais: um estudo sobre a Segunda Sofística.....	63
2.3 Sofistas e Filósofos: problemas de classificação em Eunápio	74
2.3.1 O conceito de filósofo	75
2.3.2 O conceito de “sofista”	85
3 FILÓSOFOS E SOFISTAS NEOPLATÔNICOS E ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL SOB OS IMPERADORES CRISTÃOS	96
3.1 Considerações Preliminares	97
3.2 Religião, Filosofia e Poder na Antiguidade Tardia	97
3.2.1 <i>Philotimia e Poder Imperial: o cenário político sob a perspectiva das elites locais</i>	105
3.2.2 <i>Eunápio e as elites locais da Ásia Menor: envolvimento político, redes de sociabilidade e intencionalidade na produção das Vidas</i>	109
3.3 Sofistas e Filósofos neoplatônicos e sua relação com o imperador em Eunápio	115
3.3.1 <i>A ascensão do cristianismo no corpo administrativo do Império Romano no IV século nas Vidas de Eunápio</i>	125
3.4 Caminhos para reflexão e compreensão das biografias eunapeanas	130
CONCLUSÃO	132
REFERÊNCIAS	138

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O resultado da pesquisa aqui apresentado insere-se no período denominado *Antiguidade Tardia*, o qual é produto de uma convenção compartilhada, a princípio, pelos historiadores alemães; depois, foi incorporado pelos historiadores norte-americanos e franceses, os quais, de acordo com W. F. Oliveira (1990, p. 5), acolheram o termo germânico *Spätantike* de Paul Hübinger (1952, p. 9) a fim de se reportar às especificidades históricas da sociedade greco-romana do IV e V séculos¹ a qual se caracteriza pela desagregação das instituições políticas do Império Romano. Todavia, as historiografias anglo-americana e francesa divergem entre si no que diz respeito aos marcos temporais usados para delimitação desse momento histórico que está, a rigor, situado em uma fase de transição, isto é, nas fronteiras entre a Antiguidade e a Idade Média. (VOGT, 1967, p. 6).

Dessa forma, as diferentes abordagens sugeridas pelos antiquistas resultaram em diferentes pontos de partida para delimitação do arco cronológico de pesquisas históricas que se desenvolvem sob a égide da expressão *Antiguidade Tardia*.

A historiadora Averil Cameron (1996, p. 7), por exemplo, sustenta que um grupo de historiadores associa o início da Antiguidade Tardia à fundação de Constantinopla por Constantino em 330 d.C. e finaliza com a queda do Império Bizantino em 1453. Além disso, destaca a diferente perspectiva adotada pelos teólogos que, em virtude do Concílio de Cálcedo, atribui o início do referido período a 451 d.C.

Para Oliveira (1990, p. 6) há mais duas tendências entre os pesquisadores em demarcar o ponto de partida desses estudos. Uma, prefere o ano de 395, data da divisão definitiva do Império Romano; e, outra, escolhe 475, já que indica a deposição do último imperador do Ocidente. Porém, Cameron (1996, p. 7) acredita que a maioria dos historiadores confortam-se em se referir à Antiguidade Tardia quando se reportam genericamente aos séculos quarto e quinto os quais podem ser denominados Baixo Império Romano ou Antiguidade Tardia.

¹ Todas as datas expostas no corpo do trabalho são d.C., quando utilizaremos a abreviatura a.C.

Ficaremos com o último grupo de pesquisadores por três motivos: Em primeiro lugar, pelo caráter genérico da definição e, conseqüentemente, a falta de compromisso em hierarquizar fatos e sua importância na atuação como divisor de águas entre períodos históricos, haja vista as múltiplas abordagens e, em seguida, pelo fato de Eunápio ter ambientado suas narrativas biográficas justamente no IV século. E, por fim, a utilização do termo *Antiguidade Tardia* nos credencia, segundo Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes (2006, p. 194-195), a uma perspectiva analítica que pretende apartar-se do estigma cunhado pela historiografia que compreende o IV e V séculos como período de *decadência*, *declínio* ou *queda* do Império Romano por um enfoque que possa valorizar as especificidades político-culturais de uma sociedade em fase de transformação.

Com base nisso, ressaltamos os esforços da historiografia francesa e norte-americana, influenciadas pela ampliação documental sugerida pela *Nova História Cultural* em valorizar os aspectos culturais do IV século os quais, antes, não mereceram destaque por autores ora filiados a uma explicação de caráter eminentemente político, tais como Mikhail Rostovtzeff (1992), Ferdinand Lot (1985), Jones (1979) e F. Walbank (1969) ora a uma explicação materialista cujas análises enfocavam as contradições do modo de produção escravista e suas repercussões na esfera política, a saber: Anderson (1974), Ferril (1986) e Gibbon (1994) entre outros.

Dessa forma, a valorização das especificidades culturais do IV e V séculos ganhou, em 1977, com o historiador Henri-Irénéee Marrou em *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?* uma outra roupagem. O momento histórico antes designado como *fim*, *declínio* ou *queda* do Império Romano, ou seja, marcado por termos que exprimem juízos de valor assentados na inviabilidade da gestão da máquina administrativa pelos imperadores cristãos, recebe, por intermédio de Marrou, uma conotação definitivamente positiva. (SILVA; MENDES, 2006, p. 194-195). Sendo assim, antiquistas influenciados por Marrou, tais como Peter Brown (1998) e Cameron (1993), e adeptos, por extensão, da *Nova História Cultural* ofereceram uma abordagem culturalista que pretendia destacar das fontes históricas elementos da esfera político-cultural que tratavam a sociedade do IV e V séculos em suas particularidades; valorizando, assim, o referido período como reduto de um processo histórico que leva consigo o binômio: transformações e continuidades. (BROWN, 1971, p. 7) Com essa perspectiva, a sociedade romana oriental tardia apresenta-se

como um momento rico e dinâmico, diferente apenas da sociedade romana do período clássico.

Como se observa, as explicações históricas para esse período de transição ainda se apóiam na esfera política, uma vez que o Império Romano constituía-se, antes de mais nada, em uma unidade político-administrativa, todavia o otimismo que tangencia as novas abordagens versa, justamente, sobre as singularidades culturais apreendidas das fontes históricas as quais são observadas sob a ótica do imenso instrumental teórico-metodológico de que hoje dispomos. Tal instrumental nos afasta irremediavelmente da concepção que marcou a corrente historiográfica do século XIX calcada em uma narrativa histórica descritiva dos fatos políticos.

Conforme afirmamos, o momento histórico em questão é marcado por profundas alterações na política, na burocracia e nas instituições religiosas do Império Romano no final do terceiro e início do quarto séculos. Três desenvolvimentos particulares, para R. Miles, demarcaram, concomitantemente, o período em que Eunápio viveu, a saber: as mudanças na auto-representação e ideologia imperiais, o influxo de bárbaros e sua crescente importância nas tarefas militares e estruturas civis do império e a emergência do cristianismo como uma força política poderosa. (MILES, 1999, p. 5).

Cada um desses desenvolvimentos tem sido bem documentado pelas fontes históricas do período, porém objetivamos, em particular, apresentar como tais transformações afetaram o caminho individual de alguns neoplatônicos da Ásia Menor na Antiguidade Tardia por intermédio das biografias eunapeanas. Sendo assim, é, no interior desse contexto, que Eunápio será situado, já que acreditamos ser sua obra biográfica, produto das dissensões políticas do IV século.

Sofista e historiador grego, Eunápio nasceu em Sardes (347 d.C.), sua cidade nativa, na qual estudou sob a orientação de Crisântio, filósofo neoplatônico, e, aos dezesseis anos, foi para Atenas, onde se tornou um dos melhores alunos do cristão e sofista Proerésio da Armênia. Nessa cidade, Eunápio entrou em contato com as idéias que vigoravam na corrente neoplatônica ateniense, cujo principal foco de divulgação era a Academia de Atenas.

Não se pode negar que a maioria dos escritores de diversas correntes literárias do IV século faziam alusão aos antigos escritores gregos, a saber, Pitágoras, Aristóteles e Platão. Tais autores foram objeto de inspiração tanto nos

assuntos quanto no estilo das obras reproduzidas pelos escritores do período, todavia foi o sistema filosófico de Platão que despertou um interesse maior e angariou mais adeptos. Sabe-se que seu pensamento, de um lado, vinculava-se à teoria das formas e a imortalidade da alma; de outro, submeteu todas as proposições a mais apurada crítica. Esses vetores de seu pensamento, de certa maneira, ajustavam-se à concepção de religião proveniente do cristianismo que perpassou o século IV bem como o espírito crítico em que os romanos estavam inseridos, já que vivenciavam um momento de profundas alterações dos paradigmas clássicos no qual a sociedade estava consolidada. (MEREDITH, 1988, p. 344).

Lembremos que o resgate dos modelos clássicos gregos foi impulsionado, sobremaneira, pelo movimento conhecido como *Segunda Sofística*, designação legada por Filóstrato de Lemos em *Vidas dos Sofistas* a fim de aludir à importância dos sofistas como categoria profissional na sociedade romana oriental do segundo e terceiro séculos. Eunápio, no IV século d.C., por conseguinte, se apropriará dessa moldura literária bem como do ambiente de efervescência da *sofística* para delinear o estilo literário de suas biografias. Concordamos, então, com George Kennedy, (1994, p. 230) ao sustentar que a Segunda Sofística se refere ao movimento cultural e literário da sociedade romana oriental que começou no primeiro século e floresceu no segundo. Esse movimento era formado por professores gregos de retórica ou sofistas e filósofos provenientes, de modo geral, de famílias abastadas e muito influentes no cenário político os quais cultivavam a religião e os valores morais antigos que aludem àqueles vivenciados no século V a.C.

É no interior desse movimento, o qual se perpetuará no século IV d.C., que compreenderemos as intenções de Eunápio com a produção das *Vidas* de filósofos e sofistas neoplatônicos que mantiveram relações de amizade com o autor ou que se notabilizaram como representantes do poder imperial na Ásia Menor. Trata-se, no limite, de uma pesquisa inédita na historiografia no que diz respeito à reflexão de alguns resultados da Segunda Sofística na Antiguidade Tardia.

Segundo A. Meredith (1988, p. 343), o filósofo e historiador Plutarco (45-120?) teria propalado o gênero biográfico por todo o Império Romano e, no século IV, ainda se percebiam os reflexos de sua influência nas composições biográficas do período.

Além disso, para a composição dos registros biográficos partir do II século, destacaram-se muitos outros filósofos que divulgaram o conhecimento de autores clássicos e os codificaram em torno de uma base filosófica denominada

neoplatonismo, entre eles, Máximo de Éfeso (do 4.^o século²), Plotino (205-270) e o grande propagador das idéias de Platão no IV século, Iâmblico (245-345), os quais aliaram a popularidade das biografias na Antigüidade aos modelos clássicos ventilados com a Segunda Sofística. É, então, no calor das discussões sobre a filosofia clássica e produção biográfica que Eunápio incorporará um estilo semelhante aos declarados pelos intelectuais contemporâneos a ele, ou seja, sua obra, em geral, revela características de autores neoplatônicos, asserção aceita por muitos estudiosos. (WRIGHT, 1989; MEREDITH, 1988; BROWN, 1992; JONES, 1992; CAMERON, 1993; KENNEDY, 1994).

No que diz respeito à trajetória específica de Eunápio³, depois de estudar em Atenas, entre 362 e 364, ele recebe o chamado de seus pais e retorna à sua terra natal (Sardes), em 367, onde passa o resto de sua vida e escreve a obra mais importante de sua carreira como biógrafo: *A vida dos filósofos e sofistas* escrita em aproximadamente 399 d.C.⁴ por meio da qual se tornou conhecido como biógrafo. A referida obra é uma coleção de biografias de 13 filósofos, 13 sofistas e 4 médicos, todos neoplatônicos que viveram antes de Eunápio e, em sua maioria, contemporâneos a ele.

No tocante à estrutura de *Vidas dos Filósofos e Sofistas*, é possível dividi-la, consoante Buck (1992, p. 150) propôs, em cinco partes: primeiro, a escola neoplatônica de Plotino a Prisco a qual comporta todos os alunos de Plotino, (20–270)⁵, filósofo egípcio, fundador do neoplatonismo, bem como os alunos de seus alunos. Compreende-se, dessa forma, além de Plotino, Porfírio de Tíre (233 – 309), seu aluno, em seguida, Iâmblico de Cálcis na Síria (245 – 325?) e Alípio, ambos

² Não conseguimos precisar as datas de nascimento e morte do filósofo neoplatônico Máximo de Éfeso. Sabe-se que ele atuou como membro da corte imperial de Juliano e foi morto por Festo na administração de Teodósio.

³ É interessante observar que os fatos históricos e personagens narrados nas *Vidas* seguem a própria história da vida de Eunápio. Esta, por sua vez, é-nos apresentada a partir de sua experiência estudantil em Atenas, momento a partir do qual o biógrafo fará diversas associações entre o que ele narra nas biografias e seu particular envolvimento e participação dos acontecimentos selecionados. Como se observa, é possível constatar elementos autobiográficos nas *Vidas* eunapeanas.

⁴ Em relação à datação da obra biográfica de Eunápio, mostramo-nos favorável à explanação do antiquista Banchich (1986, p. 319) o qual se apóia em outros pesquisadores tal como Paschoud (1976, p. 169-180) e Bonn (1980, p. 149-162). Tais estudiosos perceberam, nas *Vidas* de Eunápio, menção à invasão de Alarico na Grécia em 395-396, a qual fornece um *terminus post quem*, nas palavras de Banchich, para estas biografias, haja vista ser o último fato histórico abordado.

⁵ Infelizmente, não dispomos de todas as informações sobre a biografia de cada intelectual apresentado na dissertação, em especial, datas de nascimento e morte de cada um dos intelectuais arrolados nas biografias eunapeanas. Dessa forma, alguns intelectuais virão desprovidos de indicações precisas. Todavia, a partir dos intelectuais datados, situaremos o arco cronológico aproximado dos filósofos ou sofistas que não apresentam tais informações.

alunos de Porfírio; Sopater e Eustátio (contemporâneo do imperador Constantino), alunos de Iâmblico; Ablábio (floresceu em 330) e Edésio (morreu em 355), alunos de Sopater e Eustátio respectivamente; por fim, Máximo, Crisântio de Sardes (morreu nas mãos de Oribásio), Eusébio e Prisco, todos alunos de Edésio. Trata-se, destarte, da primeira geração de filósofos e sofistas neoplatônicos.

Em seguida, relata-se a escola do sofista Juliano de Capadócia a Proerésio em Atenas. Essas biografias nos oferecem um cenário bastante amplo do ambiente político-cultural dos sofistas que se dirigiam a Atenas a fim de aperfeiçoar seus estudos com professores renomados, entre eles, Proerésio, aluno do sofista Juliano, Epifânio da Síria, Diofanto da Arábia (nasceu aproximadamente entre 200 ou 214 e faleceu entre 284 ou 298), Sopólis, Himério da Bitínia (314 – 386) e Parnásio. Exceto os sofistas Juliano e Proerésio, os demais foram apresentados em biografias breves.

Na terceira parte, há exposição de intelectuais isolados como Libânio de Antioquia (314 – 394), Acácio de Cesárea na Palestina e Nimfidiano de Smirna, irmão de Máximo. A quarta parte versa sobre os *iatrosofistas*, sofistas versados em medicina, a saber: Zeno de Cipro, Oribásio de Pérgamo (320 – 400) e seus alunos Magno de Antioquia e Iônico de Sardes e, para finalizar, a última parte está focada na vida do filósofo Crisântio de Sardes, que aparece várias vezes na obra, e a escola neoplatônica contemporânea de Eunápio a qual era dirigida por Crisântio em Sardes.

O fato de ser Eunápio natural de Sardes, ou seja, uma província do Império Romano e, por extensão, uma região periférica em relação à cidade onde se localizava a Corte Imperial, Constantinopla, e ter retratado intelectuais neoplatônicos, em grande parte, contemporâneos a ele, em um momento, de um lado, de acentuada fragmentação política, econômica e militar e, de outro, marcado pela ascensão do cristianismo como força política, são indícios que nos levam a acreditar que as atitudes humanas reveladas nas biografias nos conduzem à imagem que Eunápio constrói a respeito da administração imperial, no que concerne ao exercício do poder, realizado entre os imperadores Constantino e Teodósio e seus respectivos oficiais, e a necessidade de projetar positivamente a imagem de intelectuais neoplatônicos no cenário político a fim de assegurar a representatividade política das elites locais não-cristãs.

Outro fator a ser considerado para fundamentar a questão político-administrativa veiculada pelas biografias eunapeanas é a oscilação das dimensões das biografias que se apresentam na obra. Observa-se que as *Vidas* que comportam um número mais expressivo de pormenores relacionados à vida pública e privada versam, justamente, sobre os intelectuais que ocupam cargos administrativos, são eles: Aedésio (*Vit. Soph.*, p. 377⁶), Eustácio (*Vit. Soph.*, p. 393), Máximo (*Vit. Soph.*, p. 427), Eumólpide (*Vit. Soph.*, p. 437), Prisco (*Vit. Soph.*, p. 445), Juliano de Capadócia (*Vit. Soph.*, p. 467), Proerésio (*Vit. Soph.*, p. 503), Heféstio (*Vit. Soph.*, p. 520), Ninfidiano (*Vit. Soph.*, p. 529) e Crisântio (*Vit. Soph.*, p. 541). Tal constatação demonstra a inclinação do autor em externar sua concepção sobre o poder imperial bem como assevera a orientação política com que as biografias foram organizadas.

Os demais filósofos foram apresentados sucintamente, dado que Eunápio se restringiu à descrição de suas características físicas, local de nascimento e a contribuição que delegaram à Oratória por intermédio de suas apresentações em disputas públicas, ou seja, demarcou alguns aspectos da vida privada, o ambiente cultural direcionado à arte sofística e alguns componentes religiosos da filosofia neoplatônica.

Como pudemos observar, as *Vidas* de Eunápio é uma fonte que permite a análise do ambiente político-cultural, visto ser possível analisar em conjunto as menções do biógrafo à administração imperial por meio da conduta dos intelectuais biografados no exercício do poder. Na obra em questão, filósofos e sofistas neoplatônicos são apresentados no interior de uma sociedade em que as comunidades adeptas do cristianismo, possivelmente sob a proteção dos imperadores cristãos, cresciam gradativamente o que redundava em um clima de extrema competitividade, já que ambos os grupos sociais ambicionavam ascender a cargos administrativos do Império como demonstra a historiografia.⁷

Sendo assim, o objetivo principal dessa investigação é demonstrar a visão de Eunápio sobre a questão administrativa do Império Romano no século IV d.C. por meio das biografias de intelectuais neoplatônicos que ocuparam cargos públicos no período que compreende as gestões dos imperadores Constantino (306 – 337) e Teodósio (378 – 395) nas quais há um problema comum: o desgaste da unidade

⁶ A fim de facilitar a identificação dos biografados no corpo dos registros biográficos, disponibilizamos as páginas em que serão encontrados os supramencionados intelectuais.

⁷ Referimo-nos, especialmente, à historiografia anglo-americana, e nacional, entre os quais, destacam-se Carvalho (2002) e Silva (2003) as quais se encontram mencionados nas referências.

político-administrativa do Império Romano em função do modo como era conduzido o poder imperial. Trata-se, em primeiro lugar, de identificar em suas biografias de intelectuais ilustres do IV século os conceitos centrais que delinearam o caráter dos personagens bem como o palco de suas ações no sentido de compreender as categorias pelas quais Eunápio pensa o Império Romano no que diz respeito ao aspecto político, especificamente, a representatividade política das elites neoplatônicas da Ásia Menor no momento de ameaça de fragmentação do Império.

Como se pode avaliar, nossa pesquisa não está concentrada apenas na identificação do estilo literário das biografias eunapias, isto é, não nos preocupamos somente com a estrutura básica de uma biografia tradicional produzida na Antiguidade, tais como origem, vida e morte dos personagens biografados. Valorizaremos, por outro lado, a visão de Eunápio sobre o contexto em que está imerso, sua condição como cidadão romano, valores filosóficos e religiosos inerentes a sua formação intelectual, experiências vivenciadas nas viagens que possibilitaram a escrita da obra biográfica e, por extensão, a visão sobre o grupo social do qual faz parte. Esses, para nós, são elementos impressos na obra indispensáveis para nossa interpretação.

Em relação à metodologia empregada para realização da pesquisa, importamos sublinhar que o afastamento temporal entre o sujeito-pesquisador, fonte histórica e o autor da fonte histórica, inevitavelmente, produz diferentes entendimentos acerca das informações veiculadas pela obra histórica, porquanto as leituras são sempre realizadas no presente em direção ao passado. Ler uma fonte histórica sempre pressupõe partir de valores, problemas, inquietações e concepções de vida de uma determinada época histórica o que nos permite entender que o passado é uma construção e uma reinterpretação constante do presente. Essa consciência, tomada de Jacques Le Goff (1994. p. 24-25) em *História e Memória*, autoriza-nos a fazer uso de métodos que nos afastem do anacronismo, isto é, não podemos projetar problemas ou indagações à fonte histórica se tais questões não existiam ou eram muito diferentes no tempo de produção da fonte histórica.

Assim sendo, para minimizar o risco de nos equivocarmos e traduzir as representações e símbolos mobilizados pelas biografias eunapias, que não pertencem à época em que foram redigidas, consideraremos o manancial de informações sobre o contexto histórico do IV século proveniente de referências bibliográficas assentadas em pesquisas recentes sobre o período a fim de delinear

os aspectos gerais da sociedade romana oriental tardia e suprir, conseqüentemente, as lacunas apresentadas pelas *Vidas* de Eunápio. Em outras palavras, compreendemos que as referências bibliográficas funcionam como uma espécie de “tropas de reconhecimento”, haja vista a necessidade de conhecer o que há do “outro lado” e, com isso, efetivar um contato preliminar com o “passado” em que a fonte se encontra inserida. Não deixaremos, entretanto, de valorizar as referências contextuais disponibilizadas pelo próprio biógrafo nas *Vidas* como contraponto ao contexto histórico sugerido pelos antiquistas, pois a bibliografia utilizada na presente pesquisa sobre os componentes contextuais apenas servirá como material complementar e não como essência da análise documental.

Para além das questões concernentes ao contexto histórico, almejamos cercar autor e obra a fim de estabelecer caminhos que possam delinear a intenção do autor em lamentar práticas administrativas adotadas pelos imperadores cristãos no momento de ascensão do cristianismo e crescentes incursões bárbaras no território romano. Conforme aludimos, a penetração crescente de cristãos nos quadros administrativos apoiada pelos imperadores, que encontraram na proposta religiosa cristã uma maneira de fortalecer a legitimidade do poder imperial, preteria, conseqüentemente, as elites locais não-cristãs do cenário político. Partimos do pressuposto de que seja, no interior desse ambiente conflituoso, que Eunápio escreverá uma obra em formato biográfico com a finalidade de caracterizar e singularizar as habilidades políticas de cada membro das elites neoplatônicas, diferenciando-os dos demais. Com isso, o biógrafo justifica a desagregação das instituições políticas pelo afastamento desses intelectuais do corpo administrativo do Império.

Com vista a apreender como, para Eunápio, o exercício do poder imperial era estabelecido, consideraremos as biografias relatadas em *Vida dos filósofos e sofistas* como portadoras de um sistema de representações capazes de propor a perspectiva histórica de Eunápio no transcorrer de sua obra (CHARTIER, 1990, p. 17) e, conseqüentemente, enunciar a concepção que se tinha a respeito da administração imperial, tendo em vista o local de onde ele escreve e o grupo ao qual pertence. (CERTEAU, 1982, p. 73).

Examinadas por esse prisma, buscaremos constituir, como representações, as construções literárias as quais resultam em imagens simbólicas, constituídas pelas

práticas sociais realizadas pelos filósofos e sofistas neoplatônicos biografados, os quais exibem a maneira pela qual Eunápio os apreende e apresenta em sua fonte biográfica para satisfazer, a nosso ver, objetivos pré-determinados. (CHARTIER, 1990, p. 20-21).

Ao associar as representações à configuração de imagens simbólicas, ou seja, símbolo, os quais apontam para o processo de codificação da realidade⁸, inclinamo-nos a segmentá-lo em duas metades⁹: o *significante* que versa sobre a parte concreta, ou melhor, corresponde ao conjunto de informações, de opiniões e de crenças referentes ao objeto de pesquisa (personagens biografados), ou, especificamente, todos os recursos discursivos impressos no texto para codificar, no plano literário, a figura de neoplatônicos que pudessem rivalizar, por intermédio de práticas políticas¹⁰, com os cristãos na administração imperial. Infere-se, com base nisso, que o significante é produto de uma interpretação do biógrafo que forja a

⁸ Referimo-nos ao termo “codificação da realidade” para fazer referência àquilo que se aproxima da realidade, posto que não acreditamos que se possa apreender ou codificar uma determinada realidade, tal como ela se apresenta, isto é, em sua essência, pois nós entramos em contato com ela sempre pelo olhar singular de um sujeito-pesquisador.

⁹ Nossa explanação acerca da proposta interpretativa para o conceito de “representação”, apreendido a partir da obra de Chartier (1988, p. 19), visa ao afastamento de uma investigação descritiva e estanque da fonte biográfica, uma vez que, como sugere Chartier o conceito de representação como “forma simbólica” “é um instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o **reconstituir** em memória e de o figurar tal como ele é”. (grifo nosso). Provavelmente, esse seja o motivo pelo qual o Professor Malerba (2000, p. 279) tenha constatado que as pesquisas enveredadas à vertente da Nova História Cultural, ou seja, centrada no conceito de representação, tenha produzido muito mais práticas historiográficas descritivas do que analíticas ou explicativas. Isso, na verdade, indica uma apropriação disforme da proposta teórico-metodológica de Chartier, pois o conjunto de seus escritos revela exatamente o contrário. De todo modo, diante dessa limitação conceitual, apoiamo-nos em uma proposta interpretativa proveniente da Lingüística desenvolvida por Saussure que entende o símbolo no interior da categoria do signo; este, por sua vez, apresenta duas faces, a saber: significante e significado, a partir das quais o símbolo será examinado. Assim, utilizaremos uma vertente analítica mais dinâmica para o conceito de “representação”, uma vez que não aventa apenas a “apropriação” da imagem mobilizada pela fonte histórica, mas oferece condições de instituir uma visão mais apurada sobre os dados presentes no documento biográfico. Reconhecemos, todavia, a relevância do historiador Roger Chartier e a importância de suas obras para renovação metodológica que impulsionou a corrente historiográfica denominada Nova História Cultural.

¹⁰ Entendemos por “práticas políticas” a atuação ou conduta dos neoplatônicos no cenário político-cultural construído por Eunápio. É em virtude da apreensão dessas “práticas” que o biográfico nos oferece “representações” de filósofos e sofistas de famílias abastadas da Ásia Menor as quais, no conjunto, atendem a determinados interesses sociais e políticos do grupo filosófico neoplatônico, consoante indicado anteriormente. Decorre disso o conceito de ideologia que, para nós, aparece como um projeto de agir sobre a sociedade, isto é, corresponde a uma determinada forma de construir representações para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses. (FIORIN, 2001, p. 26-29). Convém sublinhar ainda que, nessa investigação, o termo “ideologia” está circunscrito na dimensão do grupo filosófico neoplatônico da Ásia Menor, logo aplicado em campo restrito e limitado da sociedade romana oriental tardia. Não aprofundaremos essa discussão conceitual, pelos limites da pesquisa, porém assinalamos, com esse breve comentário, a relação mútua de complementaridade entre representações, práticas e ideologia.

realidade em virtude de uma intencionalidade subjacente ao discurso. Consoante propugna Paul Veyne (1998, p. 180), os valores não se encontram no que os autores dizem, mas no que fazem, e os títulos oficiais são, na maioria das vezes, enganadores. Queremos dizer com isso que Eunápio não expõe o real vivido por meio do *significante*, ou melhor, não se pode realizar uma interpretação positiva do documento, mas considerar que se trata de uma visão particular de um neoplatônico, Eunápio, que imerso em grupo filosófico com pretensões políticas, pretende justificar seus pares como líderes sociais ou agentes políticos.

Já o *significado* versa integralmente sobre a parte da imagem simbólica apenas concebível, mas não representável. Essa parte requer a análise, pelo sujeito-pesquisador, da intencionalidade alimentada pelo autor da fonte histórica, inerente à imagem simbólica construída textualmente. Isso será possível ao situarmos a especificidade da plausível realidade histórica sugerida pelo documento biográfico a outros textos elaborados por grupos semelhantes ou diferentes no tocante à concepção filosófica. Essa é, mais uma vez, a justificativa para a importância do contexto histórico, sedimentado pela historiografia, como complemento da análise documental. Em outros termos, a restituição das representações depende da busca de pistas que nos permitam compreender o modo como o olhar do outro foi estruturado no tempo e no espaço e, assim, insinuar as convergências e divergências entre o dito (*significante*) e o sentido (*significado*). (SILVA, 2000, p. 90).

Como se observa, a imagem simbólica presente no documento revela explicitamente apenas o *significante* o qual se apresenta como vestígio indispensável para construirmos o *significado*. Não acreditamos, portanto, que as representações presentes nas biografias eunapeanas correspondam ao objeto representado, pois é necessário que haja um olhar crítico do historiador que possa perguntar quais foram os motivos que conduziram o autor a realizar determinada imagem simbólica.

Então, diante das representações mobilizadas na fonte histórica, resta-nos indagar, afinal, o que está por trás de determinada construção. Com tal indagação, estabelecemos nosso método analítico o qual se constitui, em princípio, na apreensão das imagens simbólicas sugeridas pelas *Vidas* para, em seguida, serem questionadas profundamente dentro dos parâmetros estabelecidos pelo contexto histórico em que a obra foi produzida, consoante referimos acima. (BURKE, 2004, p. 162-163).

Faz-se necessário, além disso, apresentar com mais especificidade a maneira como o conceito de representações, que nos credencia inevitavelmente a uma corrente histórica contemporânea, será utilizado em uma investigação que pretende atuar no ambiente político-cultural manifestado pelo documento biográfico. Bem sabemos que as experimentações da proposta investigativa do referido conceito se aplicam em várias linhas de pesquisa, entre elas, a *Cultura Política*, nossa vertente analítica. Diante disso, julgamos pertinente discorrer sobre como a representação nos auxiliará na análise documental.

Apoiamo-nos, para isso, na pesquisa realizada pela historiadora Maria Antônio Alonso de Andrade (1996, p. 26) a qual advoga que o conjunto de orientações-atitudes, que, antes, se apresentava como objeto central das pesquisas históricas sob a perspectiva da *Cultura Política*; agora, no interior do domínio das imagens simbólicas, admite tais orientações-atitudes, no campo político, como uma dimensão de um fenômeno cognitivo mais profundo e complexo o qual se convencionou denominar de representações sociais.

As representações são *sociais* porque são construídas socialmente, ou seja, surgem da interação dos grupos filosóficos neoplatônicos. Assim sendo, a estruturação do campo de representação e o seu sentido dependem da inserção dos indivíduos em grupos sociais, como se nota na obra biográfica de Eunápio a começar pelos intelectuais selecionados para compô-la. Logo, é possível estabelecer clivagens entre os grupos sociais a partir de suas representações, em geral, e de suas representações da política em particular. Portanto, a *Cultura Política*, redefinida pelo instrumental teórico-metodológico da *Nova História Cultural*, seria a estrutura das representações sociais a respeito do mundo da política, ou seja, o campo de representação a respeito do universo da política na Antiguidade Tardia.

Percebemos que se mudou apenas o instrumental analítico dessa vertente historiográfica na qual nos encontramos, ou seja, houve uma redefinição da *Cultura Política* com base nas *representações sociais* e não mais nas *atitudes político-sociais*.

Munido desse arsenal teórico-metodológico, compreendemos a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura seria, então, uma construção social que atribui sentido à realidade de uma determinada categoria social historicamente datada, localizada e com

interesses políticos definidos. Seria, por conseguinte, a tradução da realidade através de formas simbólicas, conferindo sentido às palavras, às coisas e às ações.

De maneira geral, aplicadas ao território da História, as *representações sociais* aspiram, segundo Silva (2000, p. 94), enfatizar a interação entre indivíduo e sua época, posto que o sujeito se auto-representa na representação que faz do objeto, ou melhor, o sujeito imprime sua identidade naquilo que representa. Adicionado a isso, o termo permite investigar a maneira como o tempo elabora *processos de subjetivações*, isto é, a cristalização do passado no presente pelo prisma de um específico indivíduo. Para o pesquisador, essa é, em parte, a pretensão desse gênero bibliográfico.

Em relação à produção das biografias, conceberemos o processo rememorativo como responsável pela seleção das situações representadas pelas biografias eunapeanas. Entendemos que a memória individual é portadora de uma memória coletiva, uma vez que faz referência a quadros sociais a partir dos quais ela é formada. Isso nos permite afirmar que a memória recuperada pelas *Vidas* representou fatos marcantes para Eunápio, visto que ela é produto da seleção das impressões do biógrafo sobre o passado as quais se relacionam com o mundo ou condições a que foi submetido. Com efeito, os fatos históricos indicados por Eunápio na construção de suas biografias elucidam seu próprio envolvimento ou interação o que reforça a idéia de que a lembrança que se tem do passado não representa toda a memória, mas sim, o que é relevante para o autor. Nessa perspectiva, os esquecimentos prefiguram informações tão importantes quanto as lembranças, porquanto contribuem para a apreensão da intencionalidade do autor. Desse ângulo, defenderemos que a memória, ou melhor, os fatos pretéritos recuperados pela memória, no presente, terão seus valores redefinidos. (NAXARA; BRESCIANI, 2001, p. 42).

Resta-nos, antes de iniciar a exposição da maneira como o presente trabalho investigativo foi estruturado, vincular a Antiguidade Tardia, que representa o contexto histórico em que a obra foi escrita, à Segunda Sofística, que simboliza os aspectos culturais e literários em vigor a partir do II século e que se perpetua no momento em que Eunápio escreve.

Dessa forma, o renascimento da Segunda Sofística, conforme nos alertou Filóstrato de Lemos em *Vidas dos Sofistas*, está, indubitavelmente, associado à atuação profissional de filósofos e sofistas não-cristãos os quais se manifestaram em

diferentes obras literárias como detentores de uma extensa produção de discursos assentados em modelos clássicos e avançadas técnicas de declamação para grandes públicos no teatro, entre elas, a improvisação, a qual ocupa um patamar superior se comparadas às demais apresentações discursivas. Por outro lado, ao relacionarmos esse fenômeno cultural e literário, idealizado por Filóstratos no III século, à Antiguidade Tardia, ou mais precisamente ao IV século, período em que Eunápio redigiu seus registros biográficos focados nos mesmos personagens que impulsionaram a Segunda Sofística, verificamos nítidas especificidades que se desenvolveram pelas novas relações de força que interceptavam a representatividade política das elites locais.

A ascensão do cristianismo e sua posterior legitimação pela política imperial adotada por Constantino e seus sucessores metamorfosearam a dinâmica da ascensão política das elites locais não-cristãs, porquanto a nova orientação religiosa imperial passou a preterir dos cargos públicos indivíduos que não se ajustassem aos mesmos *códigos sócio-religiosos* incorporados pela corte imperial. Conforme demonstramos, acreditamos que seja essa a razão pela qual Eunápio bem como outros intelectuais não-cristãos se dispuseram a minar as bases filosóficas do cristianismo, ao apresentar a fragilidade política da administração imperial governada por membros das elites cristãs, em detrimento das habilidades e competências dos não-cristãos em executar ofícios públicos.

Diante disso, as habilidades retóricas de intelectuais não-cristãos, propaladas por Filóstrato, em Eunápio, recebem uma conotação marcadamente política, pois tais habilidades, nos registros biográficos eunapeanos, denotam a principal estratégia argumentativa para legitimar a representatividade política da elite neoplatônica pertencente à província da Ásia Menor. Dito de outro modo, o caldeirão cultural mobilizado pela Segunda Sofística é, no IV século, utilizado, a nosso ver, para satisfazer dois objetivos: primeiro, atua como agentes legitimadores de uma categoria social que buscava, por meio de documentos literários, externar o poder que possuíam para representar os interesses da política imperial; e, segundo, serve como instrumento mantenedor da identidade do grupo ao qual o biógrafo pertence.

Por fim, com a finalidade de cumprir com os objetivos de nossa pesquisa, disporemos nosso trabalho investigativo em três capítulos. O primeiro ambiciona demonstrar a discussão historiográfica entre as fronteiras dos gêneros biográfico e histórico nas sociedades clássicas no tocante à produção discursiva desses tipos de

texto. Com isso, oferecemos uma visão panorâmica a respeito dos elementos que compuseram os registros biográficos na Antigüidade e de como tais registros foram apropriados por historiadores que desenvolveram suas pesquisas entre o final do século XIX e o transcorrer do século XX com a finalidade de suprir lacunas para a compreensão histórica, em particular, da Antiguidade Tardia.

Destarte, apreenderemos, sob a ótica da historiografia, a postura que foi sedimentada, entre os antiquistas, em relação à interpretação das referidas *Vidas*. Ao contrário do que muitos sustentam, defenderemos a proposição de que biógrafos e historiadores do IV século produziram discursos semelhantes; diferentes apenas no objetivo para o qual foram escritos. Partimos, então, do pressuposto de que não há uma fronteira que segrega, em absoluto, essas duas modalidades textuais no período em questão; proposição que será fundamentada com a análise de fragmentos das biografias eunapeanas. A necessidade de diferenciá-los é mais uma inclinação de historiadores contemporâneos do que de historiadores antigos. Apresentaremos, por conseguinte, uma nova perspectiva de abordagem para o documento biográfico. Conforme aludimos, tal perspectiva atuará como eixo a partir do qual repensaremos os atributos que norteiam a produção das *Vidas* e a plasticidade dessa modalidade textual em Eunápio, especificamente.

Feitas essas considerações acerca do estatuto das biografias na sociedade romana tardia, migraremos, no segundo capítulo, para questões relativas às influências que o documento biográfico recebeu a partir do movimento intitulado *Segunda Sofística*, uma vez que observaremos as situações em que se encontram filósofos e sofistas neoplatônicos, particularmente, da Ásia Menor, à luz do ressurgimento desse fenômeno cultural na sociedade romana oriental do IV século e os possíveis motivos de seu desenvolvimento. Apropriar-nos-emos, em seguida, da tradição de escrita biográfica que envolveu o biógrafo Eunápio e o influenciou para a redação das *Vidas*. Por essa razão, recorreremos, brevemente, às figuras de Sótio (200 – 170 a.C.), Plotino (205 – 270) e Filóstrato (170 – 247), dado que se apresentam na obra de Eunápio como grandes referências para sua produção discursiva. Essa análise solidificará nossas reflexões acerca das pretensões do biógrafo com os registros biográficos e sua atuação como intelectual no Império Romano.

Dado o papel central que filósofos e sofistas neoplatônicos ocupam nas *Vidas*, julgamos necessário, ainda nesse capítulo, conduzir nossa pesquisa para delinear as

referidas categorias profissionais e situar, por extensão, o próprio autor no interior dessa discussão conceitual. Para isso, desenvolveremos um trabalho de crítica segundo os parâmetros da análise filológica interna, haja vista a análise semântica dos termos *filósofos* e *sofistas* utilizados por Eunápio. Ao efetivar tal análise, partimos do pressuposto de que o intelectual, seja ele gramático, filósofo, sofista, panegerista, e assim por diante, é concebido a partir de sua atuação efetiva diante da sociedade, à medida que ele assume um papel e o externa por meio de suas obras ou práticas políticas. (HIDALGO DE LA VEJA, 1995, p. 49-51).

Com esse manancial de informações que, primeiro, agasalha as *Vidas* em um movimento cultural em ascensão o qual veicula práticas e valores político-culturais definidos, em seguida, apresenta a inserção de Eunápio em uma tradição de escrita biográfica em desenvolvimento no IV século e, por fim, revela uma análise pormenorizada da maneira como filósofos e sofistas são representados, possibilitaremos a compreensão dos objetivos almejados nesse trabalho; já que, com esse capítulo, pretendemos apresentar o ambiente político-cultural que envolve o documento biográfico e a representação de intelectuais neoplatônicos para, a partir do próximo capítulo, penetrar nas intenções políticas de Eunápio, associando-as sempre ao plano político-cultural já comentado.

Por essa razão, no terceiro capítulo, far-se-á alusão ao contexto histórico em que Eunápio está inserido. Versaremos, em especial, sobre aspectos político-administrativos e religiosos, já que a religião é um componente indissociável da política na Antiguidade, no reinado dos imperadores cristãos (de Constantino a Teodósio), haja vista ser, sob esses imperadores, que as *Vidas de Filósofos e Sofistas* estão ambientadas. Com base na exposição desse momento histórico, desvelaremos as condições de produção das biografias bem como teceremos considerações pertinentes ao conjunto de influências e estímulos político-culturais que o impulsionou a elaborar os registros em formato biográfico.

Em seguida, dirigir-nos-emos aos dados biográficos de Eunápio com a intenção de cercar o autor no interior de sua formação intelectual, atuação profissional e descendência em Sardes. Averiguaremos, sobremaneira, a categoria social a que o biógrafo pertence, ou seja, examinaremos as redes de sociabilidade que o envolveram e relacioná-la-emos à intervenção política que exerciam por sobre a administração imperial.

Importa ter presente que, com esse estudo, teremos, a rigor, uma visão mais pormenorizada da atuação do biógrafo na sociedade romana como intelectual e intenções alimentadas por ele na confecção das *Vidas*, porquanto, conforme defendemos, elas estão atentas aos anseios do grupo filosófico-religioso ao qual ele pertence. Desse ângulo, o terceiro capítulo é uma extensão do segundo, visto que a diferença reside no fato de que nos ateremos, no segundo capítulo, ao movimento filosófico que impulsionava os intelectuais do IV e V séculos a redigir suas obras; já, no terceiro capítulo, centraremos nossas reflexões no biógrafo Eunápio e as condições políticas que o circundaram para construção das biografias. Trata-se, apenas, de um recurso didático que ambiciona um melhor aproveitamento do repertório de informações que nos permitiu solidificar os objetivos apresentados para realização da dissertação.

Realizadas essas asserções iniciais, deter-nos-emos em fragmentos das *Vidas* que demonstram as ações políticas de filósofos e sofistas neoplatônicos na administração imperial com a finalidade de averiguar a inter-relação de filosofia, religião e poder como componentes centrais para constituir a autoridade desses intelectuais e sustentar, conseqüentemente, a representatividade política das elites locais da Ásia Menor das quais faziam parte, tendo em vista, na visão de Eunápio, o processo de corrosão administrativa, liderado pelos cristãos. Em outros termos, elucidaremos a perda de representatividade política de neoplatônicos pertencentes à elite da Ásia Menor, cuja perda, para nós, justifica os motivos que levaram o autor a denunciar a condução da administração imperial no interior dos reinados de Constantino a Teodósio os quais, para o biógrafo, foram os responsáveis pela fragmentação das instituições políticas imperiais.

Para satisfazer nossos objetivos, usaremos como ponto de partida a crítica aos imperadores cristãos, a qual perfaz o caminho de Constantino a Teodósio, conforme aludimos, a fim de compreender as bases segundo as quais Eunápio pensa o Império em sua organização política. Contudo, ao nos centrarmos em *Vidas dos filósofos e sofistas*, não excluiremos a possibilidade de recorrer a outras obras do biógrafo para referendar nossas proposições. Nesse capítulo, elas desempenharão um papel significativo a fim de que a lógica do pensamento político de Eunápio seja delineada.

E, à guisa de encerramento, reforçaremos, na conclusão, a intenção política com que as situações representadas nas *Vidas* foram organizadas e as estratégias

discursivas no campo da retórica mobilizadas por Eunápio com a intenção de reforçar a imagem de filósofos e sofistas adeptos ao neoplatonismo como agentes de poder. Indicaremos que, com isso, fica fácil perceber que o afastamento das elites neoplatônicas resultou em prejuízos para política imperial e que defender a questão da representatividade política das elites locais não-cristãs da Ásia Menor tornava-se uma necessidade, dado o avanço e a oficialização do cristianismo.

1 BIOGRAFIA E HISTÓRIA EM EUNÁPIO

1.1 Considerações Preliminares

Abordar o tema da biografia histórica na Antigüidade Clássica e na Antigüidade Tardia implica, sem dúvida, discorrer acerca de um dos assuntos mais discutidos atualmente dentro dos estudos históricos, uma vez que, ao mesmo tempo reivindicada por certas correntes historiográficas como um dos temas fundamentais de investigação, é criticada e desqualificada radicalmente pelos pesquisadores de posturas ou tendências diferentes. Dessa maneira, o primeiro impasse que surge, ao lidarmos com o gênero biográfico, está relacionado às suas fronteiras em relação à História como ciência¹¹. Tal impasse ainda é objeto de discussão de muitos historiadores contemporâneos e antiquistas, posto que percebemos pesquisadores que se apropriam dos registros biográficos ora como fonte literária ora como fonte histórica. Respeitamos os especialistas que consideram as biografias como mera variante da literatura; não compartilhamos, porém, essa idéia.

Abster-nos-emos, nessa dissertação, de discorrer sobre as clivagens entre História e Literatura, visto que tal discussão, embora seja importante para delimitação das pesquisas históricas e, por extensão, da História no interior das ciências humanas na contemporaneidade, revela-se anacrônica se levarmos em consideração o momento histórico em que as *Vidas* de Eunápio foram produzidas. Sendo assim, como o debate não nos ajudaria a investigar o documento biográfico,

¹¹ Compartilhamos a definição de ciência tal como pressupõe (Ruiz, 1996, p. 123-130) ao relacioná-la a um conjunto de procedimentos que redundam na produção do conhecimento científico, tais como conhecimento das causas, finalidade teórica e prática, métodos e controle das informações pelas evidências, entre outros. Embora alguns desses itens requeiram adaptações quando aplicados à História.

limitar-nos-emos à discussão historiográfica que envolve as interpretações elaboradas pelos antiquistas em relação às biografias da Antiguidade a fim de perceber como essas fontes históricas foram analisadas e categorizadas na contemporaneidade, em seguida, delinearemos os aspectos que tangenciavam o gênero biográfico e histórico nas sociedades clássicas, haja vista a existência desses dois tipos de texto no mundo antigo.¹²

Grande parte dos estudiosos que credenciam os documentos biográficos como fonte histórica orientam suas investigações ao aspecto estético presente neles, ou seja, os registros biográficos são traduzidos pela aplicação de procedimentos retóricos que ratificam, desse ângulo, o falseamento ou ilusão que o documento produz sobre a realidade, como sustentam os antiquistas Jones (1964), Moses Finley (1968)¹³ e o tradutor das *Vidas* de Eunápio, Wright (1921) bem como outros pesquisadores que vêem a obra biográfica como deformação da realidade e dos personagens biografados. Em grande parte dos casos, os estudiosos desse grupo tendem a analisá-las enfatizando suas características filosóficas e literárias e legam, conseqüentemente, ao esquecimento seus aspectos sociais e históricos. (MADELÉNAT, D. apud OLIVEIRA E SILVA, 2002, p. 25).

Em nossa opinião, esse grupo restringe as possibilidades interpretativas das informações históricas que a obra biográfica antiga disponibiliza em nível puramente estrutural e estético. Sustentaremos, por outro lado, que Eunápio, de fato, constrói, em nível literário, isto é, escrito, ou melhor, em forma de texto, uma representação ideal de filósofos e sofistas neoplatônicos, todavia tal construção se coaduna às suas pretensões políticas, posto que o próprio biógrafo se apresenta como partícipe ou testemunha dos fatos históricos narrados bem como pertence à elite local e ao grupo filosófico dos personagens biografados por ele. Sendo assim, a manipulação dos artifícios retóricos, que remonta à importância desses intelectuais na administração imperial no IV século não resulta em um falseamento da realidade¹⁴ e,

¹² Embora saibamos da amplitude do termo “mundo antigo” para se reportar às sociedades clássicas greco-romanas, usá-lo-emos para aludir tanto à Antiguidade Clássica e quanto à Tardia.

¹³ Embora não tenham afirmado categoricamente que a biografia é uma vertente da Literatura, os historiadores Jones (1964) e Finley (1968) atribuem à Retórica o caráter ficcional em que as biografias antigas se apóiam. Ao tratar o documento dessa maneira e evidenciar em suas perscrutações apenas os elementos estruturais e estéticos, conforme revelaremos no próximo item, julgamos pertinente inseri-los dentro dessa corrente de pensamento.

¹⁴ Quando nos reportamos ao “falseamento da realidade”, queremos dizer que há um distanciamento sobre aquilo que se aproxima de uma dada realidade, posto que não temos condições de afirmar que podemos alcançar plenamente ou compreender totalmente uma realidade, entendida em sua concretude.

sim, obscurece marcantes interesses os quais se tornam evidentes com o envolvimento de Eunápio em seus registros biográficos.

Para nós, a Retórica é concebida não como recurso falseador ou enganador, mas como ferramenta discursiva que auxilia o indivíduo a conduzir a narrativa para satisfazer determinados interesses pessoais ou coletivos o que não invalida a apreensão de elementos que delimitam, através das ações de personagens reais em um espaço e tempo definidos, as bases segundo as quais a prática política, a administração imperial e o ambiente cultural em que transitavam os intelectuais antigos eram pensados por Eunápio.

Dessa forma, por não ignorar o ambiente político-cultural dos registros biográficos e ter consciência de que os personagens biografados estão inseridos em um contexto histórico de fragmentação das instituições políticas e ameaça à manutenção da unidade imperial em vigor no final do IV século, o qual é aludido pelo próprio biógrafo, inserimo-nos no grupo de historiadores que concebem o documento biográfico como fonte histórica sem desconsiderar os procedimentos retóricos inerentes à narrativa.

Porém, no interior do grupo que defende os registros biográficos como fonte histórica ainda identificamos duas posturas analíticas diferentes no que diz respeito à proposta investigativa, dado que parte dos estudiosos não considera o documento biográfico como um tipo de História, ou seja, defendem que os gêneros¹⁵ histórico e biográfico pertencem a categorias diferentes, logo incorporam objetivos divergentes o que, para nós, empobrece a análise, haja vista as redes de sociabilidade que norteiam o biógrafo no momento de produção da sua obra, a evidência do contexto histórico bem como as peculiaridades que envolvem os intelectuais da Antiguidade no tocante à sua posição social, consoante mencionamos, tudo isso contribuiu para

¹⁵ Recorremo-nos nesse trabalho à idéia de “gênero” para representar as semelhanças ou aproximações existentes entre modalidades textuais eleitas por escritos antigos, tais como a narrativa biográfica e histórica, os panegíricos, epitáfios, hagiografias entre outras. A própria origem da palavra oriunda do latim clássico, *genus*, significa “família”, “raça” que, na composição textual, quer dizer obras dotadas de atributos iguais ou semelhantes. Dessa maneira, a formação dos gêneros parte de um comportamento coletivo calcado na repetição/ imitação de um molde que se constitui por etapas sucessivas. Esse é o motivo pelo qual ao estudar uma fonte histórica, convém ampará-la em uma tradição de escrita já consolidada. Tomemos apenas o cuidado para não compreender o conceito de gênero como um conjunto de regras fixas válidas para classificar um discurso, mas, sim, considerá-lo categorias relativas dentro das quais cada intelectual se move à vontade. Assim, apoiamo-nos em Massaud Moisés ao afirmar que os gêneros textuais é que estão a serviço do escritor e não o contrário, já que, se assim fosse, a liberdade criadora do intelectual estaria tolhida e os gêneros acabariam sendo estruturas petrificadas ou inamovíveis. (MOISÉS, 1973, 38). À guisa de conclusão, gênero é o meio pelo qual o intelectual estabelece a tarefa de comunicação com os leitores a partir de molduras textuais já conhecidas e aceitas por eles.

o intercâmbio entre esses dois tipos de texto. Por fim, destacam-se aqueles que consideram o gênero biográfico como documento histórico e valorizam a perspectiva histórica com que esses documentos foram construídos, além disso, não descartam da análise o conteúdo político e cultural presente nelas, posto que, na Antiguidade Tardia, esse é um aspecto essencial das narrativas históricas.¹⁶ (CARVALHO, 2002, p. 31). Estes especialistas, a rigor, condizem com nossa proposta investigativa.

Com base nisso, ambicionamos demonstrar, a seguir, a maneira como teóricos e historiadores em geral conceberam o gênero biográfico no interior das correntes históricas que perfizeram os séculos XIX e XX com a finalidade de demarcar as contribuições desses intelectuais aos antiquistas, uma vez que o estudo dos registros biográficos nas sociedades clássicas recebeu influências significativas de historiadores e teóricos que se especializaram em estudar o período moderno e contemporâneo acerca dos procedimentos analíticos necessários à utilização de biografias em pesquisas históricas.

Em outras palavras, revelaremos o amadurecimento do procedimento investigativo de historiadores envolvidos com as fontes biográficas bem como as inovações que promoveram ao gênero no sentido de aprimorar a análise histórica para esse tipo de documento. Diante dessa proposta, mostraremos como os antiquistas acompanharam o manancial de teorias e métodos aplicados ao estudo das biografias.

Por fim, em meio a esse imenso debate que envolve o estatuto da biografia na História, consideramos necessário adotar uma posição a partir da qual as biografias eunapeanas, em particular, serão compreendidas. Nesse sentido, sustentaremos, a partir de fragmentos extraídos das *Vidas*, que não há fronteiras sólidas entre biografia e história. Argumentaremos, por conseguinte, que tal contraste não se aplica à produção discursiva de seus registros biográficos.

1.2 Biografia e historiografia: problemas e contribuições para interpretação do gênero biográfico na Antiguidade

¹⁶ Infere-se, com a leitura do artigo de Levillain (1996), que a análise da esfera política, durante muito tempo silenciada, foi grandemente influenciada pela historiografia francesa após as críticas atribuídas à segunda fase dos *Annales*. Dessa forma, trata-se de uma contribuição contemporânea dos estudos históricos à análise das biografias.

Apenas no século XX, com a introdução de novas abordagens na História, houve um estudo mais apurado em relação ao valor funcional das biografias nas sociedades clássicas. Contudo, até alcançar definitivamente espaço significativo nas pesquisas contemporâneas em História, o gênero biográfico oscilou de acordo com as tendências estabelecidas pelas escolas históricas. Nesse sentido, propor-nos-emos discutir, em linhas gerais, a maneira como as novas abordagens foram solidificadas e a reação dos antiquistas diante delas.

No século XIX, a rejeição dos documentos biográficos ocorreu, em grande medida, em virtude de o tipo de informação contida nelas não interessar à história universal. Nesse período, conforme afirma C. Rojas (2000, p. 10), os pesquisadores não consideravam as biografias convenientes para a narrativa histórica, apresentando em comum, a interpretação de que os registros biográficos tinham como fim a perpetuação de aspectos arbitrários da cultura greco-romana.

O pensamento positivista, por outro lado, resgatou a importância das biografias para compreensão da História, porém a aversão de grande parte dos historiadores ao pensamento positivista - centrada nos grandes homens, grandes acontecimentos históricos e grandes batalhas - o qual contaminou a escrita da história no final século XIX e início do século XX, contribuiu para, mais uma vez, não considerar esse tipo de texto, haja vista o esforço dos historiadores em negar a influência do positivismo.

Dessa forma, a biografia ficou desacreditada e sua utilização permaneceu apenas nos anacrônicos estudos positivistas. Isso nos levou a supor que esse fator tenha contribuído para a história renovada ou antipositivista legar a segundo plano a importância das biografias para a análise histórica.

Tudo leva a crer que influenciado pela corrente de pensamento positivista, Wilmer Cave Wright, professor de Grego da Faculdade de Bryn Mawr, em Londres, apresenta-se, em janeiro de 1921, como primeiro tradutor da obra biográfica de Eunápio, *Vida dos Filósofos e Sofistas* cuja interpretação foi movida por uma análise reconhecidamente estrutural e repleta de juízos de valor. Justifica-se, com base em sua habilitação profissional e a corrente de pensamento em vigor no período em que escreve, a ausência de uma proposta investigativa crítica e em perspectiva histórica.

Wright¹⁷, no prólogo da tradução, declara que, em relação aos demais filósofos, Eunápio era um *intelectualmente inferior*, dado que não obteve boa educação no que diz respeito ao estudo exaustivo dos clássicos. (WRIGHT, 1992, p. 324). Para ele, tal característica se reproduz em suas biografias, marcadas pelas baixas reminiscências de autores clássicos, no entanto, o único autor clássico que Eunápio conheceu bem, segundo Wright, e freqüentemente repetiu, foi Plutarco, ainda sim, não o citou *corretamente*. Para além dessas considerações, Wright encaminha sua análise aos aspectos estruturais e lingüísticos da obra. Ele considera o estilo de Eunápio *difícil* e às vezes *obscuro*. No que tange à linguagem, revela ser uma obra permeada por *exageros* em todas as ocasiões, dado o uso constante de superlativos e de palavras poéticas e grandiloqüentes para ações simples, tais como comer e beber. (WRIGHT, 1992, p. 322).

Como se observa, além de atribuir juízos de valor em suas considerações sobre o autor das biografias, Wright está preocupado, exclusivamente, com a estrutura interna do gênero biográfico. Em outras palavras, o tradutor desconsidera o conteúdo histórico das biografias, até mesmo por não ser historiador, conforme afirmamos, já que vê, no esforço retórico, o ponto central das *Vidas* e a causa da manipulação dos fatos em Eunápio.

Tardiamente¹⁸, influenciado por esse tipo de abordagem, o antiqüista norte-americano Arnold Hugh Martin Jones, em 1964, faz uma leitura das biografias eunapeanas muito próxima à interpretação sugerida por Wright. Jones afirma que o pagão Eunápio escreveu suas biografias nos caminhos mais altos da retórica. Sendo assim, tais fontes nada mais são do que a coleção de vidas de santos e anedotas em alto nível literário. Essas “*Vidas*”, nas palavras do próprio historiador, “não passam de inchados e pretensiosos elogios a simples narrativas da edificação do vulgar”. (JONES, 1964, p. 1010). Nessa perspectiva, percebe-se que os aspectos estruturais e lingüísticos foram mais uma vez supervalorizados. Jones, então,

¹⁷ Para realização desse trabalho utilizamos a 5ª edição da tradução de Wright, além disso, tivemos o cuidado de conferir a tradução de alguns termos do grego para o inglês e deste para o português.

¹⁸ Segundo o professor David Frederick Buck, em contribuições oferecidas por e-mail, as referências às biografias eunapeanas pelos antiquistas britânicos e norte-americanos começaram a partir da década de 1960 em que as “*Vidas*” de Eunápio passam a fazer parte dos grandes manuais sobre Baixo Império Romano ou Antiguidade Tardia. Apenas no final da década de 1970 é que encontramos antiquistas especialistas em Eunápio, tais como Robert Penella, Kenneth Sacks e o próprio professor David Frederic Buck, entre outros que produziram artigos específicos sobre o biógrafo como demonstraremos a seguir.

considera que Eunápio teria composto seus textos voltados para a moral e para o valor artístico, sem observar a consistência histórica dos fatos.

No interior da mesma corrente de pensamento, outro antiquista norte-americano, Finley, afirmou que os biógrafos do Baixo Império Romano: “eram homens de escasso mérito e ainda menos honra, e o que nos revelam consiste numa adulação ou difamação irresponsável, consoante o caso, com poucos fatos dispersos entre as fábulas”. (FINLEY, 1968, p. 158).

Dado o exposto, averiguamos que, além da generalização descomunal a que eram submetidas, as biografias antigas receberam um estigma depreciativo em relação à história que contaminará o modo a partir do qual muitos estudiosos irão retratar os registros biográfico e histórico da Antiguidade. Sabemos que a retórica é um componente importante das obras produzidas pelas sociedades clássicas, já que perfaz um estilo de época, importa-nos sublinhar, tendo em vista as vertentes interpretativas supramencionadas, a cautela necessária para analisar o que está por trás do aspecto formal¹⁹ apresentado pela retórica, visto que a leitura do documento histórico enviesado somente pelos aspectos formais ofusca a realização de uma análise mais apurada. Não se observam, por exemplo, os jogos de interesse e a intenção do autor em redigir o documento.

Na França, o retorno efetivo da biografia no cenário historiográfico ocorre a partir da década de 1980²⁰ com ensaios e colóquios sobre biografia no interior de uma proposta de renovação histórica expressa em coletânea idealizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora. Na verdade, as reflexões que objetivavam a renovação do campo das pesquisas em História se iniciaram na primeira metade da década de 1970, todavia, nesse momento, a biografia ainda não havia sido contemplada. Segundo Borges (2005, p. 208) até mesmo um dicionário organizado por Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel denominado *La Nouvelle Histoire*, publicado em 1978, não agasalhava a biografia no corpo da ampliação documental. Posteriormente, apenas em 1986, com *Dictionnaire des Sciences Historiques*, encontramos um verbete sobre “história biográfica” assinado por Guy Chaussinand-Nogaret. Nota-se, com isso, a inclinação tardia dos franceses em associar biografia

¹⁹ Associamos a retórica ao aspecto formal da fonte histórica, porquanto acreditamos que os artifícios retóricos sejam responsáveis pela configuração da forma como as informações são mobilizadas e disponibilizadas no discurso.

²⁰ De acordo com a historiadora Vavy Pacheco Borges (2005, p. 208) a França atuou como referência à historiografia brasileira no que diz respeito à escrita da História.

e história, o que já era realizado pela historiografia anglo-americana, mesmo de forma rarefeita e com diversos problemas metodológicos.²¹

Em decorrência disso, dentro de uma proposta investigativa, oriunda da historiografia francesa, que ambiciona apresentar o retorno da esfera política nas pesquisas históricas em oposição à *história total* de Braudel e a *história serial quantitativa* (REIS, 2006, p. 82), cujo enfoque versava sobre o econômico e demográfico, característicos da segunda fase dos *Annales*, P. Levillain (1996, p. 144-145) atribui o retorno da biografia na França a uma transformação da própria historiografia francesa, tendo em vista as críticas e os limites apresentados pela história global idealizada pelos *Annales*. Diante disso, Levillain advoga que a reutilização das biografias como fonte histórica decorreu das relações entre a História e o desenvolvimento das ciências sociais e naturais no século XX, em especial, a Biologia, Sociologia, Psicologia e Psicanálise. As últimas, particularmente, contribuíram para *renovação do individualismo* a qual, segundo Levillain, pressupõe um enfoque voltado para o indivíduo no que diz respeito ao reconhecimento da liberdade de escolha do homem bem como o confronto entre ele e a sociedade no tocante à fixação de valores. De fato, o enfoque sobre o individual e, por extensão, suas relações com o coletivo promoveram novas abordagens para a pesquisa histórica e, conseqüentemente, um interesse maior pelos documentos biográficos. (LEVILLAIN, 1996, p. 167-168).

Nota-se que o interesse pela biografia tornou-se evidente dentro de uma ampla renovação historiográfica francesa que se consolidou nas últimas décadas sob a alcunha do *retorno da História Política*, tal como designam os próprios franceses. Trata-se de uma renovação que ambicionava trazer para esfera das discussões sobre a pesquisa em História as questões políticas inerentes às fontes históricas as quais foram amainadas sob a vigência dos *Annales* e suas respectivas orientações investigativas que representavam um manifesto contra a predominância do aspecto político nas narrativas históricas.

Dessa forma, associado ao retorno do gênero biográfico na França e pesquisas incipientes desempenhadas por historiadores norte-americanos sobre o

²¹ Sustentamos essa reflexão com base na observação da produção de artigos e manuais sobre a Antiguidade Tardia produzidos pela historiografia anglo-americana, posto que, entre as décadas de sessenta e noventa, verifica-se uma sólida utilização de documentos biográficos pelos antiquistas para composição da explicação histórica do quarto e quinto séculos. Já o período de “declínio” desse tipo de documento na historiografia francesa, é assegurado por Levillain (1996) e Borges (2005), principalmente.

gênero biográfico, vieram inovadoras propostas metodológicas para trabalhar com esse tipo de texto e, é claro, ao experimentar propostas investigativas aplicadas à biografia, diversos problemas metodológicos surgiram e ocuparam o centro das atenções de teóricos, historiadores e, entre esses, antiquistas.

Queremos dizer com isso que, estabelecida a utilização da biografia como fonte indispensável para a compreensão histórica, encontramos um acalorado debate sobre as utilizações do gênero biográfico pelos historiadores. Nesse embate, destacam-se, em síntese, dois grupos de antiquistas com diferentes visões e abordagens sobre biografia.²² Ambos consideram a biografia como objeto de análise da história; o primeiro, porém, demarca a especificidade dos dois tipos de texto, ou seja, sustenta uma nítida diferença entre biografia e história nas sociedades clássicas; já o segundo grupo defende a aproximação dos gêneros biográfico e histórico e justifica, com base nisso, a biografia como um tipo de história, visão essa compartilhada por nós nesse trabalho investigativo.

Em relação ao primeiro grupo, destaca-se o antiquista norte-americano Ronald Mellor o qual, em 1999, publicou *Os historiadores romanos*. Trata-se de uma obra que nos oferece, pautando-se em documentos romanos impressos, uma análise acerca da concepção de história e biografia para os romanos, porém o autor faz um sucinto contraponto à concepção grega sobre a especificidade das narrativas histórica e biográfica.

A partir da leitura das obras de Cícero, Mellor relata que a escrita histórica romana era política e profundamente moral. (1999, p. 4). Objetivava-se registrar a tradição dos ancestrais a fim de que suas virtudes cívicas na família, no Fórum ou no campo de batalha ficassem registradas e fossem delegados às futuras gerações as quais, por imitação, manteriam a tradição. Em outras palavras, os romanos usaram a história para discutir a dimensão moral das questões políticas; já os gregos, por outro lado, estavam mais inclinados às discussões filosóficas. Dessas considerações podem-se extrair as seguintes ilações: para os romanos, o problema da fragmentação do Império está alicerçado em uma questão moral e a escrita histórica, por extensão, tornou-se a *consciência do povo romano*. Afirma-se, por extensão, que

²² Nossa intenção não é abordar a complexidade do tema de forma esquemática. A divisão se faz necessária apenas para garantir a clareza da exposição. Os autores selecionados para representar cada grupo partiu de uma seleção pessoal nossa. Isso posto, não descartamos a possibilidade de incluir outros pesquisadores para representar as principais tendências da pesquisa histórica com base nas biografias.

a História, era compreendida como uma coleção de histórias úteis e não um trabalho de análise. A partir desse prisma, a narrativa histórica associava-se a um treino de retórica; cabendo, assim, aos historiadores romanos embelezar os fatos a fim de que a leitura da narrativa se tornasse agradável, uma vez que o que, de fato, era essencial na escrita da história não era a verdade em si, mas a verossimilhança, ou seja, a aparência da verdade. Afinal, o objetivo dos professores de retórica inclinava-se à importância da construção de um discurso persuasivo. (MELLOR, 1999, p. 192).

Ao analisar os historiadores que precederam Cícero, tais como Gneo Nêvio, Quinto Ênio, Fábio Pictor, Marco Portio, Gaio Graco, Coélio Antipater, Semprônio Asélio, Cláudio Quadrigário, Mellor repara que grande parte deles tem como motor da escrita histórica os anais, ou seja, estes registros, segundo Mellor (1999, p. 14), redundaram na estrutura da escrita histórica romana, a qual tendeu a acompanhar os fatos ano a ano.

Todos os historiadores supra-referenciados apresentavam características semelhantes, uma vez que ambicionavam focar suas análises nas experiências políticas e militares com a finalidade de demonstrar a virtude dos ancestrais da aristocracia às gerações vindouras. Com isso, Mellor procura sedimentar aos leitores a formação de uma tradição de escrita histórica entre os romanos.

Em relação às biografias, Mellor compartilha a opinião de Arnaldo Momigliano e do filósofo e historiador Collingwood ao afirmar que elas eram consideradas um gênero complementar à história. Vê-se, então, que os pesquisadores mantêm as categorias História e Biografia separadas. Para Momigliano (1992, p. 132), as biografias gregas e romanas não passavam de meras coleções de adágios ou anedotas, as quais se tornavam, com o tempo, “formas literárias populares” nas sociedades clássicas. Desse ângulo, segundo o autor, a finalidade de escrever acerca dos filósofos e sofistas em documentos biográficos vinculava-se à intenção de registrar seus pensamentos, provérbios e anedotas para que pudessem ser compartilhados.

Ainda de acordo com Mellor (1992, p. 136), apoiando-se na popularização do gênero no mundo antigo, a idéia de biografia alcançou os romanos de duas maneiras: diretamente, por meio da escrita da vida dos gregos e, indiretamente, por intermédio das escolas de retórica. Tais escolas ofereciam a produção de biografias como treino para que os alunos pudessem desenvolver suas habilidades retóricas gradativamente em grego e em latim. Cícero, por exemplo, foi treinado dessa forma

e utilizou as biografias que produziu em seus discursos. Em virtude disso, o pesquisador investe na idéia de que os textos biográficos eram, a rigor, panfletos políticos ou discursos encomiásticos. Compreendemos, com base nisso, que Mellor se habituou a ver as biografias antigas de uma forma meramente biográfica o que, para nós, não condiz com a realidade biográfica a partir do segundo século depois de Cristo.

Anterior a Mellor, o antiquista italiano Momigliano²³, no final da década de 1970 e início da década de 1980, surge como referência no que diz respeito à análise das biografias do IV século, especificamente. O pesquisador foi o grande semeador da idéia de que a divergência entre os campos biográfico e histórico não é contemporânea, ela começa no Mundo Clássico, ou seja, é, a rigor, uma invenção grega. (MOMIGLIANO, 1983, p. 169-185).

Convém ressaltar, porém, que as obras produzidas por Momigliano apresentam uma mudança gradativa em sua forma de conceber as fontes biográficas da Antiguidade Tardia. Em uma de suas últimas obras sobre o tema, *O desenvolvimento da biografia grega* (MOMIGLIANO, 1993), o referido historiador se dispõe a justapor as novas correntes investigativas que auxiliam a compreensão do valor funcional das biografias gregas nas sociedades clássicas. Por isso, não se deve generalizar as considerações em relação a Momigliano, arrimando-se apenas do que ele escreveu, nas décadas de 1970 e 1980; deve-se, sim, avaliar o desenvolvimento de suas pesquisas no transcorrer dos anos. Nesse sentido, afirmamos que Momigliano já considera as fontes biográficas como um tipo de história, mas ele mesmo ratifica nessa obra que tem dificuldades com esse viés interpretativo e confessa sua insegurança pessoal sob a justificativa de se tratar de um campo novo na historiografia, logo, não sedimentado ou experimentado a contento. (MOMIGLIANO, 1993, p. 7).

Cumpramos ponderar, no entanto, que, para Momigliano, tal dicotomia era mais evidente no quinto e quarto séculos a.C., uma vez que, na Antiguidade, o gênero histórico nesse período era fortemente marcado pelo modelo idealizado por Tucídides no qual o historiador deveria basear sua narrativa em informações das quais tivesse certeza, ou seja, o discurso deve se apoiar na evidência dos fatos e

²³ Decidimos inserir Arnaldo Mogliano depois de Ronald Mellor com a finalidade de valorizar as obras mais recentes desse autor e indicar, por extensão, as mudanças de sua maneira particular de conceber o gênero biográfico na Antiguidade Tardia. Evitamos, com isso, focar nossa análise em uma única obra de Momigliano, pois consideramos e respeitamos a evolução de seu pensamento.

versar sobre a coletividade; já a biografia era escrita sem referência a Tucídides e relacionava-se com o particular: a vida de um grego ou romano. Com o tempo as particularidades que segregavam os dois gêneros foram, aos poucos, amainando-se até encontrarmos, a partir do segundo século, gêneros mistos e não tão delineados. (MOGLIANO, 1993, p. 12).

Adicionado a isso, Carlos Augusto Machado (1998, p. 33) também constatou que Tucídides imagina ser o discurso histórico permeado por *informações das quais pudesse ter certeza*. Essa característica, com efeito, perpassou, por imitação ou repetição, a moldura textual das narrativas históricas de historiadores gregos e romanos com adaptações e ajustes, é claro, no transcorrer dos séculos. Todavia, é de se evidenciar a permanência de uma tradição da escrita histórica greco-romana no IV século influenciada por uma *Paidéia*²⁴ assentada na leitura de escritores da Antiguidade Clássica.

Conforme afirmamos, embora considere o conteúdo político presente nas biografias da Antiguidade Tardia, Momigliano, ao se referir a Eunápio, evidencia apenas o fato de o biógrafo ambicionar o registro de experiências da realidade sobrenatural influenciadas pela educação, iniciação aos mistérios e participação freqüente de reuniões de homens que falam com Deus. (MOMIGLIANO, 1987, p. 175).

Afinal, essa continua a ser a inclinação investigativa de Momigliano. Ele está preocupado em recuperar elementos biográficos que possam ser úteis para compreender os grupos religiosos que estiveram em vigor no IV século bem como o papel que desempenharam no Império Romano, albergado pelo contexto de fragmentação institucional, invasões bárbaras e, especialmente, crescimento do cristianismo. (MOMIGLIANO, 1992, p. 271). Definimos, assim, a inserção de Momigliano no segundo grupo acima mencionado, já que ele reconhece, atualmente, a interpenetração dos gêneros biográfico e histórico.

Sem pretender ser exaustivo, antes de prosseguirmos a exposição de antiquistas adeptos ao segundo grupo, evidenciaremos as contribuições de Michel Foucault para o amadurecimento do tratamento documental das biografias nas

²⁴ De acordo Carvalho (2002, p. 20-31), emprega-se o termo *Paidéia*, nas sociedades clássicas, para exprimir a educação adquirida por cidadãos romanos e, possivelmente, granjear altos cargos político-administrativos na esfera governamental do Império. Há de se destacar ainda que não se concebe *Paidéia* sem Retórica o que demonstra a relação íntima entre esses dois campos do conhecimento para configuração das fontes históricas da Antiguidade.

pesquisas históricas o qual influenciou muitos antiquistas a não enxergar os registros biográficos em sua forma meramente biográfica.

Assim sendo, de acordo com B. Schmidt (2000, p. 32), Michel Foucault é considerado um pesquisador preocupado em problematizar as fronteiras da história e trazer novas abordagens, uma vez que, ao se apropriar do pensamento de Hegel, Foucault alertou-nos para as noções de autor e obra, importantes para análise biográfica. Tais noções devem ser reproblematicadas a fundo bem como a relação entre indivíduo e contexto, atributo de Hegel, para que o gênero biográfico receba o estatuto de fonte histórica, posto que se apresentarmos biógrafos e biografados dentro do contexto em que atuaram, o indivíduo mesmo se apresentará tanto como criador quanto igualmente fruto desse próprio contexto, em virtude disso, a narração se torna uma fonte histórica pelo fato de ser produto de uma época e comportar valores dela.

Particularmente em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (1986, p. 63-66) confere uma nova roupagem à dialética entre indivíduo e contexto e viabiliza, ou pelo menos apresenta um caminho possível, para uma análise discursiva mais apurada dos registros biográficos em perspectiva histórica.

Por meio dos esforços de renovação teórico-metodológicas no campo da história, torna-se, então, possível a apropriação das biografias, de modo geral, como discurso histórico, dado que as *Vidas* não serão interpretadas com um fim em si mesmas, mas em relação ao meio que colaborou para sua construção.

Enfocada desse modo, a análise biográfica permite a renovação e enriquecimento de métodos e perspectivas de análises de historiadores. O indivíduo, sob a ótica dessa concepção analítica, é observado no interior de uma rede complexa a qual envolve vínculos de amizade, condição social, pertencimento a grupos filosófico-religiosos, região em que atuou, entre outros fatores. Isso posto, Foucault (1986, p. 27) propugna, em síntese, que o historiador deve ir além do *já-dito*, isto é, do *discurso manifesto*, porquanto, em todos os seus fragmentos, a obra se remete ao referente externo que envolve o autor.

Essa estratégia analítica despertou os historiadores a perceber que havia, no entorno do biografado, a sociedade que o regulava e que interferia no curso da história.(OLIVEIRA SILVA, 2002, p. 26). Incorporaram-se, a isso, novos processos de leituras dos documentos biográficos enraizados no intercâmbio de informações entre os diferentes campos das ciências sociais. (BORGES, 2005, p. 208).

Seguindo a linha de antiquistas que concebem a relação mútua entre discurso histórico e biográfico, destaca-se Jaeger Werner o qual, influenciado pelas teorias da Psicologia Social da década de 1960, no prólogo de *Biógrafos Griecos*, defende que as biografias devem ser analisadas à luz da subjetividade. Nesse sentido, o relato do outro é, na verdade, a descrição do próprio biógrafo, haja vista a dificuldade de *encontrar em outro algo que não tenhamos sentido ou experimentado previamente*. (WERNER, 1964, p. 13).

Outro elemento relevante para Werner é a falta de imparcialidade presente nas biografias, porém, em vez de um impasse, é uma ferramenta útil para compreender a maneira como o biógrafo filtra o contexto histórico bem como suas intenções a partir do que foi registrado. O pesquisador sustenta que as biografias do Baixo Império Romano, geralmente, representavam um repulsa em relação à situação atual do biógrafo (WERNER, 1964, p. 14-15) e esta, por sua vez, relaciona-se com o papel que o biógrafo ocupa na sociedade. Acreditamos ser bastante pertinentes essas considerações porquanto, em se tratando das biografias de Eunápio, as lamentações registradas nas biografias revelam, justamente, a consciência de que o Império Romano apresentava sinais de desgaste e que as elites neoplatônicas, portanto não-cristãs, da Ásia Menor estavam, gradativamente, sendo alijadas da administração imperial, conforme veremos no terceiro capítulo com mais propriedade. Ambicionamos declarar com isso que não é possível eliminar, por completo, o conteúdo histórico mobilizado pelo biógrafo ao relatar as *Vidas* ou utilizar o documento biográfico de maneira estanque como se não estivesse antenado ao lugar e ao tempo que colaboraram para sua construção.

De maneira semelhante, com a finalidade de ampliar as fontes históricas e agasalhar as biografias, o historiador Jean Orieux, adepto da *Nova História*, faz um esboço da metodologia que deveria ser aplicada na biografia como fonte histórica e afirma que “o biógrafo tem de reunir o maior número possível de conhecimentos sobre um personagem histórico, a fim de se aproximar, tanto quanto possível, da sua verdade viva, com o máximo de precisão, de autenticidade e de probidade”. (ORIEUX, [s.d], p. 39).

O fragmento revela o esforço do autor em minimizar as fronteiras entre as biografias e o discurso histórico por intermédio da evidência das fontes utilizadas pelo biógrafo. Sendo assim, o que confere legitimidade histórica a uma biografia são as alusões que o próprio biógrafo faz a autores ou obras do período em que registra.

Esse procedimento condiz com a atuação de um historiador como pesquisador o qual se debruça em um vasto material de pesquisa para concretizar sua investigação. Então, constatado o compromisso do biógrafo em não abandonar o repertório de fontes de sua própria época, a biografia transforma-se, com efeito, em material histórico. No limite, o pano de fundo das biografias revela um material riquíssimo para o historiador.²⁵

No interior desse pensamento, Oliveira Silva (2002, p. 1), em sua Dissertação de Mestrado, solidificou essa iniciativa ao abordar as biografias de Plutarco, *Vidas Paralelas*, como fonte histórica e, por extensão, assegurar Plutarco, biógrafo, na categoria de historiador. De acordo com a pesquisadora, o objetivo de sua Dissertação é demonstrar que as biografias plutarqueanas são o resultado da coleta e da análise crítica das informações contidas em fontes históricas e iconográficas da Antiguidade o que torna Plutarco, a rigor, um historiador e não simplesmente biógrafo, haja vista o esforço investigativo do autor para elaboração das *Vidas Paralelas*.

A fim de consolidar o raciocínio supramencionado o qual visa ao vínculo indissociável entre os discursos biográfico e histórico, B. Gentili e G. Cerri (1988, p. 61-64) sustentam que não convém afirmar que na Antiguidade era comum separar história e biografia como se isso representasse senso-comum entre gregos e romanos, tal como defende Mellor (1999) e Momigliano (1983), inicialmente.

Com base na obra de Dionísio de Halicarnasso, por exemplo, Gentili e Cerri verificaram que Dionísio diz explicitamente que os objetivos biográficos estavam alinhados aos de suas Histórias. As fundações de cidades, as vidas dos reis, características psicológicas e descrições de ambientes, presentes em uma única obra, representaram o que Dionísio chamou de narrativa *polimórfica* (GENTILI; CERRI, 1988, p. 63) de um historiador. Tal comportamento demonstra não só a proximidade entre biografia e história, mas também a consciência de uma produção textual que agrega atributos de ambos os tipos de texto. Além disso, constata-se a existência de uma tendência historiográfica que rompe com o que Ronald Mellor, especialmente, defende: a separação de História e Biografia é produto da própria historiografia antiga.

²⁵ Embora não sejam as biografias antigas o objeto central de estudos de Jean Orioux, suas inclinações investigativas colaboraram para a inovação de análises produzidas por sobre esse tipo de documento histórico. É, por esse motivo, que julgamos necessário apresentar as influências que configuraram em uma nova maneira de conceber e interpretação desse tipo de texto.

A visão dionisiana acerca da escrita histórica fica evidente no trecho:

[...] não é somente ver e dizer o que é evidente para alguém em vários eventos políticos, mas também mostrar o que está por trás das ações e dos homens que os realizaram e as paixões que movem a alma, as quais não são facilmente discernidas pela maioria dos homens bem como desvelar os segredos de uma aparente virtude e de um vício escondido e ignorado. (GENTILI; CERRI, 1988, 63)²⁶.

Nota-se que os elementos pertencentes à biografia e à história se imiscuem de tal forma que não é possível separá-los. Tal característica demonstra que não podemos elaborar definições fechadas e restritas sobre os dois gêneros na Antiguidade.

Nessa mesma ordem de idéias, E. J. Kennedy e W. V. Clausen (1982, p. 737), defendem que, para o historiador romano Aurélio Victor, também há uma fusão entre biografia e história, posto que o sentido que Aurélio Victor trata a história romana, reino por reino, adicionado ao fato de se concentrar em características e atividades de cada imperador ilustra que seu trabalho é um exemplo da união dos métodos histórico e biográfico o qual caracterizava uma época: o Império Romano.

De fato, não há um divórcio entre a narrativa histórica e biográfica, mas uma interação entre ambos os discursos os quais dão ênfase a um determinado aspecto em um e não no outro de acordo com o tipo de trabalho escrito. (GENTILI; CERRI, 1988, p. 66). Afigura-se, então, que não se pode fazer generalizações em relação às biografias antigas, haja vista a diversidade de intelectuais e regiões em que atuavam bem como a tradição biográfica que os envolvia; são, com efeito, produções textuais em constante estado de experimentação.

Como resultado dessas considerações, estamos de acordo com Gentili e Cerri (1988, p. 68) ao proporem que, para a compreensão das fontes biográficas, é preciso considerar o tipo de público para o qual a narrativa é pretendida. De outro modo, uma correta análise das biografias gregas deveria partir da identificação dos objetivos que o próprio autor atribuiu ao redigi-las. Poderíamos afirmar, por extensão, que a narrativa biográfica varia em relação a funções específicas que ela assume em contextos históricos particulares e em diferentes sistemas literários²⁷. (GENTILI; CERRI, 1988, p. 80).

²⁶ As traduções dos fragmentos da bibliografia apresentadas nesta dissertação são de responsabilidade do autor.

²⁷ O conceito de “sistema literário” foi elaborado por Antônio Candido (1957, p. 23) em sua “Formação da Literatura Brasileira” para indicar que há um conjunto de “obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase”. Para Candido, os denominadores comuns

Fazendo um balanço do que se discutiu até o momento, verificamos, por meio da historiografia nacional, francesa e anglo-americana que o debate sobre os gêneros histórico e biográfico na Antiguidade não é passível de generalização. É incorreto atermo-nos em definições esquemáticas que delineiem ambos os escritos. Devemos, sim, voltar nossos olhos à flexibilidade funcional e aos processos dialéticos que representam a historicidade dos atos literários²⁸.

1.3 Eunápio e a compreensão histórica da Antiguidade Tardia: apropriações da historiografia anglo-americana

Realizadas as considerações que revelam antiquistas inclinados a aceitar os registros biográficos como documento histórico, indicaremos, a partir da iniciativa da historiografia anglo-americana em produzir grandes manuais sobre a Antiguidade Tardia ou Baixo Império Romano, a maneira como os especialistas absorveram, tendo em vista as discussões metodológicas sobre as biografias supra-referenciadas, as *Vidas* de Eunápio. É preciso considerar que nos reportaremos, aqui, a antiquistas que não são especialistas em Eunápio, porém utilizam-no para a compreensão histórica do IV e V séculos.²⁹

Antes de iniciarmos a exposição, é preciso considerar que os principais pesquisadores que se ativeram ao quarto e quinto séculos na historiografia anglo-americana e que consideraram as biografias eunapeanas em suas explicações históricas foram: Jones (1964; 1966); Cameron (1976; 1990; 1993; 1998) e Brown (1972; 1991; 1992; 1998). Em relação a Jones, já tecemos comentários acerca de como o antiquista se apropriou das *Vidas* eunapeanas, por essa razão, não o abordaremos novamente. Ater-nos-emos, então, a Cameron e Brown os quais valorizam a consistência histórica dos registros biográficos.

compreendem: características textuais internas e elementos de natureza social e política. Apropriamo-nos desse conceito apenas para evidenciar que em diferentes períodos do Império Romano identificamos uma sólida tradição escrita que se renova ou incorpora novos elementos de geração a geração.

²⁸ Entende-se por “atos literários” quaisquer produções escritas, independente do tipo de texto.

²⁹ Embora fosse interessante, não pretendemos nesse item discorrer acerca dos manuais produzidos sobre a Antiguidade Tardia e, sim, relacionar, apenas, os manuais que abordam os registros biográficos de Eunápio para que percebamos a maneira como tal fonte foi utilizada na pesquisa histórica sobre o período.

Isso posto, a historiadora Cameron, em 1993, cita Eunápio, especificamente, no contexto do reinado de Juliano para caracterizá-lo como escritor pagão ao lado do próprio imperador Juliano e do sofista Libânio no que diz respeito à divulgação do paganismo. Para ela, os escritores tardios atribuem o comportamento destes filósofos à influência de Máximo de Éfeso, um extremo neoplatônico afeito a milagres e à invocação de deuses (CAMERON, 1993, p. 680). Nota-se que Cameron enfatizará o aspecto religioso das *Vidas* de forma análoga à pesquisa desenvolvida por Brown, o qual divulgaremos a seguir. Em um ensaio elaborado para *The Cambridge Ancient History*, Cameron (1998, p. 700) afirmou que as biografias gregas do final do quarto século versavam sobre um único indivíduo a fim de que ele representasse um modelo para os demais. Além disso, priorizava-se registrar uma vida ascética, contemplativa em detrimento das fraquezas humanas, tal como a luxúria. Nesse sentido, para Cameron, biografias pagãs e cristãs eram semelhantes, haja vista a divulgação de valores religiosos e morais.

Já o historiador Brown, em 1998, declara que os retratos de filósofos neoplatônicos, colecionados por Eunápio, em aproximadamente 397, pretenderam apresentar as experiências do que era, com efeito, um limitado grupo de pessoas de uma específica região da Ásia Menor como paradigma para a realização de santidade entre todos os verdadeiros adoradores dos antigos deuses. (BROWN, 1998, p. 606). Tais experiências, para ele, denotam o estilo de vida dos filósofos não-cristãos, guiados pela teoria neoplatônica de purificação da alma no interior de um Império permeado por práticas cristãs. Em outros termos, para Brown, as biografias testemunham a existência da tradição helenística entre os filósofos politeístas do século IV. Sendo assim, Eunápio reconstituiu a vida ascética e nostálgica de filósofos e sofistas pagãos como uma boa razão para representar o passado clássico.

Com base nesses dois pesquisadores, observamos uma propensão, provavelmente influenciada pelo italiano Momigliano³⁰, em apreender as fontes biográficas da Antiguidade Tardia com o viés interpretativo enveredado a questões religiosas.

Não consideramos, todavia, que ambos estudiosos tenham produzido análises distorcidas da fonte, porquanto, de fato, percebemos a existência de uma

³⁰ Com base na biografia desse pesquisador, disponibilizada na enciclopédia eletrônica *Wikipédia*, percebemos que ele está vinculado às produções historiográficas anglo-americanas.

construção mística em torno do neoplatônico. Eles só não perceberam a vinculação disso com a questão administrativa a qual, para nós, é de fundamental importância.

1.4 Tendências para interpretação das biografias eunapeanas: especialistas em Eunápio de Sardes

Pela observação das teses e artigos científicos da historiografia anglo-americana, nacional, ibérica, francesa e germânica, constata-se que os estudos específicos sobre Eunápio são recentes, entre os especialistas sobre o biógrafo, podem-se citar K. Sacks (1986), Thomas Banchich (1986), A. Baker (1988), Buck (1988), R. Penella (1990) e B. Isebaert (2000). A mais recente, Isebaert (2000, p. 265) é responsável, apenas, pela análise dos termos gregos apresentados na *Vida* de Proerésio na fonte em questão. Trata-se, então, de uma leitura crítica que se faz por sobre a seleção vocabular utilizada pelo biógrafo.

No interior dessa plêiade, Sacks (1986) foi o especialista que, de fato, promoveu uma investigação completamente inovadora e que mais se aproxima da análise que pretendemos realizar nessa pesquisa, posto que ele identifica, em Eunápio, as lamentações político-administrativas em relação à maneira como era conduzida a política imperial de Constantino a Teodósio, todavia seu artigo intitulado *O significado da História de Eunápio* (SACKS, 1986, p. 52-67) versa sobre a *História Universal* de Eunápio e não sobre a fonte biográfica *Vidas de Filósofos e Sofistas*. De todo modo, suas colocações foram importantes para observarmos, nas biografias eunapeanas, elementos condizentes ao ambiente político-cultural e os recursos retóricos que colaboraram para construção da imagem de intelectuais neoplatônicos nesse ambiente.

Já Buck (1988) adota uma perspectiva inovadora dos registros biográficos de Eunápio, uma vez que se apresenta na historiografia como o primeiro pesquisador a investigar a inserção da referida obra em uma tradição biográfica que se consolidava a partir do segundo século, além disso, ele considera o contexto político-cultural que colaborou para configuração dos interesses pessoais silenciados pelo biógrafo na obra em questão, porém não aprofunda a análise no tocante à questão administrativa do Império Romano impressa nas biografias a qual permitiria descortinar a defesa da representatividade política de membros da elite neoplatônica. Acrescenta Buck que,

na opinião de Eunápio, Constantino começou a destruição do Império Romano e Teodósio a finalizou (BUCK, 1998, p. 41), porém não fundamenta essa proposição.

Em seus artigos: *Eunápio de Sardes e Teodósio, o grande* (1988); *Vidas dos sofistas: um estudo literário* (1992) e *Zósimo usou as Histórias de Eunápio?* (1999), Buck demonstrou a inter-relação do pensamento de Eunápio no que diz respeito ao gênero histórico e biográfico bem como a apropriação de sua narrativa, por Zósimo, como documento histórico. Isso reforça nossa asserção de que, ao analisar as biografias eunapeanas, é possível recuperar os quadros político-culturais que nos leva à compreensão de como Eunápio pensa o Império Romano, ou seja, os imperadores e seus súditos por meio de suas respectivas práticas administrativas.

Os antiquistas Banchich (1986) e Baker (1988), por outro lado, realizam um estudo comparativo entre Eunápio e Jerônimo e Eunápio e Fócio, respectivamente, contudo preocupam-se com aspectos relacionados à datação da obra biográfica e sua influência em relação aos demais autores antigos.

Diante desses trabalhos, é significativo dizer que já há um esforço da historiografia anglo-americana em reconhecer nas biografias eunapeanas as intenções políticas e interesses pessoais e coletivos obscurecidos por Eunápio ao justapor a figura de filósofos e sofistas que nasceram ou atuaram na Ásia Menor. Tais interpretações elucidam, no geral, a influência do surgimento de um novo procedimento de leitura para gênero biográfico. São estudiosos preocupados com uma análise mais aprofundada das obras biográficas em oposição a uma apreensão superficial, isto é, menos detalhada.

Conforme mencionamos, essas pesquisas se encontram em estudos recentes registrados em revistas conceituadas, tais como *Byzantion*, *Museum Helveticum*, *L'Antiquité Classique* e *Greek, Roman and Byzantine Studies* o que revela a necessidade de um estudo mais pormenorizado a respeito da especificidade das biografias de Eunápio. Acreditamos que, nesse sentido, há uma lacuna na historiografia anglo-americana, francesa, ibérica, germânica e, principalmente, nacional. É preciso mobilizar outros referenciais teóricos para pensar a questão das biografias na Antiguidade Tardia e não tachá-la de um gênero complexo que incorpora temas diferenciados como se fosse uma colcha de retalhos útil para suprir lacunas presentes na narrativa histórica.

Por fim, encontra-se, em Penella, um estudo específico e detalhado sobre as *Vidas* de Eunápio em uma obra intitulada *Filósofos e Sofistas Gregos no Quarto Século d.C.: Estudos em Eunápio de Sardes*. Segundo a própria autora:

[...] o espírito em que essas páginas tem sido escritas [...] abrem uma janela tanto para o neoplatonismo de lâmblico quanto para a cultura acadêmico-retórica [...] a janela é fornecida pelos sofistas gregos. (PENELLA, 1990, p. ix).

Pelos fragmentos acima, notamos que sua análise se volta às práticas religiosas do neoplatonismo, em virtude das contribuições de lâmblico a essa corrente filosófica, encadeado aos componentes culturais, tais como a vida acadêmica de filósofos e sofistas; isto é, a dinâmica da vida desses intelectuais e o papel da retórica nesse contexto. O ambiente político em que estavam circunscritos os neoplatônicos e jogo de interesses entre os grupos sociais que, a nosso ver, colaboraram para escrita da obra biográfica, não se fazem presentes na investigação de Penella, já que apenas os aspectos culturais foram ressaltados.

Com a finalidade de suprir essa lacuna na historiografia, exporemos as *Vidas* de Eunápio a partir de um novo enfoque. Consoante dissemos, reconhecemos em Eunápio uma expressiva preocupação em exaltar intelectuais pertencentes às elites locais neoplatônicas na administração imperial, tendo em vista a ameaça dos grupos cristãos. Trata-se, entretanto, de uma investigação que será desenvolvida minuciosamente no último capítulo.

Instigados por essas investigações mais recentes acerca dos limites da biografia na Antiguidade Tardia, pretendemos, no próximo item, fazer uma exposição com base em fragmentos da obra biográfica de Eunápio com a finalidade de justificar a natureza de seu discurso no tocante à categorização do tipo de texto que o próprio biógrafo sugere. Defenderemos, com isso, os registros biográficos como documento histórico e, a partir daí, sustentaremos que as biografias eunapeanas na Antiguidade Tardia nada mais eram do que um tipo de história. Essa análise solidificará nossos esforços em relacionar um conjunto de pesquisadores sobre Antiguidade que

pensaram no binômio biografia e história na Antiguidade bem como definirá a posição que assumiremos diante desse debate nos próximos capítulos.

1.5 Eunápio e sua biografia histórica: a legitimação do registro biográfico como documento histórico

Ofereceremos uma investigação que pretende mostrar as *Vidas* eunapeanas na condição de narrativa histórica, porém escrita em formato biográfico. Isso revelará a plasticidade da composição histórica na Antiguidade Tardia, período que nos propusemos a estudar, tendo em vista o arco cronológico em que Eunápio está inserto. Sendo assim, discorreremos sobre os vários aspectos que cristalizam essa maneira de conceber o gênero biográfico.

A princípio, convém ressaltar que, no que tange à concepção de História, ao examinarmos os vestígios que Eunápio delegou em outras obras publicadas por ele, as quais versam sobre a *História Universal*, verificaremos uma perfeita sintonia entre essas obras, declaradamente históricas, e os registros biográficos produzidos posteriormente. (SACKS, 1986, p. 63). Com base nisso, revelaremos, inicialmente, algumas passagens de Eunápio sobre sua concepção de *história* impressas em diversas coletâneas organizadas por Blockley sobre o biógrafo, tais como *Excerpta de Sententiis Iussu Imp. Constantini Porphyrogeniti Confecta.*; *Malalas*; *Chronicon*, ed. L. Dindorf, em *CSHB XV* e Photius, *Bibliotheca*, ed. R. Henry, I-II, Paris (1959), todos compilados em *O fragmentário de historiadores clássicos do Baixo Império Romano* e as relacionaremos a *Vidas de Filósofos e Sofistas*. Nesse sentido, em relação à função e aos objetivos da História, Eunápio defende que:

[...] eu tenho refletido que [...] o maior objetivo e função da história é registrar eventos com um mínimo de subjetividade e, à luz da verdade - *ὅτι μάλιστα δίχα τίνος πάφους ἔς τὸ ἀλητὲς ἀνατεροντα γραφειν*,³¹ [...] testemunhas aleatórias, são incapazes de auxiliar nisto. - *ὥρπερ ἄκλητοι μάρκυρες, αὐτομάτως ἐπεισιόντες ἐς ταυτα ὠφελουσιν οὐδέν* [...] Se o mais importante dos benefícios da história é que sucintamente e, em curto espaço de tempo, nós podemos nos familiarizar com muitos fatos, de verdade um incontável número deles e, por meio do conhecimento de eventos passados, angariar experiência dos anos anteriores enquanto ainda jovem, de tal forma que nós conheceremos o que deve ser evitado e o que se pretendeu depois. - *εἰ γὰρ ἔσχατος ὅρος των περι τὴν ἱστορίαν καλων το πολλων καί ἀπείρων πραγμάτων ἐν ὀλιγῳ χρόνῳ καί διὰ βραχείας ἀναγνωσεως πειραν λαβεῖν καί γενεσται γέροντας ἐπὶ νέους ὄντας δι' ἐπιστημὴν των προγεγότων*. (EUNÁPIO, Exc. de Sent. 1 apud BLOCKLEY, 1983, p. 9).

O fragmento manifesta uma concepção de história arraigada à idéia de produção da verdade (*το αλεθες*) dos fatos, tal como Heródoto e Tucídides idealizaram no século V a.C. Naquele momento histórico, a idéia de verdade era, com efeito, o elemento que diferenciava a História dos demais gêneros discursivos. Em virtude disso, ela era revelada a fim de que o leitor tivesse conhecimento de que tinha em suas mãos uma obra de história. Por outro lado, na Antiguidade Tardia, em especial depois do Movimento da Segunda Sofística, o referido termo passou a ser apropriado como um recurso retórico utilizado para persuadir o leitor acerca da veracidade das informações disponibilizadas no texto e, assim, justificar o ponto de vista do intelectual em relação ao passado.

Com isso, percebemos que a apropriação de modelos clássicos na Antiguidade Tardia, os quais ainda atuavam como parâmetros para produção discursiva, tiveram seus objetivos redirecionados. Conforme observamos, o modelo de história propalado por Tucídides, no IV século, sob a égide do Movimento da Segunda Sofística, é empregado como mecanismo de persuasão, ou melhor, a verdade, em vez de caracterizar um tipo de texto, tornou-se um mero recurso retórico que se manifesta no texto com a finalidade de angariar a atenção do leitor e mudar seu comportamento a partir da leitura da obra. Em outros termos, manipulase, a nosso ver, fatos do mundo clássico para referendar posições políticas no

³¹ Julgamos necessário apresentar alguns trechos da fonte na língua original, isto é, grego ático antigo do IV século por duas razões. A princípio, discordamos de alguns termos aplicados pelo tradutor, em especial Wright (1921), tradutor da fonte biográfica de Eunápio, além disso, disponibilizaremos, no original, palavras de difícil ou problemática tradução a fim de que o leitor acompanhe o valor semântico que atribuímos ao vocábulo. Diante disso, tomamos a liberdade de, em grande parte dos fragmentos, apresentar, em grego, apenas os termos ou expressões mais problemáticas, ou seja, que comprometem o sentido que autor delegou à passagem.

presente. Nesse sentido, muitos historiadores ou biógrafos se apropriaram dessa figura de estilo para burilar a eficácia da obra em relação ao público-alvo no tocante à capacidade de persuasão.

Nas *Vidas*, particularmente, identificamos a preocupação de Eunápio em fazer com que o discurso estivesse, pelo menos, amparado em informações seguras que o permitisse estar a dizer a verdade, conforme se averigua no trecho a seguir:

Em minhas pesquisas³² (*ἐμὴν ἱστορίαν συνέπεσεν*) relacionadas a este homem (Eustátio), eu tenho levantado evidências de seus seguidores, da mesma forma que a Grécia inteira suplicou para vê-lo e implorou aos deuses que ele poderia visitá-los. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 399).

Essa passagem reforça a idéia de que, segundo Eunápio, houve um trabalho investigativo que favoreceu a redação das biografias. Com isso, o biógrafo quis mostrar a preocupação com a veracidade das informações disponibilizadas em seu texto; isso o aproxima à conduta de um historiador antigo na perspectiva de Heródoto e Tucídides. Mesmo que esse comportamento tenha sido um mero recurso retórico que ambiciona aproximar seu discurso da verdade dos fatos, é inegável a propensão de Eunápio para a produção de uma narrativa histórica, a qual, como vimos, é amparada pelo mesmo objetivo (*τέλος ἱστορίας*).

Outro aspecto importante, indicado no primeiro fragmento, está relacionado à natureza das testemunhas as quais não serão “aleatórias” (*ἄκλητοι μάρτυρες*), dado que, se assim for, elas se tornarão irrelevantes ou incapazes de auxiliar em uma narrativa histórica que, segundo Eunápio, deve se apartar da “subjetividade” (*δίχαινονος πάφους*) e, em decorrência disso, primar pela construção da “verdade” (*τὸ ἀλητὲς*). De fato, as testemunhas que Eunápio manifesta nas *Vidas* estão relacionadas à administração imperial, isto é, são governadores, prefeitos, filósofos pertencentes à corte imperial, entre outros, o que demonstra não só a aproximação de Eunápio com oficiais do Império, mas também a tentativa de endossar suas considerações políticas em testemunhas de peso, já que elas estavam ligadas diretamente aos quadros administrativos. Com isso, sua estratégia argumentativa ganha, aos poucos, conotações de verdade. Até aqui fica claro que os elementos discursivos são cuidadosamente pensados para que o leitor se certifique de que não

³² Os termos grifados partiram de uma iniciativa nossa; não são, portanto, do autor que a escreveu.

houve distorções factuais ou manipulação dos dados históricos. Assim, as “pesquisas” realizadas e o uso de “testemunhas” seguras ratificam o compromisso de Eunápio com a verdade, mesmo que seja construída discursivamente.

Não podemos, por conseguinte, descartar a possibilidade de as testemunhas apresentadas nas biografias terem atuado de maneira fictícia, ou seja, mencionadas apenas para reforçar a veracidade³³ das informações como recurso retórico. Na vida de Juliano de Capadócia, por exemplo, Eunápio utiliza a figura de Tusciano o qual, em nota, Wright (1921, p. 468-469) afirma ser um correspondente de Libânio que manteve vários ofícios no Oriente, entre eles, descrever o julgamento realizado pelo procônsul da Ásia Menor entre os alunos de Juliano de Capadócia e Apsines, os quais, por serem rivais, se envolveram em discursos ofensivos de tal forma que se fez necessária a presença de um oficial do Império para solucionar a contenda, como acompanharemos a seguir:

O procônsul aderiu ao pedido facilmente, conforme Tusciano, que estava presente no julgamento, relatou ao autor [...]. – *ὡς δὲ ταῦτα ἐπετρεψε καὶ μάλ’ εὐκόλως (ταῦτα δὲ πρὸς τὸν συγγραφέα Τουσκιανός ἐξηγγελλε παρων τη κρίσει)*³⁴. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 473).

Interessa-nos aqui observar que Eunápio tem a preocupação em desvelar suas fontes ou manifestar a maneira como adquiriu determinada informação para composição biográfica a fim de que o leitor não desconfie da natureza dos fatos narrados. Quando o autor não recorre a testemunhas seguras para reconstituição da cena, ele mesmo atua como testemunha ocular:

Eu já tenho falado dele (Juliano de Capadócia) em meu relato sobre o reinado de Juliano. O autor viu a casa de Juliano em Atenas (*Ιουλιανόν οἰκίαν ὁ συγγραφεὺς Ἀθηνησιν ἐώρα*); pequena (*μικρὰν*) e humilde (*εὐτελεῖ*) que era [...]. (EUNÁPIO, Vit. Soph. p. 467).

Observemos que, para além de sua intervenção no relato das *Vidas*, notamos que Eunápio se refere a ele mesmo no corpo do texto na terceira pessoa e não na primeira pessoa. Sugerimos, a partir dessa constatação, que seja uma forma eleita

³³ É preciso considerar que a “veracidade” dos fatos históricos é uma preocupação dos historiadores da Antiguidade. Nesse sentido, a utilização de “testemunhas seguras” é uma concepção de Eunápio.

³⁴ Os grifos são nossos. Elucidaremos, com isso, as marcas lingüísticas presentes no texto original que remetem às nossas considerações analíticas sobre a fonte. Apropriar-nos-emos do mesmo recurso didático nos demais excertos.

por Eunápio para indicar a objetividade com que os fatos são narrados, uma vez que vimos no fragmento anterior sua aversão à subjetividade impressa às narrativas históricas. Além disso, ao utilizar a terceira pessoa, o biógrafo segue uma tradição discursiva na escrita de autores gregos e latinos.

Outro indício importante que aponta para o fato de que as *Vidas* sejam, para o próprio biógrafo, um documento histórico ou uma narrativa histórica é a disposição dos personagens biografados. Eunápio os dispôs em ordem cronológica, isto é, há uma organização interna das biografias que segue o modelo preconizado pelas narrativas históricas antigas. Adicionado a isso, ele manifesta, no corpo do texto, diversas passagens que apresentam discursos diretos, ou seja, o biógrafo reproduz a fala literal dos personagens através de testemunhas próximas do círculo de amizade dele para assegurar um efeito maior de realidade por sobre a narrativa.

Tendo em vista todas essas constatações, não nos restam dúvidas de que Eunápio produziu um documento histórico em formato biográfico. Essa consideração é importante, visto que, a partir dela, é que nos conscientizamos de que o biógrafo não produziu uma obra ficcional e que, para ele, a biografia era uma forma de escrever História. Diante disso, na perspectiva de Eunápio, não dissociaremos os dois tipos de texto. Não olharemos a biografia como um texto diferente da História. Como sabemos que os recursos retóricos estão presentes em todas as obras da Antiguidade, em especial, da Antiguidade Tardia, haja vista o reflorescimento da Segunda Sofística no Oriente, desenvolveremos uma leitura mais ponderada das informações veiculadas por esses textos.

Em relação à finalidade da História notamos que, para Eunápio, as experiências do passado levam consigo um material rico para o processo de conscientização e amadurecimento das dificuldades enfrentadas no presente e, caso não tenham os olhos voltados para o passado, o imperador e sua corte, por exemplo, estarão sujeitos a enfrentar, desarmados de conhecimento, dificuldades constantes. Logo, a projeção do passado no presente se apresenta como recurso útil de experiências e modelo de comportamentos. Dessa forma, entende-se que, para Eunápio, a história é imbuída de uma finalidade prática: legar lições políticas, morais e religiosas para a posteridade a fim de que as utilizem como ponto de partida para futuras ações. Com efeito, o registro do passado, cumpre, em Eunápio, essa tarefa a qual será indicada pelo próprio autor no trecho a seguir:

Então, isto também parece que com o passar do tempo, sobre longos períodos (*εν ταῖς μακραῖς περιόδοις*), o mesmo fenômeno ocorre periodicamente (*σές πολλάκις ἐπὶ τα αὐτὰ καταφερεσται συμπτώματα*). Com isso, aqueles que conspiraram com Dário contra os magos (*μάγους*) contavam sete, e, depois de muito tempo, aqueles que se rebelaram com Arsaces contra os Macedônios foram os mesmos em número. (EUNÁPIO, Exc. De Sent. 14 apud BLOCKLEY, 1986, p. 33).

Verifica-se que a periodicidade dos acontecimentos revela, para Eunápio, um caráter dinâmico da história o qual deve ser constantemente revisitado; esse é o motivo pelo qual não se deve desprezar o conjunto de experiências vivenciadas pela sociedade, visto que ela comporta um material rico de avaliação de posturas e erros cometidos pelos antepassados. Com base nisso, inferimos que Eunápio sugere uma reapropriação do passado para delinear decisões no presente, é claro, a fim de sustentar suas próprias inclinações políticas e interesses pessoais.

Dito de outro modo, a influência do helenismo na Antiguidade Tardia, à luz de Eunápio, tinha uma finalidade prática, porquanto atuava como reduto de conhecimentos, habilidades sociais e políticas bem como perícia na condução das negociações, além de apresentar erros que não deveriam ser repetidos. Assim, o biógrafo sedimentava uma visão particular sobre os diferentes aspectos da sociedade e respaldava-a com a autoridade dos escritores antigos.

Se, com base no exposto, aproximamos os registros biográficos de Eunápio ao campo do discurso histórico, segundo os modelos discursivos disseminados por Tucídides na Antiguidade, resta-nos discutir acerca da concepção do biográfico sobre os aspectos que tangenciavam, de maneira particular, o gênero biográfico na Antiguidade Tardia. Assim sendo, tendo em vista a correlação entre a composição das *Vidas* e sua *História Universal* Eunápio diz que, em relação aos acontecimentos:

Eu relatarei mais detalhadamente em minha História Universal³⁵ (*γραφησεται*) já que, lá, eles (os acontecimentos) serão mencionados com mais clareza, não com referência ao indivíduo, mas como eles afetaram os interesses de todos. Para o presente, todavia, sua relação (a relação dos acontecimentos) com os indivíduos tem sido estabelecida publicamente tão distante quanto é conveniente para minha narrativa. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 467).

No fragmento em questão, o biógrafo se reporta à destruição dos templos gregos e, principalmente, às invasões bárbaras as quais redundaram em muitas mortes, acontecimentos que pospuseram o reinado de Juliano (364 – 365 d.C.). Como se observa, para o biógrafo, os tipos de texto se diferenciam apenas pelo enfoque que lhes é oferecido. Sendo assim, caberia à narrativa histórica registrar os acontecimentos que atendiam aos interesses de toda a comunidade greco-romana e à narrativa biográfica investigar, de forma singular, a atuação desses indivíduos no desenvolvimento dos acontecimentos. Pelas diversas alusões dos registros biográficos à *História Universal*, pensamos que ambos os tipos de texto apresentam papéis complementares e não divergentes. A definição das diferenças entre esses gêneros textuais é muito mais produto da contemporaneidade que da Antiguidade Tardia. Com isso, ratifica-se a proposição de que as *Vidas* se configuram como um tipo de História e que ambos os textos são produzidos para alcançar finalidades ou interesses semelhantes ou diferentes. Isso dependerá do contexto histórico e das funções específicas que ela incorpora.

³⁵ Convém ressaltar que *História Universal* é uma denominação atribuída por Wright (1921) à obra histórica redigida por Eunápio. Tal fonte histórica, segundo Sacks (1986, p. 52), propõe-se dissertar sobre a história contemporânea do Império Romano de 270 a 404, todavia restaram dessa obra apenas fragmentos e citações dispersas mencionadas por autores dos séculos IV e V, entre eles, Zósimo que, em seus registros históricos, adotou informações históricas e perspectivas analíticas de Eunápio. (BUCK, 1999, p. 15-25). A única testemunha sobre a existência dessa obra é Fócio, patriarca de Constantinopla no IX século, o qual redigiu uma coletânea que comporta inúmeros resumos de livros da Antiguidade Clássica e Tardia que ele leu. Trata-se de uma obra intitulada *Bibliotheca* e, precisamente no *Codex 77*, Fócio se refere à leitura que fez sobre as duas edições da obra histórica de Eunápio e constatou diferenças de conteúdo entre elas, mesmo que tenham abordado o mesmo período histórico. Assim, o chefe da Igreja averigua, no *Codex 77*, que a *Nova Edição* (*Νέα Έκδοσις*) apresenta menos críticas ao cristianismo e sugere, pela obscuridade de determinadas passagens, "cortes" que prejudicaram a clareza da exposição. Não há evidências, diante disso, de que Eunápio tenha revisado a primeira versão de sua História e realizado tais supressões, nem que ela tenha se chamado *História Universal*, como defende Wright (1921). Acomodamo-nos com esse termo, já que os compêndios de História no mundo antigo, normalmente, recebiam essa designação. Diante dessa imprecisão vocabular, arrolamos alguns termos veiculados por Eunápio nas *Vidas* que levaram o tradutor a empregar a expressão *História Universal*, a saber: *εν καθολικοις της ιστορίας συγγράμμασιν* (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 422) *της ιστορίας ειρηται*; (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 436); *εν τοις διεξοδικοις ακριβεστερον γέγραπται* – na História Universal detalhadamente e precisamente. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 456); *εν τοις διεξοδικοις γέγραπται* (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 512), entre outros. As demais citações reproduzem os referidos termos.

É com esse arcabouço de considerações que nos voltaremos à análise das influências da Segunda Sofística por sobre a produção biográfica de Eunápio e compreenderemos com mais propriedade a natureza dos papéis desempenhados pelos biógrafos e sofistas os quais ocupam o centro dos personagens biografados.

2 FILÓSOFO E SOFISTAS EM EUNÁPIO DE SARDES

2.1 Tradição biográfica e Segunda Sofística em “Vidas de Filósofos e Sofistas”

Para iniciar o estudo das biografias eunapeanas, não poderíamos desvinculá-las de uma tradição literária que, de fato, foi agasalhada por Eunápio a qual explica, por extensão, o tipo de texto eleito por ele para representar filósofos e sofistas na sociedade romana oriental tardia. Sendo assim, queremos demonstrar que Eunápio, em suas biografias, está antenado aos movimentos culturais de sua época o que representa o diálogo com outros intelectuais contemporâneos a ele, haja vista a reminiscência ou a apropriação de técnicas discursivas já experimentadas bem como a reprodução de um estilo literário peculiar entre os intelectuais³⁶ da Antiguidade Tardia. Isso não significa afirmar que Eunápio não tenha produzido inovações no campo da biografia como modalidade textual. O reconhecimento da imersão de Eunápio em uma tradição biográfica nos possibilitará realizar considerações justamente acerca das novidades impressas por ele no que tange à elaboração de registros biográficos do período em questão.

Em relação às contribuições que auxiliaram na configuração do estilo literário aplicado nas biografias, destacam-se Sócio de Alexandria (200 – 170 a.C.), Porfírio (233 – 309) e Filóstrato de Lemos (170 – 247), todos indicados pelo próprio Eunápio:

Porfírio e Sócio compialaram uma história de filosofia e Vidas dos filósofos. Mas Porfírio [...] finalizou com Platão e seus contemporâneos, enquanto Sócio, embora tivesse vivido antes de Porfírio, continuou sua narrativa, como nós vemos, em tempos posteriores também. Mas o grupo de filósofos e sofistas que vieram entre Sócio e Porfírio não foram descritos com sua importância e atenção merecidas e, conseqüentemente, Filóstrato de Lemos em um superficial e agradável estilo [...]. (Eunápio, *Vit. Soph.*, p. 345-347).

³⁶ O termo “intelectual” corresponde, sem dúvidas, a um vocábulo que tem origem histórica e uma clara delimitação cronológica, como sustenta Hidalgo de La Veja (1995, p. 49). Compartilhamos a opinião da historiadora ao afirmar que, na Antiguidade, o termo versa sobre um grupo reduzido de homens de origem social elevada que freqüentava as escolas de retórica e filosofia. Tais homens apresentavam qualidades indispensáveis para a comunicação. Estas, por sua vez, materializavam-se em obras literárias e declamações públicas, principalmente. Tais atividades eram canalizadas para o plano social o que lhes conferiam o status de propagadores dos projetos programáticos do Império os quais se difundiam por meio da escrita ou da palavra.

Essas citações no corpo do texto denotam a herança que possibilitou a redação das vidas, isto é, o biógrafo partiu de uma tradição de escrita biográfica já consolidada e apresentou tais biógrafos como objeto de crítica, justificando, assim, as contribuições que traria à temática.

De acordo com Buck (1999, p. 144)³⁷, Sótio foi o primeiro a escrever uma *Seqüência*, sua forma literária serviu como modelo para seus sucessores. Nessa obra, como o próprio título sugere, verifica-se a descrição de vidas individuais em estrutura cronológica com detalhes a respeito do local de nascimento ano em que o biografado faleceu, a causa de sua morte, além de algumas alusões às relações entre professores e alunos. Além disso, as doutrinas filosóficas e controvérsias ocupam um lugar relevante na obra o que permitiu o pesquisador Buck confessar que Sótio escreveu uma história, não só de filósofos, mas também de filosofia. Como ele bem observou, a obra discorre sobre *uma exposição coerente de um sistema filosófico* o que lhe confere a inserção na categoria de *biografia filosófica*.

Já a importância de Porfírio para Eunápio, relaciona-se ao fato de ter sido o primeiro, de fato, a redigir uma biografia filosófica neoplatônica. Ao justapor a obra biográfica de Sótio e Porfírio, confirma-se que Porfírio escreveu seguindo a tradição de Sótio, dada a organização da exposição em ordem cronológica, apesar de devotar às vidas um tom doxológico ou de glorificação aos indivíduos biografados, com grande interesse pela “moralidade” - contribuição neoplatônica – e citação de referências bibliográficas. A φιλοσοφος ιστορια εν Βιβλίοις de Porfírio era uma história de filosofia que compreende as vidas de filósofos até Platão, como o próprio Eunápio afirmou. Trata-se de uma obra dividida em quatro livros e, nela, nota-se uma ênfase maior à *Vida de Pitágoras* em oposição aos demais filósofos gregos. A estrutura dessa vida tem a seguinte forma:

- A . Origem e ano de aprendizado
- B. Eficácia na Itália como auge da vida
- 1. Vida Pública: a) resultados esplêndidos na Itália e Sicília; b) atividades miraculosas, dezesseis milagres.
- 2. Vida Privada: a) relações com amigos; b) modo de vida; c) sacrifícios aos deuses.

³⁷ Para dissertar sobre as heranças de Eunápio no que diz respeito à tradição da escrita biográfica, utilizaremos o pensamento do professor Buck em *Eunapius' Lives of the Sophists: a literary study*, publicado na revista Byzantion em 1982. Logo, nossas considerações nesse item ambicionam somente delinear reminiscências de outros biógrafos na obra de Eunápio. Além disso, as considerações apresentadas aqui acerca das obras de Sótio, Porfírio e Filóstrato é produto da leitura desse artigo e não das fontes originais.

3. Apresentação de sua doutrina: a) ética; b) simbolismo; c) proibição; d) metafísica
C. Perseguição à Pitágoras e morte dele; Afastamento da escola.
(BUCK, 1992, p. 146).

Pela organização da vida em ordem cronológica, ratifica-se a influência de Sócio em Porfírio e este, por sua vez, será responsável pelo espírito do neoplatonismo que impregnará as *Vidas* de Eunápio. Já Filóstrato escreveu biografias de sofistas organizadas em três livros. Tais vidas se apresentam em ordem cronológica e com diferentes extensões o que evidencia o caráter estritamente pessoal com que elas foram organizadas. Segundo Buck, o primeiro livro leva consigo um grupo de sofistas que apresentam suas teorias retóricas, o segundo, compreende sofistas de Górgias de Leontini a Secondo, o ateniense. O terceiro, por fim, migra de Herodes Ático aos contemporâneos de Filóstrato. Aparentemente há uma pequena conexão entre as biografias de Filóstrato ou uma disposição mecânica de temas, porém Buck (1992, p. 147) sustenta que uma investigação mais pormenorizada permitirá perceber que as *Vidas* convergem para o sofista Herodes Atico e a sua escola, ou seja, as seis gerações de professores e alunos presentes nessa obra corroboram na representação da supremacia de Herodes manifestada no fato de que sua biografia intercepta grande parte das vidas desde o livro segundo. Por essa razão, o pesquisador acredita que o fator unificador das vidas é, com efeito, o sofista Herodes.

Nota-se, até aqui, que a estrutura e conteúdo das vidas individuais de Filóstrato é também claramente derivada da “Seqüência” de Sócio. Porém, Filóstrato inaugurou um estilo diferente, uma vez que ordenou as biografias de maneira arbitrária e artificial para edificar uma escola filosófica e construir, em nível literário, a proeminência de um sofista a partir da trajetória de outros sofistas. Trata-se de um reconhecido desenvolvimento da literatura grega no campo das biografias. Para Buck (1992, p. 149) Filóstrato rompeu com a imitação do documento biográfico de Sócio, mesmo que tenha retido características básicas, e tenha imprimido ao gênero biográfico *um estilo pessoal e agradável* para descrever contemporâneos e precedentes de sua categoria profissional. Acrescentaríamos, ainda, o tom encomiástico³⁸ incorporado por Filóstrato em relação a Herodes Atico, característica

³⁸ Ao nos reportarmos ao termo “encomiástico”, fazemos referência a uma distinta divisão da literatura epidéutica que estabelece um ponto de vista e método de tratamento singulares, tangenciados por regras convencionais que promovem um estilo laudatório em relação a um ou mais indivíduos.

que será apreendida por Eunápio em suas biografias, haja vista as diversas recorrências a Crisântio, professor de Eunápio, no corpo da narrativa. A proximidade do estilo de Filóstrato e Eunápio é marcante.

Seguindo essa rede de influências, averigua-se que o estilo eunapeano, ainda que seja muito próximo de Filóstrato, é um trabalho mais pessoal, visto que quase todos os assuntos fazem parte de sua própria herança intelectual, a saber: seus amigos, ou personagens diretamente ligados a eles, professores e alunos que conheceu por meio de viagens ou visitas a diferentes cidades da Ásia Menor.

A fim de produzir um balanço geral dessas contribuições, averiguamos que Sótio delegou uma tradição de escrita biográfica assentada em filósofos e seus respectivos sistemas filosóficos, todos dispostos em ordem cronológica. Em seguida, Porfírio promoveu, também, biografias de filósofos, no entanto, redigiu-as sob a ótica do neoplatonismo, haja vista a valorização dos aspectos morais identificada pela alusão às virtudes que tangenciaram a vida dos biografados. Finalmente, Filóstratos que concedeu mais flexibilidade e um caráter estritamente pessoal aos limites desse gênero ao organizar as vidas de tal forma que se pudesse elogiar um único intelectual. Diante disso, notamos que Eunápio soube aproveitar todas essas contribuições e elaborou uma forma literária mais original que as demais, posto que congregou a moldura biográfica do documento aos aspectos concernentes à narrativa histórica, conforme sustentamos no Primeiro Capítulo.

Outro aspecto importante é que, quando comparada às *Vidas* de Filóstrato, a obra biográfica de Eunápio revela uma seleção paralela de tópicos de exaltação dos biografados. Em Eunápio, particularmente, chama-nos atenção a excelência física e moral com que filósofos e sofistas pertencentes ao grupo filosófico neoplatônico são retratados. Integridade de caráter, justiça, *φιλία* (amizade), generosidade, encanto pessoal são alguns dos elementos que compõe a representação desses intelectuais pelo biógrafo. Para a antiquista Paula Winsor Sage (1991, p. 73-75), a emergência desses aspectos discursivos apontam para as normas de procedimento representantes de tópicos e organização de discursos encomiásticos em manuais de retórica. A pesquisadora complementa tal proposição ao arrolar os tópicos que os manuais de retórica prescrevem para exprimir os vários tipos de “encomia”, a saber: *genos* (descendência, localização geográfica), *gênesis* (fatos notáveis adjacentes ao nascimento), *anastrophe* (circunstâncias da juventude, e manifestações de caráter e habilidade natural), *paidéia* (educação, amor ao saber, à erudição), *epitedia*

(inclinações e ocupação profissional) e *práxis* (ilustração de fatos da *epitedia* e combinação das virtudes: sabedoria, temperamento, justiça e coragem). Grande parte desses elementos se fazem presentes nas biografias eunapeanas.

Com base nessas constatações, o historiador Tomas Hägg (2000, p. 14) declarou que os últimos estudos têm demonstrado que a retórica, nitidamente, permaneceu um importante elemento no pensamento biográfico, do ponto de vista do gênero, e sobreviveu separado dos estilizados louvores ou discursos encomiásticos. Na prática, a distinção dos tipos de textos relacionados à literatura epidêutica não são tão claros, por exemplo, biografias são geralmente panegíricos e panegíricos são, ao menos em parte, biográficos. Por essa razão, retórica e literatura³⁹ foram certamente convergentes. (GRAHAM, 1993, p. 9).

Conforme declarou Graham (1993, p. 9), se a retórica era um elemento importante da educação superior; a literatura, por conseguinte, era raramente marcada por indivíduos inexperientes nestas técnicas. A Segunda Sofística desenvolve-se justamente a partir de fins do século I d.C., em que a figura de rétores ou sofistas⁴⁰ e filósofos começaram a reaparecer, sobretudo em ambiente grego. O motor responsável pela disseminação da retórica se deveu à simpatia que os Flávios demonstraram pelos estudos retóricos e a iniciativa de Vespasiano em instituir em Roma professores de retórica pagos pela administração imperial. (PLEBE, 1978, p. 79).

Importa-nos frisar que o primeiro a fazer uso da expressão *Segunda Sofística* foi Filóstrato de Lemos, na Antiguidade Tardia, ao redigir sua obra biográfica intitulada *Vidas dos Sofistas* cujo foco central eram, é claro, os sofistas. (KENNEDY, 1994, p. 230). Já o termo *Segunda*, faz referência aos sofistas que atuaram no contexto da sociedade ateniense do século V a.C. Com isso, Filóstrato propõe o retorno da sofística e dos intelectuais associados a ela. Compreenderemos, nesse trabalho investigativo, o biógrafo Eunápio no interior desse movimento cultural de intensa produção documental, dado que seus registros biográficos giram em torno das figuras centrais que impulsionaram ou deram vida ao ressurgimento da Segunda Sofística: filósofos e sofistas; ambos interligados pela manipulação da arte sofística,

³⁹ O termo “literatura” será usado nesse capítulo para exprimir quaisquer documentos escritos, independente do tipo de texto e não para fomentar uma discussão que ambiciona definir as fronteiras da História e da Literatura.

⁴⁰ Rétores e sofistas apresentam-se nas *Vidas* de Eunápio com o mesmo valor semântico conforme pormenorizaremos no terceiro item.

ou seja, dos procedimentos retóricos aplicados aos discursos em diferentes gêneros literários, tais como epitáfios, panegíricos, narrativas históricas, biografias, entre outros.

Sabe-se que a Segunda Sofística foi impulsionada a partir do primeiro século, aparentemente, por iniciativa do imperador Vespasiano, segundo Armando Plebe (1978, p. 79), como indicamos, porém, se tais profissionais não estivessem disseminados pela sociedade, o imperador não seria impelido a oficializá-los no *corpus* de funcionários do Império ou não reconheceria a importância deles na sociedade. Isso demonstra que a ascensão de retóricos no Império Romano está associada a outro fator e não a uma simples decisão imperial. Diante desse impasse, faremos uma explanação acerca dos aspectos que subsidiaram o reflorescimento desse movimento político-cultural, especificamente, na província da Ásia Menor, já que o foco central de nossa pesquisa versa sobre Eunápio.

2.2 Ásia Menor e a representatividade política das elites locais: um estudo sobre a Segunda Sofística

Sob o prisma da tradição cultural literária do quarto e quinto séculos, destaca-se a predominância de historiadores, biógrafos e panegeristas gregos, cristãos ou não-cristãos. Trata-se, de fato, de um período de efervescência da cultura grega em oposição à cultura latina.

Verifica-se, na historiografia anglo-americana, dois vieses interpretativos para a Segunda Sofística: um, encabeçado por Graham Anderson (1993) o qual valoriza o aspecto econômico como mola propulsora do referido fenômeno cultural e faz, com base nas *Vidas* de Filóstratos, uma análise pormenorizada da conduta e das redes de sociabilidade a que pertenceram filósofos e sofistas na sociedade romana imperial tardia e, outro, por Kennedy (1994) que versa sobre a dinâmica do aspecto cultural do Império Romano e enfoca a Segunda Sofística no IV século à luz das disputas discursivas entre cristãos e não-cristãos.

De acordo com Anderson (1993, p. 8), o termo *Renascimento* pode ser aplicado à sociedade grega oriental tardia para se referir à regeneração econômica de algumas províncias dessa porção do Império Romano, em especial, a partir do II

século, às cidades ricas da Ásia Menor. Com esse viés analítico, justifica-se, para o pesquisador, a efervescência cultural dessa região.

Temos consciência, por outro lado, de que defender o surgimento da Segunda Sofística, tendo em vista o aspecto econômico não é uma tarefa fácil, haja vista a necessidade de identificar fontes históricas que assegurassem a dinamização de atividades econômicas ou comerciais nas diferentes províncias romanas do oriente no transcorrer dos séculos terceiro, quarto e quinto. No entanto, a historiografia sobre o período nos oferece indícios importantes sobre as diversidades regionais do Império Romano sob a perspectiva econômico-político-cultural.

Nesse sentido, *Renascimento* enviesado a questões econômicas, *Representatividade Política das elites locais*, *Administração Imperial* e *Segunda Sofística* atuarão como base da nossa explanação, porquanto, no mínimo, três fatores asseguram, a nosso ver, a sobrevivência da sofística e são indispensáveis para sua proliferação, a saber: um tipo de público receptivo aos sofistas e seus valores, já que a arte sofística é utilizada a contento no campo político; jovens dispostos a remunerar os professores de retórica pelos seus ensinamentos e, até mesmo, percorrer grandes distâncias para estudar, logo membros das aristocracias locais, e uma classe de colegas e peritos para o qual há um corpo comum do modelo cultural de *paidéia* e que se beneficiam com essa profissão o que indica que eram procurados. Ou seja, além das cátedras oficiais destinadas aos sofistas no Império, o crescimento dessa categoria profissional na sociedade romana oriental tardia ratifica a afluência de alunos pertencentes às elites locais e a importância desse tipo de *paidéia* para eles. Esse é o motivo pelo qual elaboraremos nossas considerações sobre a Segunda Sofística a perpassar pelas esferas econômica, política e cultural.

Examinada por esse prisma, caso queiramos compreender a Segunda Sofística tendo em vista a situação econômico-político-cultural das cidades na Antiguidade Tardia, precisaríamos investigar se, afinal, as cidades neste período floresceram ou estavam elas em declínio. Essa reflexão possibilitará pensar a província da Ásia Menor, nosso objeto de investigação, sob vínculo que ela estabelecia com a administração imperial bem como verificar o critério de relevância externado pela política imperial ao avaliar o nível de representatividade política das elites locais presentes em diferentes províncias do Império.

Pautado em pesquisas arqueológicas, o pesquisador Ward-Perkins (1998, p. 403) sustenta que não existem sinais definitivos de declínio nem de prosperidade nas províncias da sociedade romana tardia. Casas aristocráticas, monumentos públicos e igrejas foram identificados por meio de escavações o que revela uma atividade citadina intensa, porém não é possível datar com precisão tais construções, sendo assim, podem pertencer tanto ao quarto, quinto quanto ao sexto séculos. Em oposição a esse impasse, percebe-se, com os estudos arqueológicos, significativas diferenças de tamanho e prosperidade das cidades em diferentes regiões do império. Tal constatação redireciona a nós, historiadores, para outros questionamentos, a saber: o que teria produzido essas diferenças regionais? É possível correlacionar essas diferenças ao aspecto político-administrativo? As elites locais detiveram um papel marcante nesse processo de diferenciação?

Tais indagações, provenientes das pesquisas arqueológicas, instigam-nos a propor algumas indicações acerca das divergências provinciais no IV século por meio da explicação histórica sobre o período. Para isso, ater-nos-emos aos aspectos econômicos e políticos sedimentados pela historiografia sobre a Antiguidade Tardia, posto que acreditamos ser as categorias mais importantes responsáveis pela relação de poder estabelecida entre as províncias e a administração imperial tal como pressupõe o historiador Jones (1992, p. 1027) e grande parte dos historiadores norte-americanos, tais como: BROWN, 1993; MARCONE, 1998; JONES, 1996; HUNT, 1998; BURY, 1958, entre outros que não descartam a atividade econômica

na sociedade romana como fator indispensável à manutenção da máquina administrativa instaurada no Império, em especial, por Diocleciano.⁴¹

Sugeriremos, com isso, uma relação mútua de solidariedade entre produtividade local, administração imperial e, por fim, representatividade política das elites locais, a qual se apresenta como fim último da nossa investigação.

Apoiamo-nos, dessa forma, no viés interpretativo apresentado pelo historiador norte-americano Jones (1992, p. 1034), visto que, para ele, coloca-se, em primeiro plano, como elementos indispensáveis à relação entre províncias e administração imperial, a *riqueza* e a *densidade demográfica*, sem os quais a permanência da estrutura administrativa do Império ficaria comprometida.

De acordo com o pesquisador, esses são, a rigor, os elementos que possibilitaram o fortalecimento das instituições políticas do Oriente e a ausência desses elementos permitiu o colapso generalizado do Ocidente. Jones aponta ainda para importância do aspecto cultural, posto que o respeito pelos monarcas faz parte de uma realidade política mais arraigada aos povos orientais; ele afirma que é, provavelmente, por esse motivo que as usurpações, no Oriente, atuaram com menos frequência em relação ao Ocidente, ou seja, o Oriente agasalha uma longa tradição cultural a respeito da *autoridade real* o que redundou em um comportamento menos contestatório em relação ao poder político exercido pelo monarca. (JONES, 1992, p. 1034) Mediante essa linha de raciocínio, Brown (1989, p. 142) proclamou que, desde o início do período imperial romano, as elites das cidades gregas da Ásia Menor tinham incorporado o culto ao imperador como sinal de determinação em *criar uma*

⁴¹ Convém ressaltar que não descartamos o aspecto cultural como um indício significativo para a lealdade das províncias em relação à ideologia imperial, como defendem MILES (1996) e ANDO, (2000). O pesquisador Clinford Ando (2000), especialmente, em *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*, expõe uma análise bastante aprofundada a respeito da administração imperial de Augusto a Teodósio e evidencia os aspectos ideológicos que asseguravam a lealdade das províncias à política imperial. Para isso, diferentes fontes históricas e elementos culturais foram considerados em sua análise, a saber: a aplicação da lei, assegurada pela burocracia, mecanismos de propaganda por meio de fontes iconográficas, moedas, o culto ao imperador e suas transformações, bem como a cultura material, representada pelas comunicações ou correspondências as quais faziam valer as orientações do imperador em diferentes províncias do Império. Todavia, enfatizaremos o aspecto econômico na tentativa de demonstrar o que alimentava a administração imperial, ou seja, os recursos de que utilizava para continuar a existir, conseqüentemente, o papel das elites locais na gestão da produtividade provincial e o destaque que angariavam no campo político em decorrência disso. Acreditamos que os mecanismos ideológicos, por si sós, não eram responsáveis pela permanência da estrutura que sustentava a política imperial no período em questão. Considera-se, então, que as fontes históricas revelam que a Ásia Menor floresceu no IV século não só no âmbito econômico, mas também cultural em um momento histórico permeado por generalizadas adversidades políticas.

relação positiva com o centro. Isso demonstra a importância de tal aproximação para a província.

Por outro lado, ater-nos-emos aos aspectos econômicos para compreender o papel representativo das elites no campo político e seu reconhecimento pela corte imperial sob o Império Romano Cristão. Para isso, o estudo realizado por Rathbone e Bowman (1992, p. 125), na província do Egito, contribui para ratificar a propensão da administração imperial em estreitar suas relações políticas com regiões que, de fato, apresentavam rendimentos econômicos para a gestão da máquina burocrática. Sendo assim, os referidos historiadores verificaram que a *municipalização*⁴² do Egito ocorreu sob o imperador Augusto em função da capacidade dessa província em gerar recursos financeiros ao Império. O processo de municipalização fez-se, por sua vez, com base na concessão de privilégios aos grandes proprietários e representantes religiosos dos templos sagrados os quais foram agraciados com ofícios públicos que os habilitavam a exercer duas funções sociais, basicamente, a saber: a aplicação da justiça local e coleta de taxas sobre a terra e sobre os comerciantes. Isso conferia a eles não só uma posição de destaque, mas também a condição de líderes regionais, dada a força política que desempenhavam. (RATHBONE; BOWMAN, 1992, p. 125-126) Como se observa, esse estudo revela a inclinação da administração imperial em apoiar ou sedimentar suas instituições políticas em regiões favoráveis à manutenção do Império. Infere-se, então, que a representatividade política das elites que nelas residiam condicionava-se ao aspecto produtivo, ou seja, à sua capacidade de gerar riquezas.

No interior dessa corrente de pensamento, Bárbara Levick (2004, p. 180) também ressalta a importância do aspecto econômico, porém sua investigação não está assentada apenas no movimento de mercadorias e moedas como indicadores da importância da província no cenário político, mas a atitude de pessoas e indivíduos para a circulação e diversificação das mercadorias produzidas o que, para ela, conferiria à província um lugar privilegiado no cenário político.

⁴² O termo “municipalização” é compreendido, segundo Rathbone e Bowman (1992, p. 108), em função da iniciativa da política imperial em implantar instituições políticas romanas em províncias desprovidas de tal estrutura. Tais instituições, concílios citadinos, (*boulai*) representam a expressão máxima da intervenção administrativa romana. Considera-se, ainda, a força política expressiva das elites locais as quais angariavam privilégios sobre a população egípcia e colaboravam para a composição da elite local no tocante à aplicação da justiça e coleta direta de taxas sobre a terra tal como as demais províncias.

Para Levick, é possível elencar alguns fatores naturais que contribuíram para singularizar a província da Ásia Menor na tentativa de justificar a riqueza e a diversidade de produtos agrícolas que ela detinha. Em primeiro lugar, constata-se que a posição geográfica da província funciona como uma ponte entre Oriente e Ocidente; a província permanecia, de fato, no interior de rotas comerciais que interconectavam o Ocidente às regiões da Síria e do Egito. Isso explica, para a historiadora, as diferenças culturais e econômicas encontradas nela. Trata-se de uma região limítrofe entre as duas esferas da administração imperial. Outro fator importante é o mar. As cidades litorâneas beneficiaram-se, de modo geral, da cabotagem, isto é, da gradativa navegação e intercâmbio de mercadorias nas regiões costeiras. Embora não houvesse rios navegáveis no interior da província da Ásia Menor, ela possuía excelentes portos. Por fim, atribui-se, provavelmente, à diversidade climática o desenvolvimento do comércio não só na Ásia Menor, mas também em todo Mediterrâneo. (LEVICK, 2004, p. 180-184).

Há ainda evidências de que o governo romano tenha contribuído para a prosperidade e comércio de determinadas províncias em virtude do auxílio que elas destinavam às tropas estacionadas em permanentes bases territoriais. Em Vespasiano, por exemplo, Levick (2004, p. 187) diz que a Ásia Menor contribuiu com vestimentas e luxúrias modestas bem como mantimentos para o exército que guerrearia contra os persas. O apoio redundou em melhorias encabeçadas pela política imperial ao sistema de estradas dessa região do Império a fim de que o exército migrasse sem dificuldades no interior da província

Dessa forma, se considerarmos as recentes investigações sobre a relação entre administração central e as províncias, notaremos que a intervenção da política imperial efetiva-se, em especial, por intermédio dos recursos que elas oferecem às finanças do Império. Em virtude do rendimento que a província proporciona, as elites locais são, normalmente, agraciadas com ofícios públicos relacionados à estrutura administrativa o que lhes confere uma série de privilégios, entre eles, a isenção da cobrança das taxas imperiais. Nesse sentido, não é difícil interconectar o destaque da representatividade política que as elites locais recebem tendo em vista o desenvolvimento de atividades econômicas rentáveis ao Império.

Por outro lado, o opressivo peso das taxas cobradas pela administração imperial, em algumas províncias, sobre os cidadãos romanos contribuiu para uma generalizada apatia entre os súditos e os oficiais do Império, em especial, o

imperador. (JONES, 1992, p. 1067). Não é pertinente, contudo, associar a responsabilidade das extorsivas tributações exclusivamente ao imperador, visto que as províncias ficavam sob a égide de governadores os quais eram habilitados a adotar medidas administrativas particulares. Afinal, com um Império tão vasto era difícil gerir todos os problemas que surgiam. Não havia, por extensão, uma uniformidade entre as decisões administrativas do Império, já que a força política exercida pelo imperador era diluída pelos governadores e prefeitos pretorianos⁴³. De fato, cada província possuía diferentes orientações administrativas, entretanto todas elas obedeciam às orientações gerais provenientes da corte imperial. (CAMERON, 1993, p. 106).

Os abusos cometidos por essa estrutura de governo eram freqüentes, em especial no tocante à coleta de taxas a qual atuava, em grande medida, como meio de enriquecimento dos membros pertencentes à cúria provincial. (JONES, 1992, p. 1054). Dessa forma, a corrupção nos quadros da administração provincial, seguido de cobranças abusivas, refletiram sérios empecilhos para a obtenção de recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento do sistema político. (MENDES, 1996, p. 270).

Segundo a historiadora Mendes (1996, p. 268), esse é, reconhecidamente, um fenômeno social denunciado por historiadores romanos do IV século entre eles Amiano Marcelino (nascido entre 325 e 330 e falecido, provavelmente, em 391 d.C.) e Aurélio Vítor que demonstravam a injustiça em decorrência das pesadas taxas a que as províncias estavam submetidas bem como os sinais de abandono e desorganização da política imperial em relação às regiões mais afastadas da cidade em que estava localizada a corte imperial.

A partir dessas considerações, entende-se que, no âmbito da administração imperial, a avaliação da terra, com efeito, era a base da maquinaria administrativa da Antiguidade Tardia. Todo o território do Império era inspecionado e as propriedades eram tributadas não pelo seu tamanho, mas por sua capacidade em produzir cereais, vinho ou azeite. Nesse sentido, a fertilidade do solo atuava como referência para o cálculo das taxas sobre a terra. (BURY, 1958, p. 47). Percebe-se, destarte, que os territórios menos produtivos desfrutavam de uma influência política menor,

⁴³ Para saber mais a respeito das obrigações concernentes aos diversos ofícios públicos, entre eles: governador, vicário, prefeito pretoriano, *quaestor*, agentes in rebus, *scrinium dispositiorum*, entre outras secretarias e ministérios do Baixo Império Romano, ler BURY (1958).

dado que a cobrança de taxas era uma das principais atividades desempenhadas pela administração imperial e a rentabilidade local era um fator fulcral para constituição das elites locais. A riqueza, por sua vez, está intrinsecamente ligada ao material humano necessário para fomentá-la, ou seja, o aproveitamento do solo depende de pessoas aptas a cultivá-lo; este, por sua vez, cria condições para que as tributações sejam aplicadas.

Não nos esqueçamos de que nos importa com esse estudo avaliar o papel da Ásia Menor no cenário da política imperial o qual se torna um procedimento investigativo indispensável para o reconhecimento das relações de poder estabelecidas entre as elites locais e a corte imperial bem como o nível de envolvimento político que as fontes históricas regionais incorporam em função disso. Ambicionamos, por meio dessa análise histórica, averiguar o espaço sócio-geográfico em que a obra biográfica de Eunápio foi escrita, já que, tal como idealiza Certeau:

O estudo histórico é produto de um lugar⁴⁴. Estas imposições não são acidentais. Elas fazem parte da pesquisa. Longe de representar a inconfessável intromissão de um estranho no santo dos santos da vida intelectual, constituem a textura dos procedimentos científicos.⁴⁵ (CERTEAU, 1982, p. 73).

Demonstramos que, embora a historiografia tenha cristalizado a idéia de crise generalizada no III século, há regiões do Império Romano que tiveram suas atividades intercambiais e culturais⁴⁶ potencializadas, tais como a Gália e a Ásia Menor as quais, segundo Levick (2004, p. 198), foram beneficiadas por fatores naturais, a saber: posição geográfica, clima favorável ao cultivo de cereais, comunicação com o mar, rios e estradas. Nesse sentido, enfatizamos que não é

⁴⁴ Grifo nosso.

⁴⁵ É preciso relativizar a questão do local em que a fonte histórica foi escrita, já que tanto os discursos da Antiguidade Tardia quanto as investigações contemporâneas sobre eles sofrem a intervenção do local e do tempo em que são redigidas.

⁴⁶ Com base nessa linha de pensamento, Cameron também parte do pressuposto de que a Antiguidade Tardia é marcada por uma intensa prática cultural a qual simboliza a sobrevivência de estruturas tradicionais herdadas do helenismo. Por outro lado, o Império Romano Oriental se submeteu a profundas alterações em suas instituições políticas as quais, a nosso ver, afetaram diretamente o âmbito cultural, em especial, no campo da veiculação das representações sociais em obras literárias do IV século.

lúcido descartar esses elementos para compreensão do papel desempenhado pela rica elite da Ásia Menor na administração imperial.

É necessário ter em mente que não ambicionamos, com essa exposição, reduzir o vínculo entre a administração imperial e as províncias ao aspecto econômico. Nossa intenção é justificar a importância do comércio e da atividade econômica como recurso indispensável para conservação da estrutura do corpo administrativo e, a partir daí, compreender a relevância das províncias ou dioceses para constituição da força política das elites que nelas residiam. Afinal, consoante expusemos, o estreitamento das relações entre administração central e províncias se dava, exponencialmente, através da capacidade produtiva e dinamicidade das atividades econômicas asseguradas pelas elites locais.

Isso nos leva a deduzir que a organização das instituições políticas imperiais e a conseqüente relevância das diferentes províncias orientais estão vinculadas, a rigor, à riqueza e ao material humano disponível. A riqueza, uma vez que os rendimentos que sustentavam o imperador e seus súditos provinham da capacidade agrícola das regiões imperiais; e o material humano, já que os cidadãos romanos constituíam a mão-de-obra necessária para a produção de gêneros agrícolas os quais permitiriam a coleta de impostos. Assim, como bem declarou Mendes (1996, p. 261), a administração imperial apoiava-se na fragilidade do nível de desenvolvimento sócio-econômico existente, uma vez que o Império Romano nutria-se de um único recurso natural: a terra em torno da qual a estrutura da política imperial estava apoiada.

No tocante às invasões bárbaras, o Oriente, mais precisamente a Ásia Menor, sofreu irrelevantes conseqüências do avanço persa, liderado por Sapor, em um momento em que o Império Romano se encontrava enfraquecido por causa das invasões dos godos e dos hunos; a salvação da Ásia Menor se deveu à morte do monarca persa. Esse fato redirecionou a política persa de conquistas e invasões, porquanto as fragilidades internas dificultavam a coesão social necessária para prosseguir com políticas públicas de expansão territorial uniformes. Por essa razão, os primeiros anos do reinado de Teodósio foram marcados por um período de *duvidosa neutralidade*, como afirma Gibbon. (1989, p. 360).

Todos esses fatores nos oferecem uma realidade social particular ao nos reportarmos à Ásia Menor, na medida em que as pesquisas demonstram uma rede complexa de atividades intercambiais que envolvia essa província o que promoveu a

formação de uma elite local estável e ativa. Essa estabilidade possivelmente contribuiu para a organização de diversos grupos de filósofos e sofistas, sustentados pela elite ou pertencentes a ela, os quais detiveram, como revelaremos a partir das *Vidas* de Eunápio, um papel significativo no cenário político.

Quanto à Segunda Sofística na Ásia Menor, na condição de movimento político-cultural, pressuporemos, então, intelectuais envolvidos em uma tradição filosófica comum, uma vez que usavam a oratória como forma de externar as idéias filosóficas e a tradição sofística, divulgada em escolas de declamação. (KENNEDY, 1994, p. 230). Tais considerações nos levam a sustentar que filósofos e sofistas cooperavam em manter a unidade cultural dentro do mediterrâneo com uma clara utilização política das obras produzidas. Para Hidalgo de La Veja (1995, p. 56-57), essa prática está relacionada especificamente com o ressurgimento da Segunda Sofística durante o segundo século. Destarte, essa utilidade social, que será cumprida pelos sofistas e filósofos, demarcará sua atuação na sociedade romana oriental entre os séculos que perfazem a Antiguidade Tardia. É, portanto, dentro desse espaço geográfico e cultural dinâmicos, que Eunápio atuará como intelectual engajado em questões político-culturais inerentes à elite local da qual o biógrafo faz parte.

Ainda segundo Vega, o comprometimento desses homens cultos à tradição helênica e à história romana, para alguns especialistas, configura-se como uma opção pertinente para distanciar esses intelectuais envolvidos com a retórica do monopólio do conhecimento filosófico. (BOWERSOCK apud VEGA, 1995, p. 56).

Em oposição a esses especialistas indicados por Vega, a obra biográfica de Eunápio não exhibe distinções entre os campos da retórica e da filosofia. Verifica-se, pelo contrário, a interpenetração dessas duas áreas do conhecimento. Tomemos o cuidado, porém, de precisar em Eunápio a concepção de filosofia que ele utiliza. Para o biógrafo, a filosofia deve se apartar de sua finalidade meramente teórica e voltar-se, ao contrário, à aceitação da realidade política por meio de uma sólida participação prática dos filósofos na sociedade. Visto por esse ângulo, sustentamos que Eunápio defende, para os filósofos, uma vida contemplativa-ativa, diante disso, define o que para ele condiz com a postura ideal de um filósofo, apropriando-se do filósofo Xenofonte como referência.

Xenofonte, nesse aspecto, será, para o biógrafo, o prisma a partir do qual esse modelo de filósofo se delineará, uma vez que introduz sua narrativa com o

filósofo. Isso o outorga uma posição estratégica no corpo das biografias eunapeanas. Dito de outro modo, Eunápio revela, desde o início, sua postura filosófica para, em seguida, justapô-las à sofística:

Ele (Xenofonte) escreve sobre as virtudes morais (*ηθικὴν ἀρετὴν*) ambas em discursos (*λογοίς*) e comentários (*γράμμασιν*), enquanto evidenciava também os fatos (*ἔργους*); em seguida, pelo significado dos exemplos que ele ofereceu, gerou líderes de exércitos; por exemplo, Alexandre, o Grande, já que nunca teria se tornado grande sem que Xenofonte tivesse existido bem como fatos causais de homens distintos. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 343).

Com base nessa passagem, apreende-se que, para Eunápio, o filósofo deve se inclinar não às palavras, mas aos fatos ou à realidade (*ἔργους*). A propensão de Xenofonte para os *fatos* demonstra o envolvimento do filósofo com a dinâmica da sociedade na qual está inserido. Proposição que fica mais clara no momento em que o biógrafo afirma: “*ἐμοὶ δὲ οὐκ εἰς τὰ **πάρεργα** τῶν σπουδαίων ὁ λόγος φέρει τὴν γραφὴν, ἀλλ’ εἰς τὰ **ἔργα**.*”⁴⁷. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 342).

Afirma-se, com base nisso, que cabe ao filósofo desempenhar uma postura participativa ao associar o corpo de conhecimentos teóricos provenientes das escolas filosóficas helênicas e a realidade política em que está inserto a fim de que a posteridade utilize tais registros como referência para nortear suas ações. Outro elemento importante que singulariza a adesão de Eunápio ao neoplatonismo, identificado no trecho em questão, é a ênfase destinada às virtudes morais (*τὴν ηθικὴν ἀρετὴν*). Tal característica perpassa todas as biografias e atua como referência aos juízos de valor ou julgamento que o biógrafo fará por sobre os intelectuais descritos.

Adicionado a isso, observam-se indícios a respeito do público para o qual Eunápio se dirige, isto é, o narratário, o qual está voltado às *gerações vindouras*, mais precisamente a membros da elite atuantes ou não no corpo administrativo, ou ainda jovens que ambicionam cargos administrativos com a finalidade de reconhecer, por intermédio da leitura das biografias, o espaço em que reside o conhecimento profundo ou verdadeiro, responsável pela formação de um homem público virtuoso. O referido conhecimento adviria dos estudos neoplatônicos, já que era, pelo menos para Eunápio, o meio pelo qual o indivíduo se torna digno e notável

⁴⁷ Tradução e grifo nossos: O objetivo dos meus estudos não é portar um escrito acerca de **acontecimentos secundários**, mas acerca dos **fatos principais**.

dentro da sociedade.⁴⁸ Em relação a esse aspecto, consideremos a passagem a seguir:

Eu reverenciei a entrada e os portões da verdade e tenho passado isto para as futuras gerações que podem desejar ouvir ou ter poder para seguir com a visão das mais belas realizações. Agora o período que eu descrevo é um tanto interrompido e fragmentado em razão das calamidades do Império (*κοινὰς συμφορὰς*). (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 351).

Nesse fragmento, percebe-se a intenção de Eunápio em colaborar para o surgimento de homens capazes de realizar grandes acontecimentos, como vimos no Primeiro Capítulo, essa é a finalidade prática da narrativa histórica, camuflada com uma evidente intenção em persuadir o leitor a executar o comportamento correto, haja vista a autoridade delegada às experiências pretéritas. Sendo assim, fica claro que o biógrafo se dirige aos homens que detêm ofícios públicos ou pretendem ingressar no corpo administrativo, por exemplo, a elite que prepara os jovens para carreira pública, já que estes são habilitados a promover mudanças na sociedade. Declara-se, com isso, a orientação política das *Vidas* eunapeanas.

Pelo que podemos notar, as discussões que envolvem a Segunda Sofística versam sempre sobre a atuação de filósofos e sofistas na sociedade romana bem como a utilidade social das obras que produziram. Conseqüentemente, faz-se necessário esboçar as diferenças entre ambas as categorias em Eunápio bem como investigar se o biógrafo é considerado sofista ou filósofo.

2.3 Sofistas e Filósofos: problemas de classificação em Eunápio

Intelectuais gregos com interesses literários e filosóficos que viveram e viajaram nas províncias orientais do Império Romano manifestam-se em fontes históricas da Antiguidade Tardia com freqüência. Tais homens cultos freqüentemente mencionados nas biografias de Eunápio trazem aos historiadores

⁴⁸ Trata-se de uma interpretação nossa com base na leitura e análise da fonte, a qual será pormenorizada no transcorrer da dissertação.

contemporâneos dificuldades no que diz respeito à classificação dos termos sofistas e filósofos.

A diferença semântica entre ambos os vocábulos é visível em Eunápio, posto que, no próprio título de sua obra biográfica, *Vida de Filósofos e Sofistas*, constatamos a inclinação em atribuir papéis diferenciados para cada categoria de intelectual. Essa proposição fica mais evidente à medida que analisamos no interior da obra os esforços de Eunápio em efetuar a referida distinção, mesmo que os envolva em um mesmo grupo filosófico. Além disso, a principal crítica de Eunápio em relação ao biógrafo Filóstrato está calcada no fato de Filóstrato não ter mencionado os filósofos com propriedade no corpo de homens distintos do período, como se percebe a partir do fragmento.

[...] Filóstrato de Lemos em uma discussão sem importância de superficial e agradável estilo revelou as Vidas dos mais distintos sofistas; mas as vidas dos filósofos não foram registradas com exatidão. (EUNÁPIO, Vit. Soph. p., 347).

A princípio, observa-se que a passagem sugere um sentido neutro para ambos os termos. Não há uma distinção clara em Eunápio entre sofistas e filósofos, todavia as diversas ocorrências desses termos nas biografias eunapeanas indicam características importantes para delinear especificidades sobre as supra-referenciadas categorias de intelectuais.

2.3.1 O conceito de filósofo

Com base no exposto, iniciaremos nossa observação com a análise da apropriação do termo *filósofo* nas *Vidas*. Para isso, recolheremos fragmentos da escola neoplatônica registrada por Eunápio de Plotino a Prisco, representada nesse documento biográfico, haja vista a predominância de filósofos nessa seção e a abundância de características filosóficas reproduzidas nela em relação às demais. Iniciemos com uma visão geral que pretende mostrar a maneira como os filósofos são retratados pelo biógrafo:

[...] Entre estes últimos (filósofos) foram Amônio do Egito, que era professor do divino Plutarco, e o próprio Plutarco que representava o encanto e a lira de toda a filosofia; Eufrate do Egito e Dio da Bitínia, foram chamados **boca dourada**; e Apolônio de Tiana, que não era meramente um filósofo mas um semideus: metade deus, metade homem. Ele era um discípulo da doutrina pitagórica, e publicou para o mundo o carácter divino e vivificante daquele filósofo.⁴⁹ (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 347).

É evidente, como sugere a passagem, a ocorrência de termos que visam à edificação dos filósofos os quais são apresentados como objeto de elogio e admiração. Dessa forma, apreende-se em Eunápio uma elevada ou distinta opinião de *φιλοσοφία*, dada a ocorrência do termo *divino* ou características sobrenaturais associadas aos filósofos não-cristãos. Diante disso, concordamos com Garth Fowden (1982, p. 37) ao afirmar que Eunápio era fascinado pela figura do *homem divino* (*θειος ανηρ*) o qual representa a *santidade pessoal* de intelectuais não-cristãos na Antiguidade Tardia.

Saliente-se, ademais, que a natureza divina que revestia os filósofos estava associada às bases filosóficas do neoplatonismo a qual, sob o filósofo Iâmblico⁵⁰, ganhou conotações de aspecto profundamente religioso, dado que os grupos neoplatônicos se voltaram para busca da purificação da alma. (LIM, 1995, p. 49).

Convém ressaltar, porém, que a concessão do status de *homem divino não-cristão* não era conferida à mera adesão a uma tradição filosófica, mas a uma tradição espiritualizada associada a uma conduta pessoal condizente com as bases teóricas da concepção de filosofia eleita. No que diz respeito ao neoplatonismo, em particular, averigua-se a forte presença da figura de Pitágoras o qual, segundo Fowden (1982, p. 36) legou influências menos do sistema filosófico, mas de seu estilo de vida, alicerçado na reverência aos deuses e por ter conservado princípios

⁴⁹ Grifo nosso.

⁵⁰ O pensamento de Iâmblico está inserto em uma rede de teorias e pensamentos que remontam à tradição filosófica sedimentada por Pitágoras e Platão, principalmente. Essa, por sua vez, reuniu conotações de caráter religioso pelos intelectuais que se propuseram a fazer uma releitura dos filósofos gregos a partir do segundo século. Nesse sentido, Plotino e Porfírio e Iâmblico, no terceiro século, delinearam uma concepção filosófica que se reconhece como “neoplatônica” em virtude apenas da grande influência do sistema filosófico herdado de Platão. Todavia, a releitura que esses filósofos fizeram acerca do pensamento de Pitágoras e Platão recebeu, no transcorrer dos anos, contribuições do aristotelismo, estoicismo, epicurismo, entre outras escolas. Isso confere ao neoplatonismo uma forma heterogênea e sincrética, além disso, embora apareça na historiografia com o rótulo de “neoplatonismo” o que pressupõe, inevitavelmente a figura de Platão como centro do pensamento filosófico; representa, na verdade, o intercâmbio de pensamentos, teorias e filósofos que atuaram sob a perspectiva dessa denominação. Delongaremos mais sobre esse assunto no terceiro capítulo.

ascéticos calcados nos aforismos atribuídos ao filósofo Epicuro de Samos (341 ^aC. - ?).

Adicionado a isso, Fowden (1982, p. 36) sustenta que, por ter sido grande admirador de Pitágoras, Platão recebeu dele muitas influências e, no período romano, admiradores de Pitágoras foram geralmente platonistas em relação à disposição filosófica e, já no segundo século, filósofos como Numênio e Crânio efetivaram a síntese do pensamento de Pitágoras e Platão. Em meados do terceiro século, a pluralidade de escolas filosóficas, tais como aristotelismo, epicurismo e estoicismo, vítimas de um sincretismo geral produzido pelos filósofos, e o platonismo, influenciado pelo pitagorianismo, tornou-se uma força dominante na vida intelectual greco-romana. (CAMERON, 1996, p. 113). Percebe-se, dado o exposto, o caráter sincrético e religioso dos grupos filosóficos que povoam a sociedade romana oriental a partir do segundo século.

A índole teúrgica com que eram revestidos esses homens divinos apoiava-se, como mencionamos, na purificação da alma, tal como foi idealizado por Plotino em *Eneadas* e divulgado, mais tarde por Iâmblico a partir da síntese do *corpus* de teorias filosóficas herdadas da Antiguidade Clássica.

Sendo assim, por meio da superioridade da alma, conquistada com a adoção de um estilo de vida contemplativo e de reverência aos deuses, o intelectual asseguraria sua afinidade com as divindades, ou seja, tais práticas redundavam na aproximação do indivíduo com os deuses greco-romanos e orientais os quais passavam a desempenhar o papel de aliado nas disputas filosóficas abertas ao público.⁵¹ A figura de Homero, por exemplo, é muito freqüente em neoplatônicos tardios. Eunápio, na vida de Proerésio, cita a aquisição da *corrente dourada* (χρυσή σείπά) oferecida por esse deus grego para simbolizar a relação de proximidade entre o sofista e o deus bem como justificar a clareza com que abordava assuntos complexos. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 357).

É pertinente observar, como constatou o antiquista Silva (2003, p. 173), que os homens divinos do Baixo Império são depositários de saberes que provém de uma *revelação*, adquiridos pelos indivíduos após uma rigorosa *purificação*. Tais saberes designam-se *esotéricos* e demarcam uma linha divisória entre os

⁵¹ Neoplatonismo e poder imperial serão temas desenvolvidos no Terceiro Capítulo, objetivamos, então, apresentar sucintamente a origem da “divinização” que norteava os filósofos da Ásia Menor segundo Eunápio.

intelectuais que a detém e o restante da sociedade. Acrescenta ainda Silva (2003, p. 174) que os desejosos por esse tipo de conhecimento perfaziam dois rituais de iniciação indispensáveis: estudo de textos sagrados e reclusão ascética, representados nas biografias eunapeanas pela vida de Sosípatra que, segundo Eunápio, aos cinco anos, foi entregue, pela concessão de seus pais, a dois peregrinos que se revelaram espíritos versados nas artes dos caudeus⁵² as quais envolviam magia e adivinhação. Esses homens viram em Sosípatra além da beleza (*καλωι*) um olhar ambicioso (*λαμυρωι*) que revelava incipientes habilidades divinatórias e levaram-na com a intenção de iniciá-la nos *mistérios* cujos ensinamentos não foram revelados por Eunápio. (*Vit. Soph.*, p. 401).

Ao retornar a sua casa, os pais a reconhecem e vêem nela as mudanças provocadas pela iniciação na sabedoria dos oráculos Caldaicos (*Χαλδαϊκῶς*). Os homens que a haviam levado deixaram com ela as peças de roupa nas quais ela havia sido iniciada, símbolos místicos e puseram alguns livros no peito de Sosípatra e deram ordens para que ela os selasse. (*Vit. Soph.*, p. 407). Como se observa, Eunápio registra a existência de uma espécie de ritual que justificava a autoridade filosófica dos intelectuais neoplatônicos com a intenção, a nosso ver, de legitimar o poder do conhecimento que detinham. Tratava-se de um conhecimento profundo, já que não provinha do mundo sensível e, sim, da esfera sagrada.

Observaremos que, nas *Vidas*, o biógrafo se inclina a estabelecer comparações entre os filósofos e sofistas neoplatônicos e outros segmentos filosóficos que coexistiram no IV século. Ao instituir essas comparações, os demais grupos são apresentados como detentores de um saber superficial e incapazes de atuar como homens a serviço do Império Romano. A partir desse artifício retórico, reconhecemos a preocupação do biógrafo em construir uma imagem positiva dos neoplatônicos e, é claro, isso não se faz por meio de um ato gratuito; havia, para nós, uma declarada intenção política.

Chama-nos atenção o fato de Eunápio se reportar a uma mulher para indicar a iniciação aos mistérios, uma vez que, com isso, o biógrafo consolida a representação feminina como autoridade em filosofia, podendo discorrer sobre

⁵² De acordo com Silva (2003, p. 187), a arte dos caudeus obtidas nos Oráculos Caldaicos correspondem a uma tradição mística, incorporada pelo neoplatonismo a partir do terceiro século, que vincula magia e filosofia. Os procedimentos teúrgicos praticados nos Oráculos tinham procedência oriental e helênica, com especial referência a Pitágoras e Platão, e funcionavam como meio de elevação da alma humana em direção à perfeição além de ser o lugar em que se obtinha o conhecimento verdadeiro.

quaisquer assuntos filosóficos. Isso revela que, no campo da filosofia, para Eunápio, a questão da diferenciação dos gêneros é suplantada, posto que o biógrafo descreve Sosípatra como portadora dos mesmos recursos divinatórios dos demais filósofos. Não obstante, interessa-nos investigar nesse momento os recursos retóricos postos em circulação pelo biógrafo para *representar*, textualmente, os filósofos tardios.⁵³

Assim sendo, é possível assinalar por meio da vida de Sosípatra, além da autoridade em filosofia conquistada pela iniciação aos mistérios, os elementos fisionômicos e anatômicos impressos na narrativa como mecanismo para reforçar a santidade da intelectual. Nesse sentido, a beleza física e a eloquência de Sosípatra, por exemplo, permitem Filometor, aluno de seu marido Edésio e parente de Sosípatra, por quem ela se apaixonou, reconhecer a divindade de sua natureza. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 411). Nota-se, nesse episódio, o papel da beleza, atributo físico, como componente retórico e indício de santidade.

Na seqüência, para desfazer o encanto que sentia por Filometor, Sosípatra recorreu a Máximo e pediu para que interviesse por ela aos deuses a fim de se livrar desse sentimento amoroso que alimentava em relação a Filometor. Aqui, mais uma vez, Eunápio reforça a correlação entre os atributos físicos de Sosípatra e sua santidade ao declarar que, agradecida pela intervenção de Máximo aos deuses, ela parecia *visivelmente uma divindade* (καὶ θεὰν **ἀντικρὺς** εἶναι τὴν Σωσιπάτραν ὁμολογούντος). (Eunápio, *Vit. Soph.*, p. 413). Atentemo-nos ao termo *visivelmente*, ele revela que a fisionomia de Sosípatra manifesta a referência para realizar a aproximação dela com um ser divino. Essa concepção é reiterada no corpo da narrativa na vida de outros filósofos e sofistas como elemento legitimador da santidade.⁵⁴ (LIM, 1995, p. 58).

⁵³ A eleição de uma filósofa, Sosípatra, e não de um filósofo, no corpo do nosso trabalho, deve-se ao fato de o biógrafo tê-la utilizado como referência nas *Vidas* para demonstrar os rituais que interceptavam a formação de um filósofo neoplatônico bem como os procedimentos necessários para aquisição da autoridade filosófica e poder de revelação. É curioso observar que Eunápio, entre tantos filósofos e sofistas, tenha elegido uma mulher para exemplificar o ritual de purificação pelos mistérios. Esse é, então, o motivo pelo qual a empregamos para ilustrar o referido ritual. Sendo assim, os elementos retóricos apregoados á construção literária de Sosípatra serão válidos para os demais filósofos e sofistas presentes na obra.

⁵⁴ Como são muitas as ilustrações e elas se repetem, selecionaremos arbitrariamente apenas um exemplo para representar cada elemento do conjunto de caracterizações mobilizados por Eunápio para compor um cenário que atribua aos filósofos e sofistas neoplatônicos o papel de agentes de poder na sociedade romana oriental.

Em relação ainda à relevância da superioridade da alma, fim último dos intelectuais neoplatônicos, Eunápio narra, ao descrever a vida de Máximo, um episódio em que Juliano de Capadócia, Crisântio e Eusébio, após assistir à exposição de Eusébio, dirigem-se, convidados por Máximo, ao templo de Hecate. Lá, Máximo pediu para se sentarem e disse que veriam a maneira com ele *supera a multidão comum*: □ φιλτατοι ετα□ροι, κα□ τ□ μελλον □ρ□τε, κα□ ει τι διαφερω τ□ν πολλ□ν □γω⁵⁵. Em seguida, acendeu um grão de incenso e recitou um hino, diante isso, a imagem da divindade começou a sorrir (εμειδία), depois pareceu rir mais alto. Diante desse *espetáculo de magia*, (θεατρικον εκεινον θαυματοποιον) Juliano ficou surpreso e disse:

Mas você não se deve maravilhar com nenhuma dessas coisas, assim como eu não me maravilhei, mas, sim, acreditar que a coisa mais importante é a purificação da alma que é alcançada pela razão. (την λόγου κάθαρσιν μέγα τι χρ□μα υπολαμβάνων). (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 435).

A ênfase na purificação da alma, como indica a passagem, denota aversão às práticas de magia, já que o biógrafo não as considera como um saber legítimo, isto é, capaz de manifestar um conhecimento verdadeiro. Possivelmente, o motivo da animosidade do biógrafo à magia esteja relacionado ao fato de ela ser condenada pela sociedade greco-romana, posto que a magia simbolizava uma potência subversiva para o equilíbrio do Império Romano. (SANZI, 2006, p. 58). Sendo assim, como, a nosso ver, Eunápio tenciona legitimar a representatividade política das elites neoplatônicas locais, é mister demonstrar o afastamento dos intelectuais neoplatônicos, comprometidos com a harmonia política imperial, a toda espécie de prática religiosa ou comportamento social que pudesse redundar em uma ameaça à política imperial. Acreditamos, dessa forma, que a veiculação dessas experiências místicas cumpram esse papel: delinear a especificidade dos cultos religiosos neoplatônicos em detrimento dos rituais ligados à magia.

Identifica-se, por intermédio do excerto supramencionado, a distinção que se realiza entre *magia*, prática religiosa condenada pelos romanos, e *presságio*, comum entre os neoplatônicos. O primeiro, segundo Eunápio, ocupa um patamar inferior,

⁵⁵ Tradução nossa: “Ó amados companheiros, eu me diferencio do comum e, entre muitos, estou aqui”.

posto que não representa um conhecimento verdadeiro, ou melhor, é produto de um saber manipulado que pretende persuadir o público. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 435).

Essa questão se torna mais evidente na *Vida* de Edésio em que Eunápio faz menção a um episódio em que o filósofo Edésio se dirige à casa de banhos da Síria com seus alunos e resolve efetuar um ritual de magia a fim de que aqueles indivíduos presentes pudessem testemunhar a presença dos deuses. Edésio sugeriu, então, que as pequenas fontes, que estavam diante de si, chamar-se-iam *Eros* e *Anteros*; desconsiderando, assim, a maneira como a pessoas da região se referiam a elas. Diante disso, tocou na água da fonte e invocou, de sua profundidade, um rapaz o qual era de *pele branca e de estatura média; seus contornos eram dourados e suas costas e peito brilhavam*. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 371). O mesmo ritual foi realizado em outra pequena fonte, em seguida, ambos os rapazes o abraçaram como se fossem seu pai. Segundo Eunápio, esse espetáculo mágico fez com que Edésio se tornasse um filósofo reverenciado por seus discípulos. Contudo, para além do registro acima descrito, interessa-nos investigar o peso atribuído pelo biógrafo à cena descrita em sua narrativa:

Até mesmo mais espantosas e extraordinárias coisas foram relatadas sobre ele (Edésio), mas eu não registrei nenhuma delas, pois eu penso que isso seja uma coisa perigosa e insultante para introduzir uma ilegítima e fluida tradição no interior de uma estável e bem construída narrativa. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 371).

É nítido o papel depreciativo das práticas mágicas em Eunápio como meio de veicular um saber legítimo sobre o plano divino. Observa-se que o conhecimento esotérico, que diferenciava os neoplatônicos dos demais bem como delegava a eles notoriedade, não se pautava na magia, mas em presságios (*σημειοις*) os quais se tornavam possíveis ao indivíduo após o processo de purificação da alma, consoante expusemos.

Tais indícios sobre o futuro, dependendo da autoridade do neoplatônico que os proferia, eram aceitos e, de fato, materializavam-se da maneira como foram anunciados. Crisântio, por exemplo, ao ser convidado à corte imperial por Juliano, o imperador, a fim de que o auxiliasse ao lado de Máximo, recusou o pedido, pois, de acordo com seus presságios, não deveria se ausentar de Sardes, isto é, os presságios não eram favoráveis a essa viagem e ao cargo de que disporia se aceitasse o convite. Depois de muitas tentativas de Juliano em convencê-lo a migrar para Corte, o imperador, enfim, concorda com a decisão de Crisântio a qual se

apoiava nos presságios e o considera como grande sacerdote da Ásia Menor. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 547).

De fato, Eunápio registra, na seqüência, a expedição que levou Juliano à morte e aos vários castigos a que Máximo foi submetido pelos imperadores cristãos os quais o levaram à morte. Pelo contexto em que o registro foi inserido, nota-se que Eunápio teve o cuidado em apresentar Máximo como idealizador de práticas de magia para, em seguida, compará-lo a Crisântio no que diz respeito à força do conhecimento que possuíam, pois Máximo não conseguiu, no momento em que foi convidado à Corte Imperial, prever os desastres que ocorreria consigo; já Crisântio guiado pelos presságios, pôde se orientar em relação às adversidades do futuro. É significativo observar esse episódio, uma vez que foi registrado por Eunápio duas vezes em suas *Vidas*.

Como resultado dessas considerações atribuídas à concepção de filosofia e, principalmente, de filósofo e seus atributos através de Eunápio, consideramos a propensão do biógrafo em realizar a caracterização desses intelectuais a começar pela áurea divina que os circundavam com a finalidade de edificar os biografados eleitos e diferenciá-los, por extensão, dos demais. Queremos dizer com isso que Eunápio disponibiliza nos registros biográficos peculiaridades outorgadas aos intelectuais neoplatônicos para sustentar a obtenção de poder e prestígio social conquistados por eles. Trata-se, no limite, de uma tentativa de hierarquização de indivíduos concernentes aos círculos filosóficos neoplatônicos da Ásia Menor, Atenas e Antioquia, haja vista a existência de representantes das três escolas neoplatônicas nas biografias eunapeanas.

Logo, a divinização atribuída aos filósofos funciona como recurso retórico responsável pelo enaltecimento dos intelectuais biografados. Segundo Silva (2003, p. 173) a veiculação da imagem do homem divino pela literatura do Baixo Império Romano, em termo sociais, comunicou “a ascensão progressiva dos homens divinos como agentes de poder dentro das comunidades urbanas e rurais do Império, exercendo uma função de liderança e mediação sem precedentes”. Imaginamos ser a construção dos filósofos como homens divinos um recurso retórico mobilizado pelo biógrafo para satisfazer o processo de diferenciação que torna esses intelectuais *distintos* ou *notáveis*. (ἀρετης ἄξιον). (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 343).

Seguindo essa linha de raciocínio, outro elemento importante para edificação dos filósofos biografados está relacionado à hierarquia em que professores e alunos,

que compartilhavam a mesma concepção filosófica, estavam inseridos. Para alcançar uma posição de destaque entre os filósofos e sofistas, fazia-se necessário revelar a excelência da eloquência e da retórica nas disputas discursivas. Isso significa que no interior dos círculos filosóficos da Antiguidade Tardia havia um ambiente de intensa competitividade entre os alunos e até mesmo entre os professores. Prova disso podemos obter na vida de lâmblico o qual, segundo Eunápio, era testado pelos contemporâneos, inclusive pelo filósofo Alípio de Alexandria com o qual cruzava em reuniões, comparadas, pelo antiquista Richard Lim (1995, p. 49), à *intersecção de corpos luminosos em órbita*, tornando-se, assim, uma ocasião para competições públicas. Em uma dessas reuniões:

[...] lâmblico estava esperando ter questões para colocar a ele antes de indagá-lo, mas Alípio, ao contrário das expectativas, adiou todas os questionamentos sobre filosofia, uma vez que o público tinha reunido e perguntado: Conte-me, filósofo, é um homem rico e igualmente incorreto ou herdeiro da injustiça, sim ou não? Para isso, não havia meia conduta. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 372).

Antipatizado com a indagação, como descrito na narrativa, lâmblico amainou a ofensa ao afirmar que:

[...] este não é nosso método, discutir algo que mais do que outros homens gozam de coisas externas, mas somente aquilo que excede na virtude (*αρετης*) que é peculiar e apropriado a um filósofo. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 373).

A *virtude*, conforme se apreende da narrativa de Eunápio, é uma característica decisiva para edificação do filósofo dentro do grupo filosófico, haja vista a inclinação do neoplatonismo pelos valores morais os quais se associam à purificação da alma. Nesse sentido, a alusão aos bens materiais de lâmblico não sinaliza a perda de sua autoridade como filósofo, perspectiva alimentada por Alípio; pelo contrário, a riqueza está dissociada da prática filosófica. Assim, Eunápio aparta da narrativa biográfica quaisquer críticas destinadas ao envolvimento do filósofo com as elites locais como redutoras ou inviabilizadoras da prática filosófica, posto que o próprio biógrafo pertencia à elite de Sardes. (SACKS, 1986, p. 54).

Feitas essas considerações, voltemos a relacionar as caracterizações a que filósofos e sofistas se submeteram em Eunápio. Como se nota, as disputas registradas por Eunápio não só revelam a rivalidade dos filósofos dentro dos círculos

filosóficos neoplatônicos, mas também nos oferecem as bases de seu pensamento. Essas disputas compuseram um cenário importante para eleição de filósofos e sofistas reconhecidos como renomados.

Destarte, o professor também era um elemento importante no processo de diferenciação entre alunos, isto é, o reconhecimento e admiração conquistados pelo professor interferiam na visão da platéia em relação ao destaque do aluno, como Eunápio ilustrou na vida de Porfírio em que:

Agora Porfírio retornou a Roma e continuou a estudar disputa filosófica, de tal forma que ele até mesmo apareceu em público para fazer uma demonstração de seus poderes, mas a multidão (πληθους) atribuía a Plotino o crédito do renomado Porfírio (κλέος εις Πλωτινον). (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 357).

Com essa passagem Eunápio pretende revelar que o sucesso conferido a Porfírio nas disputas filosóficas se deve à inspiração e aos ensinamentos que obteve de Plotino, seu professor, ou melhor, a *demonstração de poder e glória* externada por Porfírio diante da multidão se deve, em grande medida, aos esforços de Plotino, indivíduo a partir do qual Porfírio é conhecido.

Compreende-se, com isso, que Eunápio pretendeu desvelar a relação mútua de solidariedade entre professores e alunos e a importância dessa relação para o processo de diferenciação dentro do círculo filosófico. Justifica-se, por conta disso, o motivo que levava os alunos a percorrer grandes distâncias em busca de notáveis professores; a recíproca também é verdadeira, os professores eram notabilizados pelo fluxo de alunos que provinham de diferentes regiões como ocorre com Juliano de Capadócia. (Eunápio, Vit. Soph., p. 467).

Conseqüentemente, a intimidade com o professor se revestia de um significado importante para sugerir o destaque dos alunos, essa é a razão pela qual, para Lim, (1995, p. 44), havia a tendência de honrar, em discursos, o professor como uma figura divina. Era, por extensão, por meio dessa interação social que os alunos se distinguiam na estrutura institucional dos círculos neoplatônicos.

Então, com base nas considerações observadas, verificamos que a inclinação de Eunápio em registrar o desempenho de filósofos nas disputas filosóficas, a beleza física, a intimidade com os famosos professores e, principalmente, a assimilação de um caminho ascético de vida, calcado na superioridade da alma, que lhes conferiam a alcunha de *homem divino e fonte de sabedoria*, nas palavras de

Lim (1995, p. 46), manifestam o interesse do biógrafo em justificar a autoridade filosófica desses intelectuais. Em outras palavras, a eficácia simbólica do poder de *revelação*⁵⁶,concernente aos neoplatônicos, amparados em uma corrente mitológica que remonta aos deuses gregos e orientais, garante, em nível literário, a progressiva trajetória de homens divinos como agentes de poder, consoante indicou Silva (2003, p. 173).

Assim, Eunápio compõe, gradativamente, os aspectos delineadores da representação atribuída aos filósofos neoplatônicos. Não nos esqueçamos de que essa representação é produto de uma construção literária que pretende destacar a força intelectual e política de um grupo social que se via ameaçado pela ascensão do cristianismo.

Além do caráter intencional dessas caracterizações, Eunápio nos oferece um cenário importante para o estudo dos filósofos na sociedade romana oriental do quarto e quinto séculos a qual apresenta uma cultura de disputas competitivas como componente constitutivo da identidade filosófica da Antiguidade Tardia. No interior desse ambiente, evidencia-se, em Eunápio, os mecanismos de interação social e diferenciação hierárquica entre os neoplatônicos, conforme sugerimos.

2.3.2 O conceito de sofista

Para apresentação e análise dos sofistas, utilizaremos as biografias referentes à escola de Juliano de Capadócia a Proerésio em Atenas, posto que essa seção versa, principalmente, sobre a vida de sofistas na sociedade ateniense. O enfoque de Eunápio por sobre sofistas atenienses não partiu de uma atitude arbitrária, Atenas, de acordo com Cameron (1996, p. 133), era a casa particular do neoplatonismo, isto é, no quinto e sexto séculos a filosofia neoplatônica era praticada e ensinada, com vigor, particularmente em Atenas e Alexandria.

Dito isso, antes de abordar a concepção de sofista nas biografias eunapeanas, não descartaremos o ambiente intelectual competitivo e os recursos retóricos mobilizados por Eunápio, na caracterização dos filósofos, uma vez que

⁵⁶ Entenda-se “conhecimento superior” oferecido pelos deuses aos “homens divinos”. (VENTURA, 2003, p. 169).

tanto filósofos quanto sofistas estão envolvidos pelos mesmos tópicos de retórica responsáveis pela construção do discurso encomiástico. Ou seja, o biógrafo mantém as mesmas caracterizações aplicadas à representação da vida dos filósofos nos sofistas o que demonstra a uniformidade da obra no tocante ao estilo literário.

É curioso observar que os filósofos se restringem à primeira geração entre os personagens biografados, as demais gerações são dominadas pela figura dos sofistas e médicos ou *iatrosofistas*, exceto o filósofo Crisântio que aparece diversas vezes no transcorrer da obra. Imaginamos que o desaparecimento em público dos filósofos neoplatônicos esteja relacionado ao crescimento e influência dos cristãos no cenário político-administrativo, já que os neoplatônicos eram, reconhecidamente, portadores de um conhecimento helênico, calcado no respeito e reverência aos deuses gregos.

De maneira análoga também são apresentadas as atuações profissionais desses intelectuais na sociedade. Essa é a razão pela qual Lim (1995, p. 61) mencionou que, embora estejam bem-documentados, filósofos e sofistas apresentam um confuso limite profissional na Antiguidade Tardia, uma vez que as fronteiras profissionais foram transgredidas não só na atribuição da nomenclatura da categoria profissional, mas também em suas práticas profissionais.

Ninfidiano de Smirna, por exemplo, irmão de Máximo de Éfeso, por ser um sofista treinado, praticou composições de temas retóricos, meio pelo qual se tornou um notável entre os sofistas, manipulação de problemas, mas também se envolveu em disputas filosóficas, atividade teoricamente delegada aos filósofos, mesmo com poucas habilidades nessa área. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 529).

Isso aponta para vulnerabilidade na atividade profissional desses intelectuais, todavia, Lim (1995, p. 64) identifica a diferença entre ambas as categorias ao avaliar o intuito para o qual as habilidades verbais eram proferidas. Os filósofos orientavam os debates públicos para promover o conhecimento filosófico e para estabelecer a verdade por intermédio do procedimento dialético, logo esses intelectuais se preocupavam com a disputa de idéias, não de pessoas o que levaria, por meio da competitividade, à ocupação de cargos públicos. Os sofistas, por outro lado, mobilizavam técnicas retóricas com mais habilidades que os filósofos, porquanto os primeiros pretendiam aliciar a vitória nos debates políticos e nos tribunais da corte. Além disso, digladiavam-se, tendo em vista a supremacia pessoal e vantagens materiais. Outro fator que contribui para a distinção dos intelectuais, para Lim, está

relacionado à aversão de muitos filósofos do IV século às disputas públicas em prol de um estilo de vida ascético ou contemplativo longe da dinâmica das cidades.

Não concordamos apenas com o último fator exposto por Richard Lim, posto que, em nossa opinião, quando Eunápio afirma que alguns filósofos, entre eles, Crisântio, seu professor, e Prisco evitam os embates públicos, ainda que fossem exímios oradores, ele não quis dizer que os filósofos não propendiam às disputas abertas ao público, mas alertar a supressão desses intelectuais na vida pública em virtude da ascensão e influência do cristianismo nos quadros administrativos do Império, conforme sugerimos anteriormente, uma vez que os filósofos se apresentavam como guardiões da herança clássica, portanto se responsabilizavam pela divulgação de um conhecimento filosófico dissociado da proposta cristã.

Não podemos, além disso, perder de vista as intenções gerais da obra, relacionadas, em nosso modo pessoal de ver, à denúncia da ascensão de intelectuais cristãos no cenário político e, por extensão, a imposição da orientação religiosa proveniente da política imperial em relação aos neoplatônicos. Tendo em vista esse cenário de disputas políticas, Eunápio apresenta uma fronteira tênue entre filósofos e sofistas neoplatônicos, já que sua preocupação se direciona à valorização do grupo filosófico não-cristão como um todo em oposição à emersão do grupo social cristão.

No mais, e sob a nossa investigação realizada acerca das biografias eunapeanas, o modelo de categorização apresentado por Richard Lim é bastante pertinente. Reiteremos apenas a idéia de que filósofos e sofistas são construídos em nível literário, por essa razão, é duvidoso inferir que tal cenário condiz com a realidade social *stricto senso*. As biografias eunapeanas, como os panegíricos, perfazem o papel de discursos encomiásticos, ainda que as consideremos fontes históricas pelos motivos já apresentados no primeiro capítulo.

Não pretendemos ser redundantes nessa exposição, entretanto julgamos necessário apresentar alguns aspectos relevantes sobre a concepção de sofista para Eunápio, dado que essas considerações possibilitarão um reconhecimento mais apurado dessa categoria profissional no corpo da política imperial.

O primeiro aspecto relevante diz respeito ao papel significativo das disputas públicas como evento indispensável para compreensão das relações sociais dos sofistas gregos no Império Romano, na medida em que era por meio dessa acirrada cultura de competição que se identificavam renomados e notáveis intelectuais. A boa

reputação os oferecia remunerações vantajosas, porquanto o sucesso nos debates públicos, além dos títulos de honra, trazia novos estudantes e contatos. A notoriedade dos sofistas também apresentava-se, igualmente, com a perspectiva de ascensão social, pois poderiam ser incorporados como professores de retórica oficializados pelo Império. (JONES, 1966, p. 347-348).

Tal admissão ocorria através de disputas públicas, em um concílio municipal, presididas por um procônsul. Tratava-se de uma espécie de concurso público promovido com a morte de um professor catedrático nas diferentes academias subsidiadas pela administração imperial. Essa prática se confirma, segundo Jones (1998, p. 676), nos reinados de Constantino, Valentiniano e Teodósio II o que revela uma longa tradição de imperadores interessados com a manutenção da educação superior no quarto e quinto séculos; eles foram os intervencionistas aqui como em outros assuntos e puderam até mesmo nomear professores individualmente.

Embora houvesse cátedras reservadas a filósofos, essas possuíam menor número. Ainda de acordo com Jones (1998, p. 676), na construção da Universidade de Constantinopla em 425, por Teodósio II, havia três rétores e dez gramáticos para o latim; cinco rétores e dez gramáticos para o grego, um professor de filosofia e dois de leis. A disposição do corpo docente ratifica a aversão ao filósofo, possivelmente provocada pela discrepância entre orientação político-religiosa assegurada pelo imperador e a *paidéia* incorporada pelos filósofos não-cristãos, ou seja, os filósofos remontavam ao passado clássico e professavam inevitavelmente um conhecimento não-cristão. Percebe-se, portanto, nesse final do século IV, um combate às idéias neoplatônicas nos aspectos político-religioso e administrativo.

O fato de os sofistas atuarem como professores de retórica, especificamente, também pode ser um componente útil para singularização deles em relação aos filósofos os quais desempenham a função de professores de filosofia, como categoria profissional. Entendemos, por conseguinte, que as técnicas de retórica e a oratória, produto da aplicação dos mecanismos ventilados pela retórica, e o estudo da gramática representem ferramentas indispensáveis à bagagem cultural dos sofistas, tal como apresenta Eunápio, e a maneira pela qual eram reconhecidos pela sociedade:

A cidade (Atenas) imediatamente tomou partido dos mais influentes (sofistas), e não somente a cidade, mas também todas as nações

sob a administração de Roma, e suas disputas não afetaram somente a oratória, eles se esforçaram em manter a confiança de todas as nações pelo talento oratório. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 487).

De fato, trata-se de intelectuais detentores de um saber prático: a oratória, tangenciada por um conjunto de técnicas que garantem sua eficácia comunicativa. Ao confeccionar a vida de Juliano de Capadócia, por exemplo, Eunápio o apresenta como um sofista ateniense (*Ιουλιανός δὲ ὁ ἐκ Καππαδοικίας σοφιστής*), em seguida, afirma ser, por essa razão, um professor de retórica⁵⁷ para o qual diversos alunos provenientes de diferentes regiões acorriam, já que ele era respeitado por sua eloquência e nobre disposição. (*ῥτορικῆς ἐνεικεν τὸν ἀνδρα καὶ μεγεθους φύσεως*).

Esse relato aponta para correlação entre retor e sofista a qual é apresentada como profissões interdependentes e não isoladas, tal como se observa entre filósofos e sofistas. Em seguida, o próprio autor narra a experiência de ter visitado a casa de Juliano de Capadócia em Atenas a qual, mesmo *pequena e humilde*, percebia-se *a fragrância de Hermes e das Musas* como se estivesse em um templo sagrado.

Adiciona, ainda, que nela havia um pequeno teatro de mármore, local onde Juliano treinava seus alunos e incitava entre eles os debates, com estátuas de seus distintos discípulos. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 467) Aqui, já se averiguam elementos divinatórios que envolvem a vida do sofista Juliano. Conforme afirmamos, a aproximação de neoplatônicos às esferas celestiais manifesta-se nas *Vidas* como procedimento retórico que ajuda a construir a autoridade delegada ao intelectual.

Por fim, o biógrafo retrata o ambiente conflituoso entre os cidadãos atenienses e os jovens sofistas estudantes. Provavelmente, o iminente perigo de discórdia tenha levado o sofista Juliano a construir um teatro privado a fim de que as palestras fossem proferidas dentro de suas paredes e não corressem, de acordo com Eunápio, *risco em suas vidas*, posto que, para os cidadãos atenienses, os sofistas, em sua maioria, competiam apenas por aplausos e eloquência. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 469). Essa visão depreciativa por sobre os sofistas em Atenas representa um comportamento comum entre os atenienses, segundo Eunápio.

⁵⁷ Para Bowersock *apud* Stanton (1973, p. 350) os termos “retores” e “sofistas” possuem o mesmo significado, porém, tomemos o cuidado para não afirmar que todos os retores serão homens profissionais e, conseqüentemente, sofistas.

Com a intenção de ilustrar o referido ambiente conflituoso e legitimar a figura ideal de um sofista, o biógrafo registra o conflito entre o aluno de Apsines, Temístocles, contemporâneo de Juliano de Capadócia e um aluno de Juliano cujo nome não é revelado, todavia, pelo desenrolar dos acontecimentos, imaginamos que seja Proerésio. Essa contenda chegou ao conhecimento do procônsul que interveio para solucionar as ofensas de ambas as facções. Trata-se, com efeito, de uma disputa entre sofistas pertencentes a escolas diferentes em Atenas. Como os professores se responsabilizavam por seus alunos, o procônsul convocou seus respectivos professores: Juliano e Apsines e, de acordo com Eunápio

[...] Juliano estava na corte, conforme ele tinha sido ordenado, e Apsines estava lá também, não em obediência às ordens, mas para intervir no caso do aluno.(EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 469).

Verifica-se que Eunápio estabelece uma nítida distinção entre os sofistas em virtude de seus respectivos compromissos com a política imperial, ou seja, o biógrafo destaca dois campos semânticos para o termo “sofista”: um, representado por Apsines, o qual se preocupa com interesses individuais ou, no máximo, voltados para sua própria escola: o próprio fragmento em questão sugere que não há um compromisso sólido de Apsines em relação às determinações da política imperial. Isso ratifica o caráter independente de um grupo de sofistas que encontram nos aplausos e elogios o fim último de suas respectivas atuações profissionais. Era, com efeito, esse grupo de sofistas, objeto de repúdio pela sociedade ateniense do século IV, conforme afirmamos com base na exposição de Eunápio. Por outro lado, Juliano de Capadócia revela o estereótipo de um sofista subserviente, que se curva às ordens imperiais, ou seja, atua em sintonia e a serviço das leis que regem o Império.

No transcorrer do julgamento, Eunápio reforça a distinção do comportamento demonstrado por esses sofistas e, aos poucos, conduz o leitor a uma imagem ideal⁵⁸ de sofista com a intenção de evidenciar a importância desses intelectuais na sociedade romana e romper com os juízos de valor apregoados pela própria sociedade que os segregava.⁵⁹

⁵⁸ Entendemos por “imagem ideal” a construção retórica de intelectuais neoplatônicos aptos a executar ofícios públicos e promover a harmonia política entre os romanos.

⁵⁹ Muitos autores antigos revelam, em suas obras, o termo “sofista” de forma pejorativa, geralmente na indicação de “abuso” tais como Epiteto, Marco Aurélio, Plutarco, Dio e Aristide os quais se

A compreensão dos valores semânticos atribuídos ao termo “sofista” na obra biográfica de Eunápio é fundamental para perceber como eram aceitos na sociedade ateniense da Antiguidade Tardia e, principalmente, conferir inteligibilidade às diversas imagens de sofistas que aparecem no transcorrer da obra e, por extensão, compreender o papel deles na administração imperial. Dessa forma, inferimos que Eunápio tenha reunido esforços, nessa passagem da obra, para desvelar as diferenças, no que diz respeito à postura intelectual entre as escolas sofistas e consolidar uma linha divisória que destaca os sofistas neoplatônicos em oposição aos demais e reafirma ou valoriza o papel desempenhado por esses homens na sociedade ateniense tardia.

Para atribuir veracidade ao relato do julgamento, Eunápio faz uso de discursos diretos, todavia, para além do recurso retórico mobilizado, convém observar a imagem que Eunápio nos lega acerca do procedimento do procônsul em relação aos sofistas na condução do julgamento. Essa questão se manifesta quando:

Então, os querelantes foram permitidos falar e Apsines começou a fazer um discurso, mas o procônsul interrompeu-o e disse: Esta proveniência não é aprovada pelos romanos. Ele que entregou o discurso para o querelante no primeiro interrogatório e tentou a sorte na segunda exposição. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 471).

Eunápio descreve, em diversos trechos, obstáculos apresentados pelo procônsul à iniciativa de Apsines em defender Temístocles das acusações ofensivas destinadas ao aluno de Juliano. Observa-se, ainda, com esse trecho, que Apsines entrega um discurso pronto a Temístocles, porém, não houve tempo suficiente para Temístocles preparar a exposição. Diante disso, o aluno foi impelido a falar de improviso e:

[...] ele mudou de cor, reprimiu os lábios com grande embaraço, olhou secretamente em direção a seus companheiros, e consultou-os sussurrando o que eles havia para melhor fazer. Eles tinham vindo para a corte preparados apenas para gritar e aplaudir ferozmente o discurso de seus professores em seus interesses. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 471).

reconhecem como filósofos e não sofista. Para uma análise mais apurada sobre os diversos valores semânticos do termo “sofista” em fontes da Antiguidade Tardia, ler Stanton (1973).

Ratifica-se, assim, a falta de preparo dos alunos de Apsines e o evidente conhecimento superficial com que foram treinados. Com efeito, estamos diante de uma utilização depreciativa dessa categoria profissional a qual Eunápio não compartilha. Tal imagem legada aos sofistas é ratificada pela fala do procônsul ao negar, da mesma forma, o pedido de Juliano para defesa de seu aluno:

Vocês, professores que vêm com seus discursos preparados (*τῶν ἑσκεμμένων διδασκαλῶν*), nenhum de seus alunos aplaudirão o orador; mas ouvirão imediatamente a justiça dos romanos (*Πρωμαίους δίκαιον*). (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 473).

Confirma-se com essa passagem a aversão do procônsul, representante da política imperial, aos sofistas. Essa imagem depreciativa será trabalhada por Eunápio no sentido de apresentar ao leitor das biografias que essa concepção é pertinente apenas para caracterizar um grupo de sofistas, tal como o de Apsines. Logo, nem todas as escolas sofísticas detinham a mesma orientação. Quer-se, então, indicar a existência de grupos de sofistas que se apóiam em um conhecimento superficial e outro que detém um conhecimento profundo o qual, segundo Eunápio, está assentado nas bases filosóficas do neoplatonismo.

Em relação às escolas de sofistas em Atenas, Apsines prefigura o modelo de um professor que transmite um conhecimento superficial, embasado em discursos pré-elaborados o qual atua em benefício próprio. Em contrapartida, Juliano de Capadócia representa um sofista associado à tradição filosófica neoplatônica cujo centro de divulgação se encontra em Atenas. A fundamentação de Juliano no tocante à sua concepção filosófica e o reconhecimento do procônsul com base nisso é ressaltada no momento em que Juliano intercepta, pela segunda vez, o julgamento e pede ao procônsul:

Se você (Procônsul) permite um de meus alunos fazer sua defesa, dê ordens para Proerésio se libertar das correntes, e você julgará por si mesmo se eu o tenho ensinado de maneira ática ou pitagoreana. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 473).

O procônsul lhe concede tal direito, todavia é interessante observar que Juliano indica a especificidade de seus ensinamentos ao mencionar que seus alunos aprenderam de acordo com o costume ático e pitagórico, ou seja, seguem uma tradição filosófica consagrada em Atenas, a qual redundava no neoplatonismo,

entendido aqui como síntese das diversas tendências filosóficas. Após a concessão, Eunápio mostra sinais de admiração do procônsul e a total aceitação dos argumentos apresentados por Proerésio em seu discurso improvisado. Essa exposição sugere a relevância e autoridade do aticismo na sociedade greco-romana tardia. Por fim, Proerésio foi aplaudido por todos, inclusive por Apsines, e o procônsul pediu para que se retirassem. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 477).

Para além da manifestação do poder de Proerésio via oratória, o desfecho desse episódio demarca a propensão de Eunápio em registrar a vitória da *sofia* no controle do poder político romano e, por extensão, da importância e utilidade dos sofistas neoplatônicos como ideólogos e homens públicos, conforme analisaremos no próximo capítulo. Há, portanto, registrado nessa biografia, um processo de diferenciação entre as escolas de sofistas e legitimação de uma delas.

Com essa comparação, inferimos que Eunápio tenha indicado ao leitor uma mudança de perspectiva sobre os sofistas para os representantes do controle imperial. A nosso ver, sua intenção se dirige à consolidação de uma imagem positiva de sofistas e filósofos neoplatônicos no campo político. Para isso, Eunápio disponibiliza diversos recursos retóricos, tais como discursos diretos e testemunhas oculares com a finalidade de construir uma idéia de verdade sobre os eventos narrados, conforme mencionamos no primeiro capítulo.

Considera-se ainda o caráter místico que tangenciará as declamações de Proerésio, ou seja, verifica-se em Eunápio um contato místico-teúrgico muito próximo dos sofistas, assim como dos filósofos, com o divino. Esse contato é demonstrado em diversas biografias, entre elas, no relato da vida de Proerésio o qual, após a morte de Juliano de Capadócia, candidatou-se ao cargo de sofista e concorreu ao lado de seis finalistas. Para assumir a cátedra, os candidatos tiveram que expor, diante do procônsul, um tema proposto por ele. Infelizmente Eunápio não nos disse qual era o tema. Segundo Kennedy (1994, p. 244), tratar-se-ia de um problema judicial como era comum na época. Dessa forma, no momento da exposição Proerésio:

[...] fitou todos ao redor do teatro e, quando ele viu que seus inimigos eram muitos, enquanto seus amigos eram poucos, e foram tentando escapar da observação, ele estava um pouco desencorajado. Mas como a sua divindade guardiã começou a entusiasmá-lo para o trabalho e o ajudou na demonstração de sua parte. Ele, novamente, sobreviveu à cena e observou os mais distantes da fileira da platéia,

escondendo-se em seus próprios mantos, dois homens, veteranos no serviço de retórica, em cujas mãos ele recebera o pior tratamento de todos e exclamou: Vós deuses! Há aqueles homens ilustres e cultos! Procônsul, ordene-os a propor um tema para mim. Então, talvez, eles se convencerão que têm se comportado impiedosamente. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 493).

Como se observa, realiza-se com nitidez a intervenção dos deuses entre os sofistas na condução da exposição do discurso, tal como constatamos entre filósofos Plotino, Porfírio e Alípio, como se os deuses atuassem a favor deles nos tribunais. Além disso, no final da apresentação, Proerésio intercepta seus inimigos a fim que propusessem um tema a ser desenvolvido naquele momento. É curioso observar que o procônsul se mostra complacente a todas as exigências de Proerésio viabilizando, assim, esse desafio. Feito isso, Proerésio requereu ainda um escriba para registrar seu discurso e pediu à platéia para que não o aplaudisse.

Com esse episódio, Eunápio solidifica uma concepção singular sobre o sofista que é guiado pelo conhecimento profundo, o qual, conforme já mencionamos, destaca-se, pela formação filosófica baseada em estudos neoplatônicos enviesados à purificação da alma. Sobre os escribas, Eunápio deixou claro que eles foram convocados, pois, ao terminar a primeira parte do discurso, retomá-lo-ia na íntegra por meio da defesa dos argumentos contrários; com as palavras de Proerésio, segundo Eunápio: “Observem cuidadosamente se eu me recordo de todos os argumentos que usei anteriormente”. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 497). Mostra-se, com isso, a ausência de vaidade, que seria marcada pelos aplausos, e domínio de um conhecimento sólido e não superficial, que caracterizava sofistas representados por Apsines. Por fim, sem considerar a autoridade do procônsul e a ameaça de sua presença:

Todos que estavam presentes lamberam o peito do sofista como se isto fosse a estátua de algum deus; beijou seus pés, suas mãos, outros declararam-no ser um deus ou, muitos, o modelo de Hermes, o deus da eloquência. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 497).

Para além dos elementos ficcionais presentes nessa passagem, Eunápio que havia revelado a tendência entre os grupos de sofistas, diferenciando-os por meio de suas respectivas condutas profissionais, indica, nesse episódio, elementos divinos atribuídos aos sofistas o que rompe com a exclusividade divinatória destinada

apenas aos filósofos e cristaliza o caráter retórico do homem divino como atributo legitimador da autoridade desses intelectuais na sociedade clássica tardia.

Com base nessa reflexão, torna-se mais plausível a crítica que Eunápio faz a Filóstrato ao alegar que este não abordou com exatidão as vidas dos filósofos, uma vez que, para Eunápio, os distintos sofistas, isto é, aqueles que se assemelhavam aos filósofos no caráter divino não haviam sido contemplados, já que o vínculo estreito de sofistas e filósofos ao neoplatonismo promovem uma distinção significativa em relação aos demais intelectuais tardios.

Em outras palavras, infere-se que, para o biógrafo, há uma categoria de sofistas neoplatônicos que deve ser valorizada pelas contribuições que podem oferecer à política imperial, porquanto são indivíduos versados na arte da oratória, característica indispensável para o exercício da vida pública no campo político. Acreditamos que, com isso, Eunápio defenda sua própria posição como intelectual na sociedade romana oriental. Por se tratar de um professor de retórica e formar sofistas, é inegável considerá-lo um sofista ou rétor. Como os sofistas incorporavam uma imagem depreciativa na Antiguidade Tardia, imaginamos nós que Eunápio tenha ambicionado elaborar uma obra que pudesse, entre outros objetivos, resgatar essa profissão no tocante à utilidade social que poderiam oferecer à administração imperial. Porém, convém ressaltar que esse resgate foi direcionado a um grupo específico de sofistas da Ásia Menor que compartilham entre si uma tradição filosófica que os confere não só uma posição superior, mas também os habilita a exercer ofícios públicos nos quadros administrativos do Império.

E, por fim, à guisa de encerramento deste capítulo, cabe fazer algumas observações. Examinados os atributos delegados aos intelectuais neoplatônicos com a intenção de exaltá-los e, assim, justificar a importância desse grupo social para as elites locais, público-alvo, infere-se que Eunápio oferece uma nova roupagem ao neoplatonismo tanto como tradição filosófica quanto como prática religiosa, porquanto canalizou tais elementos para sustentar a representatividade política desses indivíduos no ambiente político. Assim, enveredaremos nossa perscrutação no próximo capítulo às práticas político-administrativas experimentadas pelos neoplatônicos ao lado da constante ameaça dos grupos cristãos nos setores político-religioso e administrativo e, dessa forma, consolidaremos nosso viés interpretativo.

3 FILÓSOFOS E SOFISTAS NEOPLATÔNICOS E ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL SOB OS IMPERADORES CRISTÃOS

3.1 Considerações Preliminares

Propor-nos-emos, neste capítulo, dissertar sobre a dinâmica da política imperial no IV século sob a ótica da religião, filosofia e poder, na Antiguidade Tardia, com a intenção de compreender a estratégia argumentativa utilizada por Eunápio para legitimar a representatividade política das elites neoplatônicas da província da Ásia Menor. Tal estudo nos auxiliará na apreensão das especificidades da administração imperial e os recursos de que dispunham as elites locais não-cristãs para se auto-afirmar no cenário político o que nos permite dizer que o conjunto de ações e condutas dos neoplatônicos nos ofícios públicos manifesta a intenção de Eunápio em representá-los como *agentes de poder*.

Para satisfazer os objetivos desse trabalho investigativo, o qual versa sobre a legitimação da representatividade política da elite neoplatônica da Ásia Menor pelas biografias eunapienas, exibiremos as lamentações impressas pelo biógrafo em relação ao exercício da política imperial a qual, segundo ele, apresentava sinais de fragmentação das instituições políticas, a partir de Constantino, por causa do ingresso das elites cristãs no cenário político do Império Romano. Isso se justifica pela maneira como Eunápio exprime as condições político-administrativas do Império guiado por líderes políticos cristãos. Dessa forma, todas as calamidades a que, de acordo com o biógrafo, os romanos eram vítimas se referem à nova orientação política dos imperadores cristãos que viabilizavam a inserção dos cristãos no corpo administrativo e afastavam, gradativamente, as elites não-cristãs da execução de expressivos cargos públicos.

3.2 Religião, Filosofia e Poder na Antigüidade Tardia

A comunicação oral ou escrita, na sociedade romana, deteve um papel fundamental, pois, entre outras funções, exibia o meio pelo qual o poder

imperial⁶⁰ era construído. A aproximação entre as diversas elites locais e a corte imperial ocorria, por exemplo, por meio da comunicação escrita, tais como correspondências, petições, respostas, editos, entre outros, ou seja, a escrita tornava viável o exercício do poder imperial por sobre os ausentes subordinados. (MILES, 2000, p. 37).

Dito de outra forma, no âmbito das famílias abastadas que constituíam a corte imperial, a comunicação escrita facilitava o contato do imperador com os súditos de diferentes províncias. Todavia, é sabido que o Império Romano compunha uma sociedade predominantemente oral, isto é, que não possuíam habilidades de escrita e leitura. (MILES, 2000, p. 53) Por essa razão, a comunicação oral detinha um valor funcional expressivo até mesmo para a disseminação da palavra escrita.

Mediante essa perspectiva, atribuiu-se um significativo valor ao papel dos estímulos visuais não-escritos como meio de propaganda para conferir legitimidade política não só aos imperadores romanos, mas também às elites provinciais que os representavam. Assim sendo, monumentos, exposições orais em praça pública de documentos oficiais e componentes religiosos apregoados à figura do imperador, todos esses elementos contribuíam como veículos de propaganda política a qual se direciona à maneira como o poder imperial se auto-representava ou externava sua ideologia.

A partir dos antoninos, as propagandas imperiais que referendavam o princípio de legitimidade política, outorgado ao imperador, no plano simbólico, concedia a ele um caráter sagrado de tal forma que se desenvolvesse uma relação muito próxima entre o imperador e os deuses. Cumpre ressaltar que, na Antiguidade Tardia, a tendência à vinculação entre monarquia e monoteísmo se deve a Constantino, em virtude de sua conversão ao cristianismo, e progrediu com seus sucessores. Insígnias, símbolos e rituais que associavam o imperador ao Deus cristão passaram a fazer parte do aparato simbólico da configuração do

⁶⁰A nosso ver, a natureza do Poder Imperial está centrada na figura do Imperador o qual se pautava em um conjunto de éditos, ou seja, uma constituição. Esse documento oficial atuava como ponto de partida para tomada de decisões políticas. Isso posto, não se pode afirmar categoricamente que a Antiguidade Tardia instituiu uma “monarquia absoluta”, pois havia leis que deveriam ser respeitadas. Todavia, consideramos que essa legitimidade política conferida ao rei orientava toda a dinâmica da burocracia do Império, comando do exército, poderes constitucionais e envolvia também o aparato simbólico, amparado pela região cristã, no IV século e o estilo de vida idealizado por ela, todos os elementos importantes para a manutenção da unidade política.

poder imperial na sociedade romana tardia. Houve, por conta disso, segundo Silva (2003, p. 102-106), um processo de sacralização da figura imperial, a partir do IV século, construída com base na imagem de Jesus Cristo e vice-versa. Essa aproximação redundou no uso do termo *Basileus* para designar o príncipe e *Basiléia* para descrever o poder imperial nas províncias orientais do Império. (BURY, 1958, p. 15).

Com os mesmos artifícios imagéticos, o neoplatonismo propõe que todos os membros dessa corrente filosófica sejam divinos, logo o significado da vida, para eles, consiste em apreender a consciência dessa herança divina. Assim, em uma sociedade na qual propagandas políticas assentadas no princípio de legitimação imperial aparecem relacionadas ao plano metafísico, o neoplatonismo se desenvolve, concomitantemente, para envolver e disseminar a referida teologia dinástica. (ATHANASSIADI, 1993, p. 5).

Queremos dizer com isso que as bases da filosofia neoplatônica consiste, a rigor, em uma releitura de teorias e intelectuais clássicos, visto que aplica ao pensamento clássico as expectativas ideológicas já existentes na sociedade romana tardia oriental, isto é, absorve a rede de representações sociais utilizadas pelos romanos para endossar a legitimidade política dos imperadores cristãos. Pautando-nos na leitura de Eunápio, advogamos que os neoplatônicos utilizam os mesmos artifícios, em nível literário, para legitimar filósofos e sofistas neoplatônicos no cenário político.⁶¹

Portanto, com base na observação prática das condições de legitimação do poder imperial na sociedade romana tardia, apartamo-nos de autores que defendem o surgimento do neoplatonismo no III século como fuga fácil das conturbações ameaçadoras do Império Romano, tais como fragmentação das instituições políticas e recrudescimento das incursões bárbaras tanto no Oriente quanto no Ocidente. Assim, sob esse aspecto, os divulgadores do neoplatonismo, tais como Iâmblico e Porfírio, consagrados pela historiografia, não trouxeram novidades; mas, sim, buscaram incorporar à filosofia clássica elementos culturais

⁶¹ Nossa proposta analítica não é generalizar a intenção para qual as obras literárias eram produzidas. Ambicionamos indicar apenas a apropriação de uma logicidade atribuída aos componentes religiosos que atuam como parte constituinte da configuração do poder político.

autorizados e aceitos, sem resistência, pelos romanos. (BRANDÃO, 1991, p. 107).

Com base nisso, acreditamos que as orientações religiosas, especialmente da filosofia neoplatônica eunapeana, detinham uma expressiva finalidade política, pois absorvera os aparatos simbólicos mobilizados pela corte imperial a fim de se representarem como membros habilitados aos cargos públicos. A semelhança entre as duas estratégias de legitimação política é, no mínimo, dignas de observação.

Dessa forma, defendemos que, sob a ótica do aparato simbólico, o neoplatonismo, no IV século, estava alinhado à ideologia da política imperial o que testifica a relação mútua de solidariedade entre filosofia, religião e poder⁶². Se analisados de maneira mais pormenorizada, notaremos que a filosofia nos trará a moldura teórica respaldada em autores clássicos que transmitem, em virtude da autoridade que possuem no Mundo Antigo, modelos comportamentais e experiências políticas consagradas pela cultura clássica. Destacam-se, além disso, as influências do estoicismo no neoplatonismo como reduto de virtudes que deveriam ser aplicadas na vida pública. Imaginamos, então, que seja à luz da moral estóica que Eunápio tece suas considerações sobre o reinado dos imperadores cristãos, projetando uma imagem negativa por sobre a conduta política dos imperadores de Constantino a Teodósio, exceto o imperador Juliano.

⁶² Há, na historiografia, e entre cientistas políticos uma grande polêmica em torno da definição de “poder”. Grande parte dos cientistas políticos contemporâneos, associam “poder” à capacidade de submeter indivíduos pela força e advogam, por extensão, que líderes políticos o detêm. Opor-nos-emos a essas acepções e concordaremos com Price (1993, p. 241-242) ao sugerir que se trata de um conceito relativo, isto é, deve ser apreendido a partir da análise de situações estratégicas complexas. As cidades da província da Ásia Menor, por exemplo, não possuíam legiões de soldados estacionados nelas, todavia os cidadãos residentes nelas obedeciam ao imperador e os intelectuais, de modo geral, esforçavam-se em assegurar a manutenção da unidade imperial. As críticas, impressas nas obras dos intelectuais romanos, não pretendiam estabelecer a ruptura da região com a administração imperial o que nos leva a dizer que os intelectuais na sociedade romana tardia ambicionavam desenvolver uma relação positiva com o Império. Mesmo que houvesse um certo temor dos cidadãos romanos residentes nas províncias às tropas imperiais por causa da força bélica da qual eram detentores, a construção da figura do imperador bem como da legitimidade política de que ele gozava para ocupar a função é que assevera o poder que o imperador desfrutava no cenário político e torna possível a relação positiva entre as diferentes e longínquas províncias à política imperial. Queremos dizer, com isso, que o conjunto de elementos simbólicos legado pela religião gera uma relação de poder entre súditos e soberano. Dito dessa forma, descartamos definições que conceituam poder como monopólio exclusivo da força ou residente na figura de políticos. Na Antiguidade Tardia, especificamente, o aparato simbólico também se manifesta como componente responsável pela configuração de poder. Em documentos antigos, entre eles biografias e panegíricos do III e IV séculos, encontram-se frequentemente ações políticas imperiais justificadas por uma *linguagem ou intervenção divina*. (PRICE, 1993, p. 244-246).

Carlos Augusto Machado (1998, p. 85) declara que, mais do que isso, “o estoicismo fornecia uma linguagem política ao moralismo das classes dominantes romanas”.

Essas considerações permitem-nos ratificar a estreita relação entre filosofia e política, visto que, como dissemos, a conduta do imperador e dos seus súditos, na vida pública, é observada por um específico grupo social a partir de uma determinada concepção de mundo ou visão sobre a vida conectada à corrente filosófica que compartilhavam. O neoplatonismo, por sua vez, exhibe uma forma singular de pensar e agir e, por essa razão, concordamos com Semíramis Corsi Silva (2006, p. 109) ao declarar que, em um discurso filosófico, é perfeitamente possível reconhecer referências à esfera política sem, necessariamente, dissertar explicitamente sobre política. Isso nos leva ao intercâmbio entre os discursos filosófico e político.

Dado o caráter intrínseco entre filosofia e política, não podemos nos esquecer de que, desde a Antiguidade Clássica, política e religião compuseram planos sociais interdependentes. A nosso ver, grande parte das propagandas políticas direcionadas à legitimação do poder imperial na Antiguidade Tardia buscavam elementos religiosos, ou seja, no plano metafísico para referendar ações políticas. Paralelamente, sofistas e filósofos neoplatônicos justificavam sua inserção no corpo administrativo porque eram também portadores de semelhante orientação divina.

Convém destacar que a conexão entre religião e política se realiza de diversas formas específicas. Consoante já relatamos no segundo capítulo, o grupo filosófico neoplatônico, a partir do II século, criou para si uma teoria que os aproximava do mundo supra-sensível e munia-os de uma competência celestial capaz de proferir presságios e discorrer sobre assuntos relacionados à estabilidade da política do Império com o auxílio das revelações divinas. No entanto, com Constantino e seus sucessores, excluindo o imperador Juliano (360 – 363) a classe sacerdotal cristã passou a monopolizar o acesso ao divino como base para a sociedade e para o poder político; tornando-se, dessa forma, a única categoria legítima para intermediar a relação entre os homens e Deus na terra. (RIVES, 2000:, p. 258).

Justifica-se, diante disso, a movimentação literária acentuada de intelectuais não-cristãos diante das transformações político-religiosas promovidas pela corte imperial. Portanto, no calor das produções literárias do período em questão, dois recursos discursivos, oriundos da Segunda Sofística, apresentam-se no IV século especificamente com propriedades singulares e uma razão de ser específica. O primeiro versa sobre o resgate de particulares fatos históricos da cultura clássica⁶³; e o segundo versa sobre a valorização do aticismo, fenômeno lingüístico que consiste em recuperar o modo de escrita do grego ático do século V a.C.

Ambos os elementos foram analisados pela historiografia anglo-americana sobre a Segunda Sofística como responsáveis pela criação, em nível literário, do processo de identidade⁶⁴ das elites das cidades provinciais gregas. Dessa forma, dois componentes se imiscuem para *construção da identidade* entre membros das famílias gregas abastadas: classicismo, em virtude dos usos do passado, e aticismo, associado ao purismo lingüístico do grego ático do V século a.C. (PRESTON, 2001, p. 94).

Entre os antiquistas dessa vertente historiográfica com trabalhos mais recentes, consideramos: Miles (1999), Preston (2001), Goldhill (2001), Swain (2003), Whitmarsh (2005). Todavia, esses pesquisadores se restringiram aos três primeiros séculos da era cristã e não abarcaram, por conseguinte, as singularidades discursivas do IV e V séculos.

Defendemos, particularmente, a partir do contexto histórico do IV século, que, por trás da questão identitária, há uma tentativa de legitimação política das famílias abastadas romanas as quais encontravam, na estrutura administrativa do Império, o caminho viável para angariar privilégios, honras e, principalmente, assegurar a manutenção do poder político que desempenhavam, haja vista o clima de competitividade que circundava a ocupação dos ofícios públicos.

⁶³ Não nos esqueçamos de que tal tendência se apóia nas influências da Segunda Sofística no contexto histórico do IV século.

⁶⁴ Preston (2001, p. 92) defende que a formação da identidade é um processo de autodefinição, isto é, ocorre em oposição a outras identidades; é, por conseguinte, por meio das diferenças, que reconheço as particularidades ou características semelhantes do grupo ao qual pertencço. Nesse sentido, Miles (1999, p. 1-7) complementa a discussão conceitual ao declarar que a definição de identidade se subordina à resposta da pergunta “*quem sou eu?*”. Adicionaríamos a essa discussão conceitual, que a identidade, assim construída, delega ao grupo elementos que o unificam e conferem a ele singular força política.

Mediante esses esclarecimentos, Preston (2001, p. 117), em relação aos usos do passado, declara que as repetidas explicações sobre o presente pelo passado provém de uma típica estratégia da tradição etiológica, disseminada pela Segunda Sofística, em usar a autoridade do passado clássico para legitimar interpretações no presente. Assim sendo, a ausência de elementos provenientes da história romana, nas fontes históricas de intelectuais da sociedade romana oriental tardia, demarca a inclinação das famílias abastadas gregas em ressaltar características inerentes à força da tradição da qual eram herdeiros e, com isso, ter acesso direto à sociedade romana e sua estrutura administrativa.

Resta-nos, frente a essa constatação, fazer algumas indagações a fim de aprofundarmos a questão dos usos do passado no IV século: o que motivou intelectuais não-cristãos a eleger específicos acontecimentos ou realizações provenientes da Antiguidade Clássica no IV século? Ou ainda como se explica a intensidade e o vigor com que o passado clássico foi apropriado, já que sabemos que a permanência do passado grego nunca deixou de ser uma constante nos documentos históricos, principalmente na época dos Antoninos, dada relação de respeito às diversidades das culturas locais no processo de expansão imperial?

A partir de tais questionamentos, concebemos que esses fatos históricos mereceram ser lembrados, pois ainda possuíam um valor funcional expressivo para aqueles que os recuperavam, isto é, homens cultos que pertenciam às elites locais. A recorrência ao passado clássico colaborava, a nosso ver, para a manutenção dos privilégios das famílias abastadas tradicionais que se encontravam ameaçadas pelas elites cristãs em plena ascensão na esfera política. Essa característica justifica para nós o interesse desses intelectuais em veicular fatos específicos da cultura clássica que mostram experiências e comportamentos políticos que, para eles, foram dignos de nota, tais como divulgação de eminentes líderes políticos, entre eles Alexandre, o Grande; a democracia ateniense e a emergência de homens-modelo que assumiam uma conduta política pautada pelos valores morais da filosofia estoica, a saber: justiça, igualdade, coragem e probidade, entre outros. (EHRHARDT, 1953, p. 474).

Portanto, as pesquisas históricas fomentadas pela Segunda Sofística não estavam desprovidas de interesses pessoais ou coletivos; principalmente, em um momento histórico em que a centralização governamental e os editos imperiais se

dirigiam ao bem-estar e à consolidação do cristianismo e seus adeptos no corpo administrativo do Império. Compreendemos que a literatura e os paradigmas do passado não encerraram, no IV século, uma simples imitação (*mimêsis*) do passado clássico, pelo contrário, partimos do pressuposto de que intelectuais gregos, especialmente neoplatônicos, apregoaram ao passado uma nova roupagem, haja vista a maneira cuidadosa e diligente com que filtraram os acontecimentos históricos. (WHITMARSH, 2001, p. 299).

Defendemos, por extensão, a percepção do presente como uma transfiguração do passado com a finalidade de tornar legítimas posições políticas contemporâneas. Afinal, o presente escreve o passado, isto é, o passado é resultado da criação do aqui e do agora dos neoplatônicos. Para além da intencionalidade do uso do passado na Antiguidade Tardia, Swain (2003, p. 87) declara que a fascinação pelo legado clássico na Segunda Sofística era, acima de tudo, um caminho para todos os gregos, especialmente membros da elite, que almejavam externar máximas sobre eles mesmos. Assim, essa contínua reescrita do passado se dirigia não só à definição e à consolidação da identidade do grupo, mas também à legitimidade de líderes políticos neoplatônicos.

Outro recurso discursivo importante, utilizado pelas fontes históricas imersas na dinâmica da Segunda Sofística, é a manutenção do aticismo nas fontes literárias. De acordo com Whitmarsh (2005, p. 42-43), o uso distintivo da língua era um marco fundamental para delimitação da identidade social, uma vez que, por meio dela, definia-se a categoria a que o indivíduo pertence, a saber: a categoria dos homens cultos (*pepaideumenoî*) ou a categoria dos idiotas (*idiotai*) e rústicos (*agroikoi*). Adicionado a isso, o estudo e aplicação do aticismo denota pureza cultural o que revela um vínculo mais próximo com a cultura grega clássica em sua essência. Dessa forma, o modo de escrever e falar, adotado por um grupo social, permite a solidificação de singularidades inerentes aos integrantes do círculo social ou filosófico do qual fazem parte.

Como se observa, reconhecemos a importância do exercício do purismo lingüístico em fontes literárias da Segunda Sofística como artifício retórico indispensável para o processo de diferenciação, já que esses intelectuais se opuseram às grandes variações dialéticas do grego ático ou do grego moderno comum (*Koine*) – língua que, para Swain (2003, p. 19), situa-se entre o padrão

literário helenístico e a língua falada vulgar. A boa escrita, cultivada por escritores neoplatônicos, previa, preferencialmente, vocabulário e sintaxe áticos. O aticismo, estilístico e lingüístico, objetivava, a rigor, distinguir a escrita de cartas e discursos de renomados gregos dos demais oradores gregos a fim de sinalizar a posse da mais refinada cultura helênica.

Em Eunápio e, entre muitos escritores tardios das elites locais gregas, verifica-se, claramente, a importância do estilo do discurso, em especial no tocante à língua, como instrumento não apenas de configuração da identidade; mas, especialmente, como componente indispensável para estabelecer o processo de diferenciação social. Não nos esqueçamos de que é preciso pensar o emprego do classicismo e do aticismo, no IV século, no interior dos jogos de interesses e ambições no cenário político entre as elites cristãs e não-cristãs, como examinaremos mais detidamente a seguir.

3.2.1 *Philotimia e Poder Imperial: o cenário político sob a perspectiva das elites locais*

Tendo em vista o ambiente competitivo das elites locais na esfera político-administrativa, Brown (1996, p. 58), ao constatar o crescimento dos homens divinos ou, segundo ele, *amigos de Deus* a partir do II século, produziu o conceito de *modelo de paridade* que consiste na tendência de alguns membros da comunidade local em desfrutar de uma condição privilegiada à custa da notoriedade adquirida por seus companheiros.⁶⁵ Dessa forma, ao projetar a imagem de um ou mais indivíduos renomados de uma categoria social, os demais, indiretamente, receberiam o mesmo destaque, dado que, por analogia, compartilhariam os mesmos atributos. Esse mecanismo de divulgação discursiva que parte do indivíduo e irradia-se para o grupo social do qual pertence resulta na consolidação de representações sociais de específicas comunidades locais.

O aspecto cultural verbalizado por Brown como *modelo de paridade*, na verdade, é resultado de uma terminologia apreendida a partir da leitura da *Vida de Apolônio de Tiana*, escrita por Filóstrato de Lemos, o qual apresenta o termo

⁶⁵ De acordo com Silva (2006, p. 108-110), a inserção de homens vinculados a um determinado grupo filosófico romano em círculos de *amicitia* e em relações familiares, tal como casamento com membros da nobreza, era um mecanismo de ascensão social primordial da sociedade romana.

grego *Philotimia*⁶⁶ para se referir à força motora que estava por trás daquelas mais vagas emoções – patriotismo, arcaísmo e ostentação, as quais se fazem presentes em diversos documentos históricos do período (BROWN, 1996, p. 31) Assim entendido, a *philotimia* exhibe, por um lado, o envolvimento de membros das mais altas categorias sociais para uma ruidosa competitividade no nível da vida social; e, por outro lado, essa competitividade ainda assumia e precisava de um público composto de indivíduos renomados que fossem potenciais competidores.

Em outras palavras, o *modelo de paridade*, tal como pressupõe Brown (1996) ou *philotimia*, vocábulo de origem grega, sugerem o esforço das elites em criar fortes e invisíveis fronteiras para assegurar as aspirações individuais às quais, em se tratando das famílias ricas tradicionais, versavam sobre a obtenção de prestígio e poder, ambos conquistados pelo ingresso em cargos públicos na sociedade romana tardia. (BROWN, 1996, p. 35).

Tal empreendimento se apoiou em formas de realização pessoal ou feitos heróicos que pudessem ser compartilhados pelos demais membros do grupo e transmitidos a eles. Sendo assim, a afeição pelo mundo celestial, na condição de recurso indispensável para ascensão do *status*, mantê-los-iam neste mundo com uma reputação superior, isto é, como favoritos dos deuses. Portanto, os intelectuais neoplatônicos almejavam angariar para si uma posição superior em relação aos demais grupos sociais ao investir suas realizações pessoais em ações com caráter de santidade, tal como já era realizado para constituição do poder imperial.

Importa-nos sublinhar, diante disso, duas estratégias discursivas interessantes: a habilidade dos grupos dominantes neoplatônicos em controlar aspectos da vida religiosa em prol da legitimação do exercício do poder político e associar componentes da cultura clássica para manutenção de privilégios e prestígios sociais outrora conquistados, consoante observamos no item anterior. A interpretação dos oráculos e dos sonhos, por exemplo, ratifica o interesse dos intelectuais em ingressar no cenário político, visto que grande parte dessas

⁶⁶ Whitmarsh (2005, p. 12) complementa essa discussão ao correlacionar a palavra grega *philotimia* à palavra latina *ambitio* as quais, segundo o pesquisador, alude à estrutura vertical no interior da qual as elites civis competiam pelo reconhecimento dos romanos em dois principais aspectos: cidadania e, por isso, a possibilidade de promoção nos quadros administrativos e autorização para ocupação dos ofícios públicos.

manifestações divinas estava a serviço da harmonia da política imperial e atendia aos anseios do grupo que as proferia.

Ao trazer essa vertente interpretativa para a compreensão de *Vidas de Filósofos e Sofistas*, notaremos semelhante atitude assumida por Eunápio em valorizar integrantes da elite neoplatônica como legítimos homens divinos em oposição às elites cristãs, apresentadas como sinal de ameaça ao Império Romano. Em outras palavras, as biografias eunapeanas revelam, por intermédio das lamentações destinadas à conduta política da administração imperial, o jogo de interesses políticos entre as elites urbanas que intercepta a produção das *Vidas* e a necessidade de proteger o grupo social do qual o próprio biógrafo faz parte.

É sabido que, no âmbito da vida social, havia, entre as famílias abastadas⁶⁷ não-cristãs, um clima de tensão entre as comunidades locais, uma vez que elas mobilizavam diferentes aspectos da cultura clássica e angariavam, conseqüentemente, estilos de vida diferenciados. (BROWN, 1996, p. 33).

Esse cenário, rico em diversidades locais, passou, depois da administração de Constantino, a sofrer a pressão da corte imperial para adoção de um estilo de vida dominante, conforme mencionamos. (LIM, 1995, p. 219) Para Brown (1996, p. 34), tal imposição redundou em um momento histórico denominado *período de ambição*; diferentemente do tempo de equilíbrio entre as elites locais, instaurado desde os Antoninos, em que se respeitava as diversidades locais em sua acepção mais ampla.

Tal período se reporta, em grande medida, à alternância de grupos sociais distintos na administração imperial. Havia uma nítida indeterminação dos governos locais o que conduziu a uma situação de crescentes contendas. Encontram-se, por exemplo, nas cidades da Ásia Menor, cidades e aristocracias provinciais em intenso clima de competição – cidade contra cidade, grandes proprietários contra grandes proprietários de correntes filosóficas distintas e, por

⁶⁷ Segundo Brown (1996, p. 33) as cidades do Mediterrâneo, há séculos, foram firmemente controladas por pequenos grupos de famílias tradicionais os quais detinham habilidade em influenciar tanto a religião quanto o clima político de suas respectivas localidades.

conta disso, endêmicas sublevações, tal como a revolta dos górdios no norte da África para retirada de Capeliano.

Conforme descrevemos no capítulo segundo, pensamos que a determinação da representatividade política das elites locais bem como a inserção de membros das famílias ricas em altos cargos administrativos era algo proveniente de fora, ou melhor, os ofícios públicos eram sugeridos às famílias ricas pertencentes às comunidades locais em função do aumento das responsabilidades administrativas, principalmente, a cobrança de impostos, a qual decorria da capacidade de produção do solo. Tais delegações imperiais eram responsáveis pela abertura do clima de competição acima descrito. Tratava-se, com efeito, de uma reação natural das categorias governantes não-cristãs, posto que, há gerações, eles estavam comprometidos com o poder local na sociedade romana oriental.

Como se observa, o que, a rigor, ruiu, no curso do terceiro século, foram os mecanismos de admissão das aristocracias urbanas no cenário político. Se antes o critério de delimitação do *status quo*, que assegura honras e proteção pela corte imperial, estava, geralmente, assentado no nascimento e na riqueza do indivíduo; na Antiguidade Tardia, ao contrário, tais atributos se relacionavam à proximidade do ofício público com o imperador⁶⁸ para o qual as vias de acesso perfaziam a combinação de influência, recomendação e, em alguns casos, suborno, ou seja, pagamento à vista pelo ofício, prática que o afortunado candidato continuaria a realizar a fim de ascender a outros patamares da administração imperial. (CAMERON, 1993, p. 106).

No âmbito do Senado de Constantinopla, em contraponto com o Senado Romano, havia uma combinação de tradição e inovação, visto que o senado de Constantinopla abarcava tanto grandes proprietários de terra, quanto *homens novos* que se elevavam no cenário político por meio da confluência dos mecanismos acima indicados. Entende-se, por conseguinte, o alto grau de competitividade por *status* e acesso à riqueza os quais, no período em questão, alinhavam-se à verticalização burocrática do Império Romano. Segundo Cameron (1996, p. 91), quanto mais perto do serviço imperial mais lucrativo e mais isento

⁶⁸ Importa-nos considerar que, desde o Principado Romano, verifica-se a existência da *amicitia*, fenômeno político-cultural que consiste na tentativa de aproximação do Imperador com a finalidade de ascender socialmente. Acreditamos que essa conduta tenha se fortalecido no IV século, haja vista a ampliação da estrutura administrativa a partir de Diocleciano.

de tributações ficaria o cidadão romano. Verifica-se, com esses esclarecimentos, que a sociedade romana oriental tardia é dotada de uma nítida possibilidade de ascensão político-social por causa da enrijecida hierarquização burocrática⁶⁹ a qual alimentava os anseios das elites locais em virtude da atratividade dos postos públicos a fim de que mantivessem títulos e honras.

Com esse cenário em mente, é preciso considerar que, dentro dos vastos grupos sociais gregos, havia diferentes conotações em diferentes lugares para o sentimento de helenidade que estava por trás da recuperação do passado clássico impulsionado pela Segunda Sofística e da eleição de homens divinos na condição de agentes de poder. Em relação a isso, Jones (2004, p. 20-21) informa-nos de que ser heleno no Egito, por exemplo, pressupõe o compartilhamento da cultura flexível da elite; já ser heleno na Ásia ou na Bitínia significa atrair expressividade política em seus respectivos concílios provinciais.

Sendo assim, nossas inferências, nos registros biográficos de Eunápio, ajustam-se às especificidades locais no que diz respeito ao grau de representatividade política das elites gregas da província da Ásia Menor, conforme demonstramos no capítulo anterior. O nível de envolvimento das

⁶⁹ Para Liebeschuetz (1996, p. 457) a disposição dos ofícios públicos ocorria da seguinte maneira: *comitatus* que consistia em todos os funcionários influentes e atendentes pertencentes à casa imperial. O *comitatus* era formado pelo *sacrum cubiculum*, seus conselheiros, *consistorium* formado por estenógrafos confidenciais que registravam por escrito as discussões e decisões do *consistorium* e os *notarii* os quais compunham o principal corpo de funcionários da administração imperial. Seguindo a hierarquia em que os cargos foram disponibilizados, tem-se o prefeito pretoriano que havia perdido o comando do exército para se responsabilizar, apenas, pelo pagamento dos soldos em espécie aos militares bem como administrar e fornecer alimentação às tropas do exército. Em segundo plano, fica o *magister officiorum* que desempenhava diversas funções, entre elas, de escrivão, era também responsável pelas correspondências públicas, representava o imperador em concílios da Igreja, fazia-se presente na recepção e envio de embaixadores ou mensageiros, além disso, inspecionava seu próprio corpo de inspetores secretos ou investigadores do Império: os *agentes in rebus* os quais recebiam informações de todas as partes do Império para transmitir ao *magister officiorum* e; este, por sua vez, conduzia as referidas informações para o Imperador. Trata-se, com efeito, de um cargo que exigia uma íntima relação de confiança do Imperador. Na verdade, o “Mestre de Ofícios” representava um ministério com variados departamentos, todos executavam apenas atividades civis. (BURY, 1958, p. 29). Outros grandes ofícios do *comitatus* eram: *comes sacrarum largitionum*, responsável pelo ouro e pela prata extraído das minas e taxas coletadas em metais preciosos, devendo ser controlado pelo prefeito pretoriano; os *comes rei privatae*, que se dirigia à administração das propriedades rurais do Império. Seus oficiais coletavam tributos e reivindicavam o confisco de propriedades para o imperador, especialmente, quando o proprietário era acusado de “traição”. O último grande ofício civil era o *quaestor*. Cabia a ele toda a massa de petições, consultas e súplicas endereçadas ao imperador. Além disso, responsabilizava-se pelo projeto da constituição imperial. As secretarias imperiais (*scrinia*) se constituíam de três repartições públicas: *memoriae*, *epistularum* e *libellorum*. Em Constantinopla, o *epistularum* se ramificava em dois departamentos: um para correspondências em Latim e o outro, para grego. No âmbito da diocese, encontram-se os vicários, divididos em dois departamentos: judicial e financeiro. É curioso observar, segundo Bury (1958, p. 27) que a província da África e da Ásia foram controladas diretamente pelo Imperador. Já, no campo das províncias, identificamos os governadores de província os quais incorporam três atividades: judicial, financeira e subclerical. Porém, suas principais atividades versam sobre a jurisdição e tributações, isto é, o governador e as cortes locais passavam parte do tempo em julgamentos civis e supervisionando a coleta de taxas. Normalmente, o governador teria um ativo papel administrativo nas cidades; os membros citadinos que o auxiliavam na coleta das taxas eram os magistrados e os *decuriões* os quais compunham o senado local ou a *cúria*. Eles pertenciam, por extensão, à categoria dos *curiales*. (BURY, 1958, p. 49). E, no geral, todos os membros da administração imperial pertenciam à categoria privilegiada de *honestiores*.

famílias abastadas com o poder imperial ou com a administração provincial, em diferentes comunidades gregas, direciona, a nosso ver, o motivo pelo qual os intelectuais gregos se apoderam dos princípios de construção da identidade para alcançar múltiplos objetivos. Acreditamos, então, que as particularidades das elites locais da Ásia Menor tenham, de fato, impulsionado o biógrafo não só para elaboração das *Vidas*, mas também para o direcionamento político que ele incutiu a elas.

3.2.2 Eunápio e as elites locais da Ásia Menor: envolvimento político, redes de sociabilidade e intencionalidade na produção das Vidas.

Reiteramos o fato de que Eunápio vivia em uma sociedade dominada predominantemente pela oralidade o que conferia a um pequeno grupo, geralmente pertence à elite, o domínio da leitura e escrita. Essa sociedade agregou a seus diferentes círculos filosóficos membros, em sua maioria, das famílias abastadas locais, haja vista a importância, no interior desses círculos, de treinos contínuos de retórica e aprofundadas investigações filosóficas. Para Fowden (1982, p. 48) essas atividades requeriam não só dedicação, mas também lazer e segurança financeira, principalmente, para se tornar um *homem divino* como demonstra a tradição literária grega.

Eunápio exhibe, em seus registros biográficos, que a existência de alguns intelectuais genuinamente pobres eram exceções e, por extensão, fenômenos notáveis. O sofista Proerésio, por exemplo, embora fosse bem-nascido (γεγονως ... ανθεν καλως), foi retratado pelo biógrafo como um estudante pobre em Atenas, pois tinha somente algumas roupas e as compartilhava com seu amigo Heféstio, revezando-as no momento e que um deles se dirigia a uma apresentação no teatro. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 477-85).

Heféstio acompanhou-o (Proerésio), e esses dois foram considerados amigos (Ηφαιστιων δὲ αὐτῷ συνείπετο) e rivalizaram um ao outro em sua pobreza (φιλοῦτες μὲν ἀλλήλους ἄμφω καὶ

πάνυ) eles foram rivais somente para as mais altas reputações na retórica. (φιλονεικοῦτες δὲ ἀλλήλοις εἰς ἰα καὶ περὶ των ἐν λογόις πρωστείων). Por exemplo, eles tiveram consigo apenas um casaco (ἱμάτιον) e um manto gasto e nada mais, e, disseram três ou quatro tapetes (καὶ στρώματα τρία που η τέτταρα) os quais, no curso do tempo, tinham perdido sua cor original bem como sua espessura. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 485).

O trecho é rico em pormenores possivelmente por representar uma história incomum, posto que a maioria dos homens divinos foram descritos em um ambiente de prosperidade, em virtude da riqueza de suas famílias. Em relação a essa temática, mencionamos, no capítulo anterior, as discussões filosóficas entre Alípio e Iâmblico em que o último foi acusado de desfrutar de riquezas impróprias; tal fato, para Alípio, ia de encontro à vocação filosófica neoplatônica. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 373). De fato, Eunápio descreve o filósofo Iâmblico como proveniente *de descendência ilustre, e de uma opulente e próspera família* (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 363). É dito ainda pelo biógrafo que Iâmblico possuía casas suburbanas e propriedades rurais. Assim, as contestações de Alípio se justificam por sua própria condição social. De acordo com o biógrafo, Alípio provinha de uma família pobre (Αλύπιος ... ἦν δε των ευ γεγονοτων εις ακρον) e, possivelmente, apoiado no princípio neoplatônico de purificação da alma pelo afastamento dos elementos mundanos, ele contestou Iâmblico acerca do compromisso dele com a tradição filosófica que professava, levando em consideração as riquezas de que desfrutava. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 373).

Tendo em vista essas exceções, Eunápio relata, como já declaramos, os demais filósofos neoplatônicos em uma categoria social afortunada e possuidora de terras. Fowden (1982, p. 49) confessa, sobre as *Vidas* de Eunápio, que se trata de um documento repleto de afirmações estereotipadas atribuídas a cada um de seus *heróis* os quais eram de notáveis descendências, todavia o pesquisador adverte que essas referências devem ser analisadas com, no mínimo, suspeita, já que a referida obra apresenta claras manifestações da aplicação de artifícios retóricos presentes em discursos encomiásticos.

Em relação a seu professor e compatriota, Crisânio, Eunápio narra que:

Era Crisânio que foi o motivo desse comentário ser escrito, (*Ταυτησὶ τῆς γραφῆς αἴτιος ἐγένετο Χρυσάντιος*) então ele educou o autor deste trabalho desde a juventude, e para o último manteve sua bondade em direção a ele, embora isso fosse uma obrigação legal (*ὥσπερ νόμον τινά*). (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 539).

Para além da relação entre aluno e professor, a qual, de fato, aproximava-os, percebe-se uma explícita alusão à razão pela qual a obra biográfica foi escrita. Tem-se, a partir dessa passagem, uma referência útil para compreender o que estimulou o biógrafo a redigir a obra. Não podemos, todavia, apropriarmo-nos desse excerto de maneira isolada e afirmarmos, por extensão, que, tal como Filóstrato de Lemos em *Vidas dos Sofistas*, as *Vidas* de Eunápio está focada na figura de Crisânio, nem indicá-lo como núcleo unificador das biografias como sugere Buck (BUCK, 1992, p. 157).

Acreditamos que a escrita da obra em formato biográfico e o estilo pessoal que o biógrafo imprimiu às *Vidas*, porquanto ele interage com os personagens biografados, resulta na tentativa de Eunápio em, inserto no interior de uma categoria social constituída de eminentes homens públicos dotados de uma áurea mística singular, afirmar não só a representatividade política da elite local neoplatônica de Sardes e região, mas também instituir uma imagem positiva de si mesmo; pois, acreditamos que Eunápio, como cidadão do Império Romano, tinha as mesmas ambições que os demais membros do Império. É como se o fato de pertencer a esse grupo seletivo também o habilitasse a desempenhar as mesmas competências conquistadas por seus biografados na vida pública.

E, para realizar tal empreendimento, nada melhor do que focalizar as considerações em um seletivo grupo de indivíduos e mostrar, gradativamente, sua participação pessoal ou vínculos de amizade com os referidos biografados a fim de que o objetivo supramencionado fosse atingido com êxito. Aplica-se, dessa forma, o *modelo de paridade* como ferramenta indispensável para construir, em nível literário, a representatividade política das elites neoplatônicas da Ásia Menor.

Outro fator significativo que justifica a tentativa do biógrafo em sustentar a representatividade política das elites neoplatônicas está relacionado à maneira como os personagens biografados foram encadeados. Queremos dizer com isso

que, além da orientação cronológica que intercepta a vida dos filósofos e sofistas neoplatônicos, há uma singular logicidade na disposição e seleção das vidas, isto é, verifica-se que Eunápio estabelece uma genealogia que tem como ponto de partida Plotino, e culmina em Crisânio, já falecido no momento em que o biógrafo escreve.

Diante disso, o próprio biógrafo emerge como vestígio vivo da herança neoplatônica e da elite que a sustentava. É, nesse sentido, que imaginamos que Eunápio seja um autêntico representante da elite provincial da qual ele faz parte e estende a força política desse grupo social no Império Romano aos demais integrantes, principalmente, ao veicular uma imagem positiva dos sucessores de Crisânio na prática da profissão.

Εἰςὶ δὲ μετ' αὐτὸν διάδοχοι Ἐπίγονός τε ὁ ἐκ Λακεδαιμόνος, καὶ Βερωνικιανὸς ὁ ἐκ Σάπδεων, ἄνδρες ἄξιοι τοῦ τῆς φιλοσοφίας ὀνόματος. ⁷⁰ (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 564).

Como poderíamos imaginar, em tese, não é apenas para si que Eunápio pretende justificar a glória dos neoplatônicos, nem para se candidatar, em sua cidade nativa, a sucessor do cargo de filósofo do falecido professor Crisânio. Suas intenções, como se percebe, não se dirigem à atuação filosófica na sociedade romana oriental. Com a finalidade de esclarecer tal proposição, é necessário refletirmos um pouco mais acerca do grau de familiaridade entre Eunápio e o filósofo Crisânio. Para isso, utilizaremos um fragmento da obra, localizado no interior da fala destinada ao imperador Juliano o qual, frente à recusa de Crisânio em se integrar como membro da corte imperial, escreve para a esposa do filósofo com a intenção de que ela o persuadissem a ocupar o ofício público em Constantinopla. Assim, nesse contexto, Eunápio declara que:

Mas, no caso de Crisânio, ao ouvir que ele (Crisânio) tinha uma esposa chamada Melite para a qual ele foi reconhecidamente afeiçoado (ela era uma prima do presente autor) – *τοῦ δὲ ταῦτα γράφοντος ἀνεψιὰ ἦν*. Juliano recolheu-se secretamente e, desconhecido de todos, ele escreveu argumentos possíveis para

⁷⁰ Tradução nossa: Os sucessores de Crisânio na profissão de filósofo são Epígono de Lacedemônia e Beroniciano de Sardes, homens dignos do título de filósofo.

induzi-la a persuadir seu marido a não recusar de fazer a viagem.
(EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 445).

Eunápio, a partir desse extrato, anuncia que tinha uma prima (*ἀνεψιὰ*), Melite, casada com Crisânncio o qual fazia parte de uma família abastada de Sardes, haja vista sua participação efetiva na vida pública, porque:

Crisânncio pertencia à categoria senatorial (*βουλευν*) e era considerado, entre os mais nobres nascidos em sua cidade. Seu avô era Inocêncio, o qual fizera considerável riqueza e adquirira grande notoriedade, mais do que é a parcela da média dos cidadãos citadinos, (*ιδιωτην τινα λαχων*), porquanto os imperadores que reinaram naquela época delegaram a ele a incumbência de compilar os estatutos legais (*Βασιλευόντων ἐπιτετραμμένος*). (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 541).

Nota-se, a partir dessas evidências, o envolvimento de Eunápio com membros das cúrias da Ásia Menor, já que estava vinculado, de certa maneira, à família senatorial de Crisânncio. Chama-nos atenção a inclinação de Eunápio em envolver não só o filósofo, mas os demais neoplatônicos em um círculo social de excelência na sociedade romana oriental do IV século. O avô de Crisânncio, por exemplo, havia auxiliado o imperador Diocleciano a codificar as leis romanas. (SACKS, 1986, p. 54). Trata-se de um papel de destaque o qual, na *Vida* de Crisânncio, enaltece a relevância do filósofo no âmbito da esfera pública por meio de sua ascendência familiar. Nota-se, mais uma vez, o recurso da genealogia como mecanismo discursivo válido para transmitir características edificantes a indivíduos de determinado grupo social ou familiar.

Averigua-se, diante disso, que Crisânncio é uma figura-chave das biografias eunapeanas por vários motivos: primeiro porque foi professor de Eunápio em sua cidade nativa, Sardes; segundo, por aparecer várias vezes na obra biográfica, terceiro, por finalizar as *Vidas*, rompendo, assim, com a cronologia estabelecida pelo biógrafo e, por fim, por pertencer posteriormente à sua família, haja vista o matrimônio de sua prima com Crisântio.

Eunápio menciona explicitamente, conforme afirmamos, sua motivação para escrever as *Vidas*, porém, Sacks (1986, p. 53) acredita que outra influência significativa se dirige a Oribásio, médico e amigo íntimo de Juliano, o qual o teria

fornecido um diário com as expedições militares do imperador Juliano com a esperança de que o biógrafo as utilizasse em sua narrativa histórica. Embora o diário tenha sido útil para a escrita da *História Universal* não podemos desvincular essas fontes literárias em virtude do caráter complementar que elas desempenham entre si, consoante defendemos no primeiro capítulo.

Além disso, considera-se também, como elemento motivador da escrita das biografias, os vestígios de que Eunápio tenha participado, no reinado de Juliano, da administração civil sob o governo de Musônio tal como revela Blockley, especificamente no Livro 4, excerto 24:

Depois que Juliano tinha sido proclamado Augusto, embaixadores vieram a ele de todos os lugares, e muitas importantes autoridades reais vieram a ele das províncias. [...] O último enviado era o rétor Eunápio, e ele era tão bem-sucedido em sua missão diplomática que, sob o comando do Imperador, ele também falou no interesse de um processo litigioso e venceu aquilo também. (Exc. De Leg. Gent. 3 apud BLOCKLEY, 1983, p. 35)

Partindo do pressuposto de que as informações indicadas no excerto estejam corretas, consideramos a inclinação de Eunápio pela vida pública e definimos sua atividade profissional como rétor ou sofista. Na coletânea de textos clássicos, *Suda*, Blockley se apropriou de outra passagem que versa sobre Eunápio e ratifica a continuação de sua atividade profissional no quadro dos ofícios administrativos do Império após o reinado de Juliano.

Musônio, durante o reinado do Imperador Joviano. [...] Musônio foi para todos os lugares e em poucos dias abasteceu a embarcação com as contribuições da Ásia. Ninguém alegou injustiça contra o que estava acontecendo, mas todos que pagaram as contribuições forneceram a eles sem resistência. O rétor Eunápio, o Frígio, supervisionou as transações. - *Εὐνάπιος γὰρ ὁ ἐκ Φρυγίας πητωρ ἐπεστάτει τοῖς πραττομένοις*. (ZOSIMUS 3,30,2 – 35,3 apud BLOCKLEY, 1983, p. 47).

Os extratos contribuem para a compreensão do círculo de amizades e influência do biógrafo no cenário político. As viagens de que participou, o fácil acesso aos poderosos neoplatônicos orientais, suas relações familiares e sua própria formação intelectual denunciam a condição social e o envolvimento

político nos quais Eunápio estava inserido. Não é surpresa, por conseguinte, que ele tenha se referido a Tuciano, prefeito pretoriano da Ilíria (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 467) e Hierax, governador da Pamfília como membros pertencentes ao seu grupo íntimo de amigos. Dito isso, averiguaremos, a seguir, a atuação de filósofos e sofistas na administração imperial do IV século nas *Vidas* de Eunápio.

3.3 Sofistas e Filósofos neoplatônicos e sua relação com o imperador em Eunápio.

Diante da investigação sugerida acima, é incontestável o engajamento de Eunápio no cenário político o que não nos leva a considerar o neoplatonismo como um fim em si mesmo, digo melhor, não em seu caráter estritamente religioso, nem como um aspecto cultural inédito na Antiguidade Tardia, pois, sabemos que não houve uma abordagem teórico-filosófica inovadora, conforme afirma alguns estudiosos. Dessa forma, a íntima associação entre filosofia e religião, estabelecida pelo neoplatonismo nos séculos III e IV, não se deve apartar, de acordo com a nossa visão, de uma perspectiva político-ideológica. Para ratificar a importância do envolvimento de filósofos e imperadores, Eunápio diz que:

Em história, o período que demarca a virtude superlativa (*αρετην υπερεχον*) de um filósofo é aquela que delineia o sucesso supremo de um imperador (*ευτυχες ... βασιλεύσει*). (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 351).

Assim como Libânio e Temístio, Eunápio intercede pela relação mútua de solidariedade entre filósofos e imperadores, cabendo ao filósofo aconselhar o imperador no que diz respeito à conduta pessoal e à tomada de decisões a partir dos valores morais provenientes do estoicismo, entre os quais, a justiça se sobrepõe. (EHRHARDT, 1953, p. 470).

Assim entendido, além do arcabouço teórico que possibilitou a apresentação em nível literário dos homens divinos como agentes de poder, o neoplatonismo se envolveu com a concepção estóica a qual, segundo Gonçalves (2006, p. 6), defendia

a chegada ao poder dos governantes mais aptos, ou seja, governantes que norteavam suas ações políticas com base nos princípios estóicos.

Diante disso, com a influência da filosofia estóica, o neoplatonismo angariou um conjunto de paradigmas comportamentais que deveriam, de acordo com os intelectuais neoplatônicos, ser incorporados pelos integrantes da corte imperial em toda a sua extensão. Trata-se, aos olhos do neoplatonismo, de um sistema filosófico responsável pela atribuição de legitimidade⁷¹ política aos detentores de cargos públicos.

No que tange especificamente aos sofistas neoplatônicos na administração imperial, observá-los-emos, nas *Vidas* de Eunápio, como seres divinos e guardiões da filosofia estóica, ambas características indispensáveis para atuação na esfera política.

Nesse sentido, Bury (1958, p. 92-96) desperta-nos para a participação política dos sofistas na condição de mensageiros ou emissários da corte imperial. Tal ofício agregava atividades internas, isto é, dentro das províncias do Império Romano e externa, associada à relação diplomática de Roma com os impérios circunvizinhos. Quando, por exemplo, um novo soberano ascendia ao trono, era comum enviar um emissário para as cúrias locais com a finalidade de anunciar a posse do imperador. Para essa atividade, normalmente, eram selecionados homens das elites locais os quais se tornavam distintos embaixadores por sua capacidade oratória. Bury (1958, p. 93) declara que as fontes históricas registram poucas relações intercitadinas. Há, por outro lado, mais alusões às negociações diplomáticas, principalmente, os tratados de paz entre Roma e a Pérsia.

Em relação às atividades diplomáticas entre o Império Romano e a Pérsia, Eunápio menciona uma passagem em que o imperador Constâncio envia Eustátio, sofista neoplatônico da Capadócia, para atuar como representante do rei (*πρεσβεια*) sobre o incidente ocorrido em Antioquia, cidade cercada pelos bárbaros⁷². É interessante perceber, como descreve o próprio Eunápio, que Eustátio é convocado como mensageiro sem que antes tivesse desempenhado outros ofícios públicos.

⁷¹ Para Gonçalves (2006, p. 2), a preocupação constante do governante em se legitimar no comando imperial está relacionado ao fato de que, no IV século, havia constantes problemas sucessórios, e essa inquietação foi objeto de discussão de muitos autores tardios, principalmente intelectuais ligados direta ou indiretamente ao centro do poder.

⁷² Penella (1990, p. 53) comenta que, de acordo com Amiano Marcelino (17.5.15), Eustátio foi enviado como emissário do Império à corte persa no reinado de Constâncio, mais precisamente em 358.

Todavia, imaginamos que essas informações sejam intencionais, pois a vitória de Eustátio será ainda mais valorizada pelo fato de ele não ter participado antes de um ofício que exige extrema sabedoria e responsabilidade. Sendo assim, Eustátio foi submetido a um grande teste com os bárbaros (*βαρβαρός*) o qual envolveria encantamento e persuasão:

Quando eles (romanos) chegaram à Pérsia, Sapor tinha demonstrado ser, e atualmente era, tirânico e selvagem para aqueles que se aproximaram dele; entretanto, no momento em que Eustátio, representante de uma embaixada em geral, foi permitido acesso ao rei, o último (Eustátio) não poderia admirar a expressão de seus olhos no qual era, a princípio, cordial, imponente e imparcial, apesar de muitas preparações que o rei tinha elaborado a fim de deslumbrar e intimidar o homem. E, quando ele (Sapor) ouviu sua voz conversando tão uniforme e sem esforço, quando ele o ouviu discorrer seus argumentos tão modestamente e boa naturalidade, ele o convidou para se retirar; e Eustátio saiu, deixando o tirano cativado por sua eloquência. Atualmente, ele enviou uma mensagem por seus oficiais domésticos para convidá-lo à sua mesa, e, quando ele obedeceu a convocação, porque o rei o pareceu ter uma natural inclinação pela virtude, Sapor o acompanhou no banquete. Então, Eustátio tornou-se seu companheiro no banquete e, pela sua eloquência, venceu tal influência sobre ele [...] o rei da Pérsia veio no interior desse ponto renunciar o pilar de sua dignidade pontifícia, deixando de lado a púrpura imperial e a roupa adornada para colocar o casaco de filósofo de Eustátio. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 397).

O fragmento em questão realiza, aparentemente, uma apologia à eloquência e, por extensão, à tradição retórica grega, porém, se vincularmos essa passagem ao conjunto das biografias, garantindo, assim, a unidade político-ideológica da obra, veremos que o relato desse fato detém um papel significativo. Eunápio quis evidenciar o comportamento do rei persa, que reconheceu em Eustátio características nobres de um grande articulador político. Para além do encantamento com que a cena foi descrita, a inclinação do rei persa em acolher o emissário e sentar-se à mesa com ele, demonstra o respaldo dos imperadores estrangeiros pelos sofistas não só como conselheiros, mas também como figuras-chave em negociações políticas o que consolida, para Eunápio, o fato de que o sucesso de governantes e imperadores está associado à constituição do *sacrum cubiculum* que

o assessora. Em outras palavras, a explicação para as *calamidades*, pelas quais o Império Romano Cristão era vítima, está diretamente vinculada ao afastamento dos guardiões da filosofia neoplatônica, digo melhor, das elites não-cristãs dos ofícios públicos. Infere-se, com base nisso, o valor funcional das elites neoplatônicas na política imperial, haja vista a habilidade oratória que possuíam para assegurar a unidade e a harmonia administrativa do Império.

Nesse sentido, é pertinente observar que o destaque e a divinização conferidos ao imperador Juliano, não só nas biografias de Eunápio, mas também entre outros filósofos e sofistas contemporâneos ao biógrafo, esteja, possivelmente, associado ao retorno da relevância política que as famílias abastadas não-cristãs angariaram com as medidas instauradas pelo imperador.

Com Juliano, os neoplatônicos detiveram, de fato, um lugar privilegiado na administração imperial, inclusive o próprio biógrafo, por esse motivo é natural que a defesa do referido imperador bem como a divulgação de panegíricos atribuídos a ele sejam confeccionados por esse grupo de pensadores. A própria forma de se referir ao imperador - *o divino Juliano* - revela o caráter encomiástico a que tais indivíduos se dirigiam a ele e reforça a linhagem divina da qual todos os neoplatônicos faziam parte. Consideremos, por essa razão, que o imperador Juliano restabeleceu a força política das famílias tradicionais do oriente, ou seja, seu governo representou a vitória do helenismo. Para finalizar essa atividade diplomática, Eunápio expõe um lugar-comum entre os neoplatônicos que simboliza o ascetismo em que estavam envolvidos:

[...] e eles (persas) convenceram o rei a responder ao imperador romano por que, quando a Fortuna tinha conferido a eles (romanos) uma multidão de homens distintos, eles enviaram pessoas não melhores que escravos que os tinham enriquecido. E todo o resultado da missão diplomática foi contrário às expectativas dos homens. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 399).

Com a leitura do excerto, observamos que a indagação sugerida ao rei persa para o imperador romano consiste em compreender o motivo pelo qual o Império, conhecido por suas riquezas, enviava homens tão simples, semelhantes a escravos os quais, em um primeiro momento, não pareciam executar o ofício a que foram confiados. Inferimos, a partir disso, que a surpresa que contaminou o rei persa e

seus súditos, esteja relacionada à simplicidade com que os filósofos se vestiam. Não por serem pobres, como já expusemos, mas para fazer jus à vida ascética a que se propuseram seguir e a necessidade de se despir dos elementos mundanos os quais representam, para o neoplatonismo, a corrupção da alma e o distanciamento do Deus-criador ou dos elementos sagrados.

Nesse sentido, a afeição à *Fortuna*, mencionada no fragmento, e seus resultados: a ostentação e as vaidades da carne, redundam, para Eunápio, em falta de sabedoria divina. São indivíduos que não se santificaram e, portanto, não detêm autoridade para experimentar, em sua prática profissional, a intervenção dos deuses, componente que assegura o êxito na argumentação e o encantamento produzido através da aparência, sinalizadora da áurea mística que envolviam os neoplatônicos consoante discorrermos no segundo capítulo.

Em síntese, o fragmento acima apresenta intelectuais neoplatônicos como pacificadores e organizadores da vida social. Sendo assim, as habilidades oratórias, que os sofistas possuíam, contribuíam para organização do campo político. Eunápio reforça essa idéia ao mencionar o termo *oratória política* – *πολιτικὴν κατεπηδῆσεν*, (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 513) modalidade discursiva ensinada pelos sofistas gregos que ambicionavam preparar seus discípulos para atuar na administração imperial. Nota-se que, há, de fato, uma nítida referência ao papel expressivo desempenhado pelos sofistas neoplatônicos na esfera política os quais objetivavam, pelo menos em nível literário, a eliminação do caos e a integridade da esfera política, tendo em vista o estado de *generalizada calamidade pública, ou seja, em todo o Império* (*ἐμπιπτόντων δημοσίων καὶ κοινῶν*⁷³) pelo qual passavam. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 561).

Suas atividades profissionais, contudo, não se limitavam à categoria de emissários do Império, os sofistas, assim como grande parte dos membros da elite, ambicionavam os postos mais altos da estrutura burocrática; de preferência, os mais próximos do imperador como se observa na *Vida* de Proerésio que, segundo Eunápio:

⁷³ No que diz respeito à tradução de Wright (1921, p. 561), mais precisamente na caracterização que Eunápio faz sobre as *calamidades*, discordamos do uso do termo “universal” como tradução pertinente para o termo grego *κοινῶν*. Dessa forma, tomamos o cuidado de restringi-lo ao indicar que o biógrafo se refere à situação vivenciada pelo Império Romano de maneira particular, não envolvendo, assim, as tribos bárbaras.

Por causa de sua sabedoria e elevada e poderosa eloquência, fez seu caminho até a corte. Lá ele obteve brevemente a mais alta posição, e depois, ocupando muitos dos elevados ofícios e conquistando grande reputação em muitas posições oficiais (e até mesmo seus inimigos o admiraram), ele finalmente alcançou o cargo de prefeito pretoriano (*επαρχον*), uma magistratura que, conquanto carecesse da púrpura imperial, (*της αύλης ηλασεν*) realiza o poder imperial (*προιω ... αρχη βασιλεία*). Ele tinha agora conseguido uma fortuna de acordo com sua suave ambição (*εαυτου φιλοτιμιαν*) e alma nobre (*τύχης αξίας*) (a região que *tem sido designada para ele se chama Ilíria*). (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 501).

Constata-se, com a leitura do excerto, a *ambição* que alimentava sofistas gregos em aliciar ofícios públicos bem como a necessidade de ascender no interior da estrutura burocrática. Tal comportamento social caminha ao encontro do *modelo de paridade* idealizado por Brown a partir da palavra grega, conforme discorrermos anteriormente, em que os integrantes das elites locais aspiravam a elevados cargos públicos com a finalidade de conquistar privilégios e honra. Mas Penella (1990, p. 127) destaca que o imperador Constante premiou Proerésio com altos cargos administrativos e “aparentemente” permaneceu bem disposto diante dele através de seu reinado pelo fato de que Proerésio era um cristão. Trata-se, a nosso ver, de uma interessante observação, haja vista a ambição expressiva dos cristãos na corte imperial pelos ofícios e a necessidade dos imperadores cristãos em uniformizar práticas e condutas idealizadas pelo imperador a fim de que sua legitimidade fosse construída sem resistências, já que filósofos e sofistas neoplatônicos, quando alcançavam altos cargos administrativos, eram, com base na obra biográfica de Eunápio, vítimas da hostilidade dos cristãos o que redundava em castigos corporais ou condenação à morte.

É preciso considerar ainda que, no cenário político, os sofistas gregos não se apartavam dos valores morais herdados do estoicismo para guiar a conduta política. Eunápio viabiliza essa característica quando afirma que:

ἐτεθηπεςαν δὲ αὐτὸν ἡ Ἑλλάς, τὸ φρόνημα ἀκούοντες καὶ τὴν παιδείαν, καὶ ἀκλινὴς ἦν καὶ ἀδωροδόκητος⁷⁴. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 501).

Como se observa, para Eunápio, a internalização dos valores morais redundava em êxito profissional e honras, componente desejado por grande parte dos oficiais do Império os quais almejavam o reconhecimento dos demais e a possibilidade de promoção social. No geral, é possível apreender das *Vidas* um sentido de como um homem profícuo de erudição se tornaria um imperador, ou de como a *Paidéia* demandaria reconhecimento a um homem no poder.

Deduz-se, então, que o estoicismo comporta duas funções específicas nas *Vidas* de Eunápio: a primeira se relaciona à prática das asserções morais, fundamental para assegurar uma boa administração e tê-la reconhecida; já a segunda atua como referência para avaliar o exercício do poder imperial dos oponentes. De fato, o olhar do neoplatônico Eunápio, enveredado ao comportamento estóico na vida pública, perpassa suas biografias. E, embora Proerésio fosse considerado cristão pelos romanos, o biógrafo, particularmente, utiliza o termo grego *εἶδοκε* o qual quer dizer que Proerésio somente *parecia* ser um cristão, mas ele era, de fato, um não-cristão, ou melhor, neoplatônico. – *ἐδόκει γὰρ εἶναι χριστιανός*. Dessa forma, considerado neoplatônico, justifica-se o motivo pelo qual era admirado e reconhecido pelo biógrafo. (EUNÁPIO, *Vit Soph.*, p. 513).

A *Vida* de Sopater, que exporemos na seqüência, apresentará duas questões pertinentes para a observação de neoplatônicos na administração imperial. A princípio, indicaremos o clima de competitividade dentro da corte imperial, principalmente, entre as elites cristãs e neoplatônicas e, em seguida, atentar-nos-emos para a maneira como Eunápio avalia, com base nos parâmetros estóicos, a conduta política do imperador Constantino.

Importa-nos considerar, antes da exposição dos excertos, que Sopater era um filósofo neoplatônico e, em virtude de sua *eloqüência* (*πάντων δεινότερος*), *natureza suave* (*φύσεως ὕψος*) e *grandiosidade de alma* (*ψυχῆς μέγεθος*), associou-se rapidamente à corte imperial, esperando, segundo Eunápio, dominar e converter, por meio de seus argumentos, os propósitos e direcionamentos da política de Constantino. Cativado pelo imperador, Sopater passou a sentar-se à direita dele fato

⁷⁴ Tradução nossa: “Todos os gregos se maravilharam com ele (Proerésio), eles obtiveram notícia de sua erudição e que ele era integralmente honesto e incorruptível”.

que, para Eunápio, era “*uma coisa incrível para ouvir e ver*” (*ὁ καὶ ἀκοῦσαι καὶ ἰδεῖν ἄπιστον*). (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 381).

Esse foi o motivo pelo qual o desprezo (*φθόνω*) tomou conta dos outros integrantes da corte imperial que, tardiamente, converteram-se aos estudos de filosofia tal como havia sido sugerido por Sopater. Todavia, o neoplatônico não conseguiu conter a pressão e influência de seus adversários e, para transmitir tal fracasso, o biógrafo se apropriou da figura de Cercopes⁷⁵ a fim de demonstrar a deslealdade dos companheiros de ofício do filósofo. Essa deslealdade teve como antecedente a construção de Bizâncio, em que o imperador transportou uma enorme quantidade de pessoas para residir na região, esvaziando, assim, as demais cidades, a fim de que, de acordo com Eunápio, pudesse ser aplaudido nos teatros por homens tão bêbados que não poderiam segurar o licor. Além disso, em função da quantidade de homens que migraram para Bizâncio, o suprimento de cereais se tornou rarefeito, ou seja, não atendia à população satisfatoriamente. Para o biógrafo, isso é facilmente explicado por causa das dificuldades encontradas pelas embarcações que ambicionavam alcançar o lugar em que Bizâncio havia sido fundada, a não ser que houvesse fortes ventos provenientes do sul para que tais embarcações, carregadas de cereais, pudessem chegar à região em menos tempo. Diante desse cenário de crescente insatisfação popular, o biógrafo revela a maneira como Sopater foi traído por cidadãos romanos que estavam a serviço dos oficiais imperiais em uma sessão no teatro:

Naquele momento, então, lá ocorria o que era freqüente o que era comum de acordo com a natureza das sessões; e os cidadãos foram reunidos no teatro, guiados pela greve de fome. O aplauso da população bêbada era escasso e o Imperador estava grandemente desencorajado. Então, aqueles que tinham sido enviados, pensaram que eles haviam encontrado uma excelente ocasião e disseram: É Sopater, ele que você honra, que tem acorrentado os ventos por aquela excessiva inteligência a qual você mesmo louva e através da qual ele até mesmo se senta no trono imperial⁷⁶. Quando Constantino ouviu isso, ordenou que cortassem a cabeça de

⁷⁵ De acordo com a mitologia greco-romana, Cercopes faz alusão a uma tribo de bandidos que, por se divertirem em atormentar os homens, foram transformados em macacos por Júpiter. Fonte: Disponível em <http://mithos.cys.com.br/6817.htm>; acesso em 28 de abril de 2006. Em latim, “*cercopes*, *um. pl.*” é definido como seres “*metaforforseados em macacos por Júpiter*”. (FERREIRA, [s/d].)

⁷⁶ Em Eunápio, “*ἀλλὰ Σωπατρός γε, ἔφασαν ὁ παρὰ σοῦ τιμωμενος κατέδῃσε τοὺς ἀνέμους δι’ ὑπερβολὴν σοφίας, ἣν καὶ αὐτὸς ἐπαινεῖς, καὶ δι’ ἣν ἔτι τοῖς βασιλείοις ἐγκάθῃται θρόνοις.*” (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p.385).

Sopater e aquelas pessoas foram cautelosas para que isso fosse não em breve dito do que feito. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 385).

Nessa passagem, verifica-se que Eunápio elabora um cenário depreciativo para representar a administração do imperador Constantino, tal iniciativa se torna mais clara se relacionarmos as informações mobilizadas por Eunápio para reconstituir o exercício da política imperial de Constantino. Analisada sob esse ângulo, em sua narrativa biográfica, encontramos um imperador - Constantino - que profere seus discursos a um público bêbado, ou seja, incapaz para absorver as determinações imperiais; a ausência de planejamento para construção de Bizâncio; inchaço populacional promovido pelo imperador a fim de satisfazer seus caprichos individuais e, por fim, a vulnerabilidade do imperador, representada pela influência e fácil persuasão dos cidadãos romanos pertencentes a outras elites locais que estavam no teatro.

Segundo Eunápio, Ablábio, por ciúme, foi o grande responsável pela morte de Sopater, já que o filósofo tinha mais consideração do imperador que o próprio Ablábio na condição de prefeito pretoriano. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 383) Para Penella (1990, p. 52-53), Sopater foi uma vítima não-cristã de um imperador e um prefeito pretoriano convertidos ao cristianismo, ou seja, cristãos.

Para além da morte de Sopater, outro elemento importante a respeito da política de Constantino, e podemos estender estas considerações para seus sucessores, é o caráter violento das ações públicas efetuadas por sobre neoplatônicos. Esse comportamento se opõe aos princípios morais herdados pelo estoicismo e é considerado pelo biógrafo como *tirânico* - *τυραννιδα Κωνσταντιου*. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 441)

Tiranía é um vocábulo proveniente dos discursos clássicos atenienses e encontra ressonância, na Antiguidade Tardia, pelo temor da sociedade romana tardia oriental em desenvolver, nas cidades gregas do Império Romano, tiranias locais. Para Whitmarsh (2005, p. 72-73), esse medo não era completamente sem fundamento, haja vista a facilidade dos poderes locais para tratar brutalmente e explorar seus concidadãos, fenômeno esse descrito rotineiramente pelas fontes históricas do IV e V séculos como *tirânico*. Justifica-se, desse modo, o fim para o qual o estoicismo foi recuperado na Antiguidade Tardia, uma vez que ele atendia às

necessidades de uma causa político-moral. Afinal, é para moral que tendem todos os esforços estóicos. (AUBENQUE, 1972, p. 176).

Assim entendido, a tirania corrompe o bom exercício do poder imperial, tal como os cristãos o fizeram, na visão de Eunápio; e, para manifestar os resultados negativos de comportamentos que se afastam dos princípios estóicos, o biógrafo faz uma analogia entre Sopater e Sócrates que também foi vítima de uma ação política tirânica:

[...] a morte violenta de Sócrates, nós podemos concluir que, depois disso, nada brilhante foi realizado pelos atenienses, mas a cidade gradativamente decaiu (*πολις υπεδωκε*) e, em virtude de sua queda, a Grécia inteira estava arruinada como ele. Então, eu, também, nesse momento, falo de um que pode observar o que aconteceu na realização de uma conspiração contra Sopater (*συνορᾶν ἐξῆν τὸ κατὰ Σωπατρον ἐπιβουλευμα*). (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 383).

O referido fragmento apóia-se na idéia de que a direção para qual Constantino e seus súditos conduze o império, haja vista a falta de observância dos princípios estóicos e suas respectivas ações públicas, em especial, contra filósofos conselheiros e sofistas neoplatônicos que atuavam a serviço da administração imperial, levaram o Império Romano à decadência ou à ruína, como declara o próprio biógrafo pela analogia com a experiência política de Atenas. Esse artifício retórico nos permite inferir que a apropriação da democracia ateniense não foi uma atitude literária arbitrária. Quer-se reivindicar, dessa forma, a manutenção dos privilégios e poder político das famílias abastadas gregas, tal como ocorria no contexto ateniense do século V antes de Cristo.

Em outras palavras, os esforços literários mobilizados nessa obra tencionam, a nosso ver, justificar a legitimidade política dos helenos na sociedade romana imperial por meio de uma rica tradição secular, tendo em vista a perda gradativa do poder político local de que detinham com a emersão e oficialização do cristianismo.

Dado o exposto, compreende-se que o papel relevante do neoplatonismo nas *Vidas* não objetivava resgatar a tradição helênica sedimentada por Platão, Aristóteles e Pitágoras ou figurar grupos ilustres de filósofos e sofistas da região na qual nasceram; mas denunciar o desenvolvimento do processo de fragmentação das instituições políticas cuja causa central, em Eunápio, está vinculada à abertura administrativa do Império aos cristãos.

Se nosso viés interpretativo estiver correto, Eunápio sugere, por intermédio de suas biografias, que o processo de fragmentação imperial tem início em Constantino e culmina em Teodósio, dois imperadores cristãos que desempenharam um papel significativo para consolidação do cristianismo. Possivelmente esse seja o motivo pelo qual a referida fonte histórica começa com Constantino e finaliza com Teodósio, fazendo uma rápida alusão aos benefícios trazidos aos neoplatônicos pelo imperador Juliano. Imaginamos, por conseguinte, que essa organização também não seja produto do acaso.

Não é tampouco uma eventualidade o biógrafo declarar que fatos atinentes à administração do imperador Juliano serão abordados com mais propriedade na *História Universal*. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 447-457) Diante disso, constata-se que todos os sofistas e filósofos neoplatônicos descritos nas *Vidas*, exceto Proerésio, viveram por muito tempo sob o reinado de imperadores cristãos e oportunamente tinham contato direto com eles, tal como expusemos.

Com efeito, Eunápio não aspirava, em sua obra biográfica, fazer uma apologia à Juliano, ao contrário, sua intenção estava voltada à avaliação da política imperial sob o jugo cristão e a situação desfavorável em que se encontravam os sofistas no interior de uma sociedade que os oprimia através da aprovação de decretos e leis que determinavam a total anulação de seus direitos políticos e religiosos, aspecto que será abordado no próximo item.

3.3.1 A ascensão do cristianismo no corpo administrativo do Império Romano no IV século nas Vidas de Eunápio

Como já havíamos indicado sucintamente no segundo capítulo, notamos que, no transcorrer da obra, há ocorrência de vestígios que apontam para a insatisfação do biógrafo em relação ao enrijecimento das leis imperiais por sobre os grupos sociais não-cristãos no cenário político, conforme se observa a seguir:

Então, era com Jâmblico quando ele adorna para louvar por meio da narração a verdade exata; embora ele claramente demonstre como

foram severas as punições e infortúnios (*κολάσεων καί ατυχημάτων*) das leis da corte (*δικαστηρίοις*) (em seus dias, o motivo para essas coisas e suas intenções ele ainda não havia percebido naturalmente para expor como um homem versado em política, nem era esse seu objetivo). (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 375-8).

Trata-se de um fragmento em que o biógrafo nos oferece indícios de suas observações em relação à legislação imperial, marcadas, para ele, com severas punições (*κολάσεων*) e infortúnios (*καί ατυχημάτων*). Tais vocábulos exprimem os juízos de valor apregoados por Eunápio ao exercício do poder imperial. Chama-nos atenção o fato de que *em seus dias, o motivo para essas coisas e suas intenções ele ainda não havia percebido naturalmente* (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 378). Isso sugere, de fato, o gradativo robustecimento das leis imperiais com o passar dos anos, além disso, já indica sinais de opressão e temor desde a época de Iâmblico sob a administração de Constantino.

Outro exemplo expressivo que nos permite avaliar a restrição profissional dos intelectuais neoplatônicos na vida pública versa sobre a seleção oficial de sofistas para ocupar a cátedra de Atenas após a morte do sofista Juliano.

Então, de acordo com a lei romana, teria em Atenas muitos homens para prendê-los e muitos para ouvi-los. Agora, quando esses (sofistas) tinham sido eleitos, os humildes homens foram sofistas somente no nome, e seus poderes foram limitados às paredes de suas salas de conferência e plataforma na qual eles apareciam. (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 487).

Como sofista, entende-se o motivo pelo qual Eunápio afirma estar vivendo em um momento de ruptura - *ρηξιν ό χπόνος* – e de calamidades do Império – *τας κοινὰς συμφοράς* (EUNÁPIO, Vit. Soph., p. 351), uma vez que, além da limitação profissional a que foram vítimas, verificamos que, também, foram objeto de

punições e atitudes hostis desempenhadas por membros da administração local, haja vista a morte de Sopater e Máximo de Éfeso.

Outro caso significativo se encontra na *Vida* de Sosípatra na qual o biógrafo menciona que os discípulos que a iniciaram, momentos antes de partir, disseram a ela: “ὡ τέκνον ἡμεῖς γὰρ ἐπὶ τὸν ἐσπερίον ὠκεανὸν ἐνεχθέντες, αὐτικά ἐπανηξομεν.” (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 408)⁷⁷. Imaginamos que os indivíduos a quem os discípulos se referem são, a rigor, os cristãos, uma vez que Eunápio se reporta a eles nas *Vidas* de maneira indireta, isto é, o biógrafo não declara explicitamente os cristãos como alvo de suas críticas o que se configura como um artifício lingüístico interessante, já que, para aludir aos cristãos, ele mobiliza construções metafóricas, tais como “Gigantes” e “Titãs”, as quais exprimem sua forma de conceber não só os cristãos, mas também o cristianismo.

Athanassiadi (1993, p. 7) complementa essa questão ao declarar que, à luz de Proclo (412 – 485), Gigantes e Titãs se referem a “bestas mitológicas com apenas características externas de seres humanos, os quais durante sua breve passagem na terra escolheram ser governados exclusivamente pelo sentimento”. (PROCLO *apud* ATHANASSIADI, 1993, p. 7) Verifica-se, com isso, a aproximação dos cristãos a monstros arcaicos presentes na mitologia grega.

Para reforçarmos o apoio conferido aos cristãos pela administração imperial, em especial através da promulgação de leis e éditos, demonstraremos como o biógrafo, mais uma vez, recupera a figura de Sócrates para manifestar sua inclinação política acerca do exercício do poder imperial:

[...] eles (os filósofos) passaram a maior parte do tempo (πλεῖστα) correndo riscos (ἐκινδύνευον) nos tribunais (δικαστηρίοις) semelhante a Sócrates no pórtico do Arconte Soberano (βασιλέως στοάν⁷⁸). Tal era seu desprezo por dinheiro e sua aversão a ouro. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 417).

⁷⁷ Tradução nossa: “Ó criança, tome cuidado com eles, nós estamos viajando para o oceano ocidental, mas em breve retornaremos”.

⁷⁸ Wright (1921, p. 416) explica que o termo “Arconte Soberano” usado nas *Vidas* de Eunápio faz alusão a uma passagem citada por Platão, *Euthyphro init.*, em que Sócrates, incriminado

Nota-se, coma leitura dos extratos, que o caráter impositivo das cortes imperiais atentavam contra filósofos e, posteriormente, sofistas neoplatônicos. A tentativa das cortes imperiais, convertidas ao cristianismo, em afastar os não-cristãos do corpo administrativo pode ser percebida a partir do fragmento:

[...] o ritual religioso dos templos em Alexandria e o santuário de Serápis foram dissipados aos ventos, e não somente as cerimônias do culto, mas também as construções, e todas as coisas aconteceram como nos mitos dos poetas (*ποιητικοῖς μύθοις*): os Gigantes (*Γιγάντων*) alcançaram as mais altas categorias (*κεκρατηκότων*). Os templos em Canobo também sofreram o mesmo destino no reinado de Teodósio, quando Teófilo ocupou posição de destaque sobre os queixosos como uma espécie de Eurímédo (*Ευριμέδοντος*). (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 421)⁷⁹.

Teófilo, citado no excerto, era o bispo cristão de Alexandria no reinado de Teodósio e, como pudemos verificar, já havia, entre os intelectuais gregos, rumores de que as famílias cristãs, quando alcançassem o cenário político, representariam uma ameaça aos grupos não-cristãos o que, de fato, solidificou-se. Essa proposição se torna mais evidente na frase utilizada por Eunápio - *του των χριστιανων έργου* – em que a palavra *ἔργου* admite, segundo Penella (1990, p. 144-145), para alguns semanticistas, sentido depreciativo, tais como dano, prejuízo, transtorno e, para outros, a palavra incorpora um sentido neutro, tais como fato, acontecimento, feito, entre outros. Pelo contexto da obra, admitimos as considerações dos primeiros. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 503).

Assim entendido, a passagem exhibe o ingresso de membros da Igreja nos ofícios públicos; isso reforça a idéia de rivalidade entre cristãos e não-cristãos para ocupação de cargos oficiais e justifica o motivo pelo qual os neoplatônicos eram perseguidos. Bury (1958, p. 65) sustenta que era comum a política imperial delegar ofícios administrativos aos bispos, tal como juizes de casos civis, os quais se

impiedosamente, é encontrado no pátio do arconte que investigou tais acusações; este finge que freqüentou as cortes, considerando Sócrates, como representante de um poder, que deveria ser evitado pelos romanos.

⁷⁹ Conforme mencionamos, percebemos que alguns vocábulos utilizados pelo tradutor Wright comportam juízos de valor e dirige-nos a uma interpretação forçada do documento. No caso em questão, ao declarar que “*Teophilus presided over the abominable ones like a sort of Eurymedon*”, não encontramos na passagem da fonte um termo grego que condissesse a “abominável, execrável ou odioso”. Por essa razão, preferimos a tradução literal dos termos.

tornaram, sob Teodósio, verdadeiras autoridades eclesiásticas na administração local de tal forma que suas decisões não aceitavam recurso ou direito de apelação.

Outro aspecto importante diz respeito ao Gigante Homérico *Εύρυμέδοντος* o qual, segundo Athanassiadi representa, na mitologia grega, aquele que arruinou despreocupadamente pessoas e pereceu por si mesmo. (1993, p. 7). Essa acepção, com efeito, ajusta-se à imagem que o biógrafo constrói por sobre os cristãos, visto que, segundo ele, eles foram responsáveis por *numerosos crimes (πολλοῖς αμαρτημασιν)*, ao condenar a punições, pelos tribunais citadinos, homens sem culpa. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 425). Eunápio, em seguida, confessa que esses homens, vítima da violência das cortes, eram, em seus túmulos, freqüentemente visitados e considerados mártires (μαρτυρες) e embaixadores (πρεσβεις) dos deuses para transmitir as orações dos homens. Diante disso, conclui o biógrafo que *estes são os deuses que a terra produz*⁸⁰. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 425). Assim sendo, é por meio do surgimento, da aceitação e da legitimação desses *deuses*, que Eunápio explica como a unidade político-administrativa do Império Romano se fragmentou.

Para isso, o biógrafo associa o enfraquecimento do Império pelas invasões bárbaras e a corrupção administrativa aos cristãos no exercício do poder imperial. A princípio, observemos como o biógrafo atribuiu aos cristãos a responsabilidade de ter auxiliado os inimigos bárbaros a penetrar as fronteiras do Império Romano.

Era no tempo de Alarico quando os bárbaros invadiram a Grécia através de Termópila, tão facilmente quanto tivessem atravessado um estádio aberto ou uma confortável planície para cavalos. Essa passagem da Grécia foi posta aberta para ele (Alarico) pela impiedade dos homens vestidos em roupas pretas que entraram na Grécia sem impedimento em companhia dele, e pelo fato de as leis e as restrições dos regulamentos dos hierofantes terem sido anuladas. Mas tudo isso aconteceu nos últimos dias, e minha narrativa desviou-se porque eu mencionei a profecia. (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 439).

Trata-se de um excerto muito rico que demonstra o ingresso livre, ou seja, sem impedimentos dos bárbaros comandados por Alarico em território romano. A entrada, no olhar de Eunápio, foi viabilizada pelos *homens vestidos em roupas pretas*, ou seja, os cristãos. Dessa forma, acreditamos que a responsabilidade

⁸⁰ Αλλ' ὅμως ἡ γῆ φέρει τοὺς τοὺς θεοὺς.

dos cristãos pela invasão bárbara pressupõe a vulnerabilidade da administração imperial governada por essa categoria social. Inferimos que, para além da questão religiosa, Eunápio tenciona registrar, paralelamente às grandes realizações pessoais de filósofos e sofistas neoplatônicos no cenário político, o fracasso da unidade administrativa, no que diz respeito à integridade das instituições políticas sob a direção dos cristãos.

Percebemos, com essa narração, outra importante analogia construída por Eunápio. De um lado, o biógrafo descreve neoplatônicos na condição de emissários e prefeito pretoriano para simbolizar, a princípio, o êxito que obtiveram nas negociações de paz, especialmente com os persas; e o prestígio e honras que conquistaram em decorrência dos altos cargos administrativos que ocuparam. De outro lado, Eunápio expõe a fragilidade do Império pelo ingresso das elites cristãs no corpo administrativo e os privilégios que, com isso, passaram a gozar, já que *as leis e as restrições dos regulamentos dos hierofantes foram anuladas*.⁸¹ (EUNÁPIO, *Vit. Soph.*, p. 439).

Compreendemos, então, que a construção das diversas analogias que aparecem nas *Vidas* de Eunápio tenciona fortalecer a imagem dos homens pertencentes aos círculos neoplatônicos os quais almejavam a ascensão social na estrutura administrativa do Império, assim como as famílias abastadas e líderes religiosos cristãos. Diante disso, o olhar do biógrafo Eunápio por sobre a ascensão do cristianismo na administração imperial, ou melhor, sua perspectiva analítica não poderia ser diferente. Afinal, as passagens demonstram que é, sob a ótica neoplatônica, que o Império Romano é observado e é, por meio dela, que os fatos históricos que circundam os neoplatônicos tardios ganham inteligibilidade.

3.4 Caminhos para reflexão e compreensão das biografias eunapeanas

⁸¹ No que diz respeito à ameaça cristã, Penella (1990, p. 143) chama atenção para o valor funcional do cristianismo no contexto de calamidades sociais e políticas pelas quais o Império passava e associa-as, mais uma vez, aos cristãos. Digo melhor, Penella defende que Eunápio atribui aos cristãos os fatores internos e externos do processo de fragmentação das instituições políticas; internos pela tirania, violência e ausência de valores morais, práticas que redundam na corrupção da alma e afeição aos elementos mundanos; e externos, pois eles facilitaram as incursões bárbaras.

Consoante averiguamos, no transcorrer desse capítulo, nossa análise não ambiciona se restringir à questão religiosa – *cristianismo e paganismo* - demasiadamente observada pela historiografia anglo-americana nas últimas décadas do século XX, com exceção da década de 1990. À guisa de ilustração, Buck (1988, p. 53), tendo em vista a questão religiosa impressa na obra biográfica, declara que Eunápio acredita que a prosperidade e integridade do Império Romano depende da contínua observância dos deuses não-cristãos. E, nesse aspecto, concordamos com o pesquisador; afinal, trata-se de uma linha de raciocínio comum na literatura neoplatônica da Antiguidade Tardia. (ATHANASSIADI, 1993, p. 7).

Ressaltamos, por conseguinte, que não se trata apenas de um embate religioso; mas, sim, político-religioso, porquanto consideramos que, no calor do processo de consolidação das elites cristãs no Império Romano, a questão político-administrativa detém um valor funcional significativo a qual foi, para muitos historiadores, ofuscada em virtude da ênfase que se atribuiu à questão religiosa.

Além disso, convém reiterar que a corrente filosófica neoplatônica utiliza o aparato simbólico da esfera religiosa, já presente na sociedade romana, para legitimar o poder imperial, como artifício retórico válido para justificar a autoridade política das elites neoplatônicas e conferir reconhecimento a elas por intermédio da notoriedade de alguns integrantes. Consoante advogamos, partimos do pressuposto de que a notoriedade de um indivíduo é transmitida aos demais que pertencem à mesma categoria social e compartilham a mesma corrente filosófica.

Avaliado sob esse ângulo, o resultado do esforço discursivo de Eunápio, o qual envolve a seleção de fatos e pessoas bem como os artifícios retóricos concernentes ao gênero encomiástico, a saber: analogia, genealogia, aparato simbólico religioso e assim por diante, redundam, por um lado, na tentativa de assegurar a representatividade política de filósofos e sofistas neoplatônicos e, por outro lado, justificar suas habilidades e competências políticas para o exercício de ofícios públicos. No interior dessa vertente analítica, a questão administrativa e a representatividade política vêm à tona quando deixamos de avaliar o documento somente pela perspectiva religiosa.

Desse modo, torna-se fácil compreender que, dentro da dinâmica de ascensão social embasada nos princípios de influência e recomendação, Eunápio aspirou escrever uma obra em formato biográfico para transmitir aos membros da corte imperial, público-alvo, a importância e o poder de específicos integrantes das famílias tradicionais neoplatônicas, no transcorrer dos anos, para a manutenção da harmonia política bem como da unidade administrativa e, antagonicamente, os efeitos deletérios do afastamento das elites não-cristãs do corpo administrativo. Para isso, o biógrafo utilizou, como apoio, as experiências pretéritas da cultura clássica e o embasamento teórico-religioso do neoplatonismo, oriundo de Plotino e Iâmblico para fundamentar a aquisição de poder desses intelectuais.

CONCLUSÃO

A princípio, nosso trabalho investigativo por sobre a obra biográfica de Eunápio, intitulada *Vidas de Filósofos e Sofistas*, pretendeu ambientá-la em uma discussão historiográfica direcionada à compreensão das características inerentes ao gênero biográfico na Antiguidade Tardia. Ambicionamos, dessa forma, demonstrar a maneira pela qual os intelectuais da sociedade romana oriental tardia, em especial Eunápio, concebiam o referido tipo de texto.

Com base nas evidências textuais apresentadas no corpo do primeiro capítulo, averiguamos que a distinção entre os discursos histórico e biográfico no IV século oferece fronteiras muito tênues o que nos permitiu afirmar que a diferença entre ambos os tipos de texto se deve muito mais aos esforços de categorização textual da contemporaneidade do que dos próprios cidadãos da sociedade romana tardia. Queremos dizer com isso que há um intercâmbio contínuo de artifícios retóricos e estratégias argumentativas no interior desses dois tipos de texto de tal forma que não é pertinente segmentá-los ou tratá-los de maneira isolada, como se não fosse possível, por exemplo, considerar as biografias com fontes históricas.

A partir dessas considerações, declaramos que as fontes literárias das sociedades clássicas devem ser lidas tendo em vista o objetivo para o qual foram escritas e não a partir da moldura textual eleita para produção do discurso. Adicionado a isso, elaboramos uma pequena reflexão acerca das concepções de *história* e *biografia* na concepção de Eunápio a fim de que as proposições elaboradas sobre as *Vidas* no transcorrer da dissertação obtivessem o respaldo da maneira como o próprio biógrafo confere inteligibilidade à prática discursiva nessas duas modalidades.

Verificamos, diante disso, que o único elemento diferenciador dos textos é o enfoque a partir do qual os fatos serão relatados, isto é, enquanto a biografia se encarrega do indivíduo de maneira mais pormenorizada a; história, por outro lado, ambiciona acontecimentos atinentes à coletividade, porém ambos os gêneros textuais podem reproduzir os mesmos objetivos, tal como percebemos entre a *História Universal* e as *Vidas* de Eunápio as quais, no geral, apontam para o motivo pelo qual o Império Romano no IV século enfrenta calamidades institucionais. Assim,

o cristianismo e seus adeptos emergem dos escritos do biógrafo como responsáveis pelos infortúnios vivenciados pelos romanos no período em questão.

Na tentativa de apreender a intencionalidade com que a obra biográfica de Eunápio foi redigida, tecemos algumas considerações acerca do fenômeno político-cultural denominado por Filóstrato de *Segunda Sofística* a qual representou o retorno da sofística grega na sociedade romana oriental tardia a partir do II século cujo eixo temático versa sobre a atuação profissional de filósofos e sofistas no campo político-administrativo. Ressalta-se, com base nisso, a relação mútua de solidariedade estabelecida entre os imperadores romanos e os sofistas ou filósofos detentores das técnicas de retórica e habilidades oratórias, indispensáveis para inserção em ofícios públicos, já que a atuação profissional desses intelectuais se enveredava, em grande medida, à esfera política.

Conforme observamos, a Segunda Sofística, assim entendida, aproxima-nos do campo político. Já que Eunápio é reconhecido como um sofista e, tal como os demais, almeja angariar elevados cargos administrativos, meio pelo qual o cidadão romano das elites locais no IV século conquista honras e privilégios políticos, não foi difícil perceber o direcionamento político diluído na exposição das biografias. Estabelecida essa orientação político-cultural, porquanto envolve concepções de Paidéia e retórica veiculadas no espaço político, buscamos, a partir das próprias declarações de Eunápio, reminiscências da tradição biográfica que colaborou para a escrita de suas *Vidas*.

Tal estudo se mostrou útil para verificarmos as singularidades que o biógrafo imprimiu ao gênero biográfico. Destaca-se, então, o estilo pessoal com que as biografias foram organizadas, já que os personagens descritos mantiveram, em sua maioria, contato com o biógrafo e fazem parte de seu círculo de amigos. Além disso, o biógrafo exprime diversas passagens autobiográficas para revelar sua inserção direta sobre os fatos mencionados.

Cogitamos, tendo em vista essas observações gerais sobre as especificidades da composição da obra biográfica bem como a seleção dos indivíduos biografados, a possibilidade de que Eunápio tenha, através das *Vidas*, elaborado uma fonte histórica que se propusesse justificar a representatividade política das elites neoplatônicas da Ásia Menor, posto que se trata da região em que o biógrafo e os personagens biografados viveram. Essa representatividade se constrói nas *Vidas* à proporção que Eunápio manifesta a competência político-

administrativa de filósofos e sofistas neoplatônicos pertencentes às famílias abastadas da província da Ásia Menor em oposição às elites romanas cristãs.

Diante disso, nossa análise possibilitou apreender os mecanismos retóricos mobilizados por Eunápio para construir, em nível literário, a representatividade política das elites locais neoplatônicas da Ásia Menor por intermédio de membros específicos desses grupos sociais de tal forma que a notoriedade incorporada um integrante da elite se transmitisse automaticamente aos demais cidadãos que pertencem à mesma categoria social. A esse artifício discursivo que consiste em instituir um círculo social de excelência, designamos *modelo de paridade*. No limite, esse era o mecanismo retórico que conferia unidade e poder a um seleto grupo da sociedade que se visava opor à emergência das famílias abastadas cristãs as quais, apoiadas pelas leis imperiais, passaram a concorrer aos cargos administrativos oferecidos pelo Império.

A competitividade política que contaminou a dinâmica da ascensão social de membros da elite nos quadros administrativos imperiais levou o historiador Peter Brown a se referir ao IV e V séculos como *período de ambição*, caso observemos esse momento histórico pela ótica da nomeação de cidadãos romanos aos ofícios públicos disponibilizados pela estrutura burocrática do Império.

Sendo assim, consideramos o *cristianismo* e o *helenismo*, ou seja, esse embate religioso, o pano de fundo das produções literárias do IV século. Trata-se de uma discussão que, de fato, permeia a superfície das fontes históricas do período, haja vista a forte penetração das controvérsias religiosas no contexto político-administrativo na Antiguidade. Assim, ao nos debruçarmos sobre os estudos nas sociedades greco-romanas não podemos desvincular o *político* e o *religioso* como se fossem esferas sociais distintas.

Sob essa ótica, atentamo-nos para a forma como sofistas e filósofos neoplatônicos foram representados na obra biográfica de Eunápio. Percebemos, nesse sentido, que a figura de ambos os intelectuais incorpora um caráter divino singular que não só os diferenciava dos demais, tornando-os superiores pela aproximação com o mundo supra-sensível, mas também legava a eles uma força divina que os habilitava como *agentes de poder*, em outras palavras, tratava-se de homens que proferiam um conhecimento verdadeiro; posto que, este, não era produto das reflexões mundanas e, sim, do plano divino, o qual dispensava os mistérios da sociedade aos homens divinos por meio da revelação ou presságios.

Detentores do conhecimento divino, os neoplatônicos aparecem nas *Vidas* como mantenedoras da harmonia política imperial em uma fase conturbada em virtude das incursões bárbaras em diferentes regiões do Império. Dentro desse contexto, o biógrafo expõe as vitórias conquistadas pelo Império Romano com a atuação profissional desses intelectuais como se representassem uma solução à instabilidade política corrente. Diante disso, chama-nos atenção as lamentações do biógrafo em relação à restrição profissional a que os neoplatônicos foram submetidos após o reinado de Constantino, imperador responsável pela oficialização do cristianismo.

A orientação político-religiosa do Império Romano e o enrijecimento das leis imperiais em prol da filosofia cristã preteriam gradativamente homens não-cristãos do cenário político-administrativo e colaborava, por outro lado, para o ingresso dos cristãos em elevados cargos públicos. Pensamos que seja esse cenário que possibilitou e instigou Eunápio a realizar uma avaliação crítica do exercício do poder imperial sob o reinado dos imperadores cristãos de Constantino a Teodósio, excetuando-se o imperador Juliano, os quais tiveram seus reinados caracterizados pelo biógrafo como *tirânicos*. Dito de outro modo, esses imperadores implantaram medidas ameaçadoras aos cidadãos não-cristãos, haja vista a hostilidade que os neoplatônicos enfrentaram nas cortes imperiais, entre os quais, Sopater e Máximo emergem como figuras ilustrativas da punição máxima a que poderiam ser vítimas. Outro fator importante diz respeito ao desaparecimento em público dos filósofos não cristãos os quais se mostravam cômicos das medidas hostis adotadas pelo Império.

Esse olhar crítico por sobre a administração imperial cristã utilizou como base teórico-filosófica as concepções morais estoicas incorporadas pelo neoplatonismo. Com isso, o biógrafo sugere que os cristãos não retêm os conhecimentos filosóficos necessários para habilitá-los como homens públicos ou mantenedores da harmonia política. Isso se justifica pelas transgressões comportamentais e medidas administrativas que puseram o Império em perigo, entre elas, a entrada, sem resistências, de bárbaros em território romano a qual é atribuída aos cristãos.

Como se observa, Eunápio explica o enfraquecimento das instituições políticas do Império Romano pelo afastamento das elites locais não-cristãs, em especial neoplatônicas, do corpo administrativo e confere, à luz do neoplatonismo, inteligibilidade às dificuldades a que o Império se submetia.

Por fim, pela eleição de intelectuais neoplatônicos envolvidos em grandes *realizações pessoais* no campo político e os juízos de valor legados ao cristianismo como força política, notamos que as *Vidas de Filósofos e Sofistas* simbolizam mais do que uma simples tentativa de representar o passado helênico clássico ou realizar uma apologia ao neoplatonismo ou externar o estilo de vida ascético de neoplatônicos ou apresentar uma forte crítica ao cristianismo na condição de religião oficial do Império; enfim, imaginamos que a obra não pode ser compreendida fora do contexto de competitividade política entre as famílias abastadas cristãs e não-cristãs no cenário político-administrativo, haja vista ser o próprio biógrafo um sofista, membro da elite local de Sardes e detentor de cargos públicos no reinado de Juliano.

Com isso, enunciamos uma vertente analítica que permite ir além do embate religioso veiculado na superfície do discurso biográfico, o qual já se apresenta como senso-comum na historiografia sobre o tema. Além disso, imaginamos que nossa contribuição seja vantajosa à compreensão das fontes históricas do IV século.

REFERÊNCIAS

1 Fontes Textuais

EUNAPIUS, The Lives of the Philosophers and Sophists. In: PHILOSTRATUS; EUNAPIUS. **English translation by Wilmer Cave Wright**. London: William Heinemann, 1922.

EUNAPIUS. Fragments. In: BLOCKLEY, R.C. (Trad.) **The fragmentary classicising historians of the later Roman Empire**. Liverpool: Francis Cairns, 1983. p. 7-150.

2 Obras de Referência

DIVRY, D. C. **English–greek and greek-english**. New York: Divris, 1964.

FERREIRA, A . G. **Dicionário de latim-português**. Lisboa: Porto, [s/d].

ISIDRO PEREIRA, S. J. **Dicionário grego-português e português-grego**. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998.

3 Obras Específicas

ALFÖDI, A. **A conflict of ideas in the later Roman Empire**. Westport: Greenwood Press, 1979.

ANDERSON, G. **Sage, saint and sophist**. London: Routledge, 1994.

_____. **The second sophistic: a cultural phenomenon in the Roman Empire**. London and New York: Routledge, 1993.

ANDRADE, M. A . A. Cultura e representações sociais: considerações metodológicas. **Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 2, p. 25-39, set. 1996.

ASMUS, R. Das Leben des Philosophen Isidoros von Damaskios aus Damaskos. **Die philosophische Bibliothek**, Leipzig, v. 125, p. 11-25, 1911.

ATHANASSIADI. P. Philosophers and oracles: shifts of authority in late paganism. **Byzantion**, Bruxelles, v. 62, p. 45-62, 1992.

_____. Persecution and response in late paganism. **JHS**, Oxford, n. 153, p. 1-29, 1993.

BANCHICH, T. M. Eunapius and Jerome. **GRBS**, Durham, v. 27, n. 3, p. 319-329, 1986.

BAKER, A. Eunapius' Νέα Εκδόσις and Photius. **GRBS**, Durham, v. 29, n. 4, p. 389-402, 1988.

BARNES, T.D. **From Eusebius to Augustine**: Selected Papers. Great Yarmouth, Norfolk, Great Britain: Variorum, 1994.

BARROS, J. A. A história cultural francesa – caminhos de investigação. **Revista de História e Estudos Culturais**, Rio de Janeiro, ano 2, v. 2, n.4, p. 1-17, out./dez. 2005. Disponível em <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em: 21 nov. 2006.

BAYNES, M.H. **Byzantine studies and other essays**. Westport: Greenwood Press, 1974.

BENKO, S. **Pagan Rome and the Christians**. London: Batsford, 1985.

BEARD, M.; NORTH, J; PRICE, S. **Religions of Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BLOCKLEY, R.C. Constantius II and his generals. In: DEROUX, C. (Ed.) **Studies in latin literature and roman history**. Bruxelles: Universa, 1980. p. 467- 86.

BLOCH, M. Why oratory? In: _____. **Political language and oratory in traditional society**. London: Academic Press, 1977.

BOURDIE, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1974.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOTALLA, H. L.; ZURUTUZA, H. A. **Paganismo y Cristianismo**: pervivencias y mutaciones culturales (siglos III – IX). Argentina, Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2000.

BORGES, V. P. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 203-232.

BOWDER, D. **The age of Constantine and Julian**. London: Paul Elek, 1978.

BOWERSOCK, G. W. **Hellenism in late antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

BOWIE, E. The geography of the second sophistic: cultural variations. In: BORG, B. E. (Ed.) **Paideia**: The world of the second sophistic. Berlim: Christopher Schneider, 2005.

BOWMAN, A ; RATHBONE, D. Cities and administration in Roman Egypt. **JRS**, London, v. 82, p. 107-127, 1992.

BRANDÃO, J. L. A divinização no mundo helenizado do segundo século. **Clássica**, São Paulo, v. 4, p. 103-121, 1991.

BRAUCH, T. The prefect of Constantinople: Themistius. **Byzantion**, Bruxelles, v. 63, p.37-77, 1993.

BRESCIANI, S; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

BROWN, P. **O fim do mundo clássico**. Lisboa: Verbo, 1972.

_____. **Power and persuasion in Late Antiquity**. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.

_____. Asceticism: Pagan and Christian. In: CAMERON,A.; GARNEY,P. **The Cambridge Ancient History**: The Late Empire. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.337-425.

_____. Antiguidade Tardia. In: _____ **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 225-300.

_____. **Authority and the sacred**: Aspects of the Christianisation of the Roman World. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. **The making of Late Antiquity**. Harvard: Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts and London, England, 1996.

BRUN, Jean. **O neoplatonismo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1988.

BUCK, D. F. Eunapius lives of the sophists: a literary study. **Byzantion**, Bruxelles, v. 62, p. 141-157, 1992.

_____. Did Sozomen use Eunapius'Histories? **Museum Helveticum**. Basel, v. 6, n. 1, p. 15-25, 1999.

_____. Eunapius of Sardis and Theodosius the Great. **Byzantion**, Bruxelles, v. 53, p. 36-53, 1988.

BURKE, P. **A fabricação do rei**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.

_____. **Variedades de história cultural**. Tradução de Aldo Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURY, J. B. **Later Roman Empire**: from the death of Theodosius I to the death of Justinian. New York: Dover Publications, 1958.

CAMERON, A. Paganism and literature in late fourth century Rome. In: _____. **Christianisme et formes littéraires de l'Antiquité Tardive en Occident**. Vandouervres-Genève: Fondation Hardt, 1976, p. 1-40.

_____. **The later Roman Empire**. London: Fontana Press.1993.

_____. (Org.) **History as text**: The writing of ancient history. London: Duckworth, 1990.

_____. **The mediterranean world in Late Antiquity**. A.D 395-600: London and New York: Routledge, 1993.

_____. Education and literary culture. In: CAMERON,A.; GARNEY,P. **The Cambridge Ancient History**: The Late Empire, a.D 337-425. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CANNADINE, D. Divine and rites of kings. In: CANNADINE, D.; PRICE, S. (Ed.) **Rituals of royalty**: power and ceremonial in traditional societies. Cambridge University Press, 1987. p. 1-19.

CARVALHO, M. M. **Paidéia e retórica no séc. IV d.C.**: a construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno. 2002. 234 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo São Paulo.

_____. **Análise da legislação municipal do imperador Juliano**: cúrias e decuriões. 1995. 122 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARTLEDGE,P. **The greeks**: A portrait of self and others. Oxford, Oxford University Press, 2002.

CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.) **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CARNEY, T. F. **Bureaucracy in traditional society**: roman-byzantine bureaucracy viewed from within. Lawrence: Coronado Press, 1971.

_____. **The shape of the past**: models and antiquity. Lawrence: Coronado Press, 1975.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHADWICK, H. Envoi: on taking leave of antiquity. In: BOARDMAN, J.; GRIFFIN, J.; MURRAY, O. **The Oxford History of The Roman World**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1998.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHAIA, M. **Biografia**: método de reescrita da vida. São Paulo: Hacker, 1997.

CHÂTELET, F. **História da filosofia idéias**: a filosofia pagã do século VI a.C. ao século III d.C. Tradução de Maria José de Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

CHUVIN, P. **A chronicle of the last pagans**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

CLOTA, J.A. **El neoplatonismo**. Barcelona: Anthropos, 1989.

COX, P. **Biography in Late Antiquity**: a quest for the holy man. Berkely: University of California Press, 1983.

CRAWFORD, M.H. Roman imperial types and the formation of public opinion. In: BROOKE, C.N.L. (Ed.) **Studies in numismatic method**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 47-64.

DOODS, E.R. Theurgy and its relationship to neoplatonism. **JRS**, London, v. 37, p. 55-69, 1947.

DOWNEY, G. Education in the Christian Roman empire: Christians and pagans theories under Constantine and his successors. **Speculum**, Cambridge. v. 32, p. 48-61, 1957.

DVORNIK, J.F. **Early Christians and byzantine political philosophy.** Washington: The Dumbarton Oaks Center for Byzantine Studies, 1966.

EHRHARDT, A. The political philosophy of neo-platonism. **Studi in onore di Vincenzo Arangio-Ruiz**, Napoli, v.1, p.457-482, 1953.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ERRINGTON, R.M. Constantine and the pagans. **GRBS**, Durham. v. 29. n. 3. p.309-318, 1988.

FABBRINI, R. Das linhas incertas onde a vida se insere. In: HISGAIL, F. **Biografia: sintoma da cultura.** São Paulo: Hacker, 1997.

FEARS, J. R. The cult of virtues and Roman imperial ideology. In: _____. **Aufstieg und Niedergang der römischen Welt.** Berlin: Gutersloh, 1982. p. 827-948.

FINLEY, M. I. **História antiga: testemunhos e modelos.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia.** São Paulo: Ática, 2001.

FLINTERMAN, J. J. Sophists and emperors: a reconnaissance of sophistic attitudes. In: BORG, B. E. (Ed.) **Paideia: the world of the second sophistic.** Berlin: Christopher Schneider, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FOWDEN, G. The pagan holy man in late antique society. **JHS**, London, n. 102, p.33-59, 1982.

_____. **The egyptian Hermes:** a historical approach to the late pagan mind. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. **Empire to commonwealth:** consequences of monotheism in late antiquity. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993.

FOX, R.L. **Pagans and Christians.** London: Penguin, 1986.

FREEMAN, D.S.; LEE, R.E. **A biography**. New York: Charles Scribners, 1935.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GENTILI, B.; CERRI, G. **History and biography in ancient thought**. Amsterdam: J.C. Gieben, 1988.

GIGON, O. **Die antike kultur und das Christentum**. Berlin: Gutersloh, 1966.

GOLDHILL, S. (Org.) **Being Greek under Rome: cultural identity, the second sophistic and the development of empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GONÇALVES, A. T. M. A legitimação do poder imperial e os problemas sucessório nos brevíários de história romana produzidos no IV século d.C. **História Revista**, Goiânia v. 11, n.1, p. 1-16, 2006.

GRUBE, G.M.A. **The Greek and Roman critics**. Great Britain: Methuen, 1965.

HÄGG, T. (Ed.), **Greek biography and panegyric in Late Antiquity: transformation of the classical**. Berkeley: University of California Press, 2000.

HARRIES, J; WOOD, I. (Ed.) **The theodosian code: studies in the imperial law of late antiquity**. Oxford: Duckworth, 1993.

HIDALGO DE LA VEJA, M.J. **Sociedad y ideologia em el Império Romano: Apuleyo de Madaura**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1986.

_____. **El intelectual, la realeza y e poder político en el Império Romano**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

HOPKINS, K. Eunuchs in politics in the later Roman Empire. In: _____ (Org.). **Proceedings of the Cambridge Philological Society**, Cambridge, 1963. p. 62-80.

HÜBINGER, P. E. **Spätantike und frühes Mittelalter: ein Problem historischer Periodenbildung**. Darmstadt: Wiss. Buchges, 1952.

ISABAERT, B. Two textcritical notes on Eunapús “ Life of Prohaesios “. **L’antiquité classique**, Bruxelles, v.19, p. 265-268, 2000.

JONES, A.H.M. **The later roman empire (284-602)**: a social economic and administrative survey. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1964.

_____. **The decline of the ancient world**. London and New York: Longman, 1966.

JONES, C.P. Multiple identities in the age of the second sophistic. In: BORG, B. E. (Ed.) **Paideia**: The world of the second sophistic. Berlin: Christopher Schneider, 2005.

KASTER, R.A. **Guardians of language**: The grammarian and society in late antiquity. Berkeley: University of California Press, 1988.

KENNEDY, George, A. **A new history of classical rhetoric**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KONSTAN, D. Philosophy, friendship, and cultural history. In: _____ (Org.) **Inventing ancient culture**: historicism, periodization, and the ancient world. London and New York: Routledge, 1997.

LAISTNER, M.L.W. **Christianity and pagan culture**. Ithaca: Cornell University Press. 1978.

LAURENCE, R. Introduction. In: LAURENCE, R.; BERRY, J. (Org.) **Cultural identity in the roman empire**. London: Routledge, 1998. p.1-9.

LEE, S. **Principles of biography**. Cambridge: University Press, 1911.

LEHNERT, G. Griechisch-römische rhetorik: Bericht über das Schrifttum der Jahre 1915-1925. **Burs**, Jahresb. n. 285, p. 5-211, 1944.

LEVICK, B. The roman economy: trade in Asia Minor and the niche market. **Greece & Rome**, Oxford, v. 51, n. 2, p. 180-198, 2004.

LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: Rémond, R (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

LEUVEN, J. B. Fact and fiction, falsehood and truth. **Museum Helveticum**, Basel, v. 56, p. 65-75, 1999.

LIEBESCHUETZ, J. H. G. W. **From Diocletian to the arab conquest**: Change in the late roman empire. Great Britain: Variorum, 1996.

LIM, R. **Public Disputation, power and social order in late antiquity**. Berkeley, Los Angeles, London: University of Califórnia Press, 1995.

_____. Religious disputation and social disorder in late antiquity. **CSAAR**, Massachussets, v. 49, n. 2, p. 204-231, 1995.

LOT, F. **O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1968.

MACHADO, Carlos Augusto. **Imperadores imaginários**: política e biografia na História Augusta. 1998. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Mudança Urbana e o Fim do Mundo Antigo. In: CHEVITARESE, A . L.; ARGÔLO, P. F.; RIBEIRO, R. S. **Sociedade e religião na antiguidade oriental**. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros –SENAI, 2000. p. 148-167.

MALINGREY, A.M. **Philosophia**. Paris: Klincksieck, 1961.

MARROU, H.I. A explicação e seus limites. In: _____. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATTHEWS, J.F. **Latin literature of the fourth century**. London: Routledge and Kegan Paul, 1975.

_____. Roman life and society. In: BOARDMAN,J; GRIFFIN,J; MURRAY,O. **The Oxford History of The Roman Word**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1998.

MAUROIS, A. **Aspects de la biographie**. Paris: Au Sans Pareil, 1928.

MENDES, N.M. Romanização: cultura imperial. **Phoênix**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 307-324, 1999.

_____. Imperadores e senadores no baixo império romano. **Phoînix**, Rio de Janeiro, v.2, p. 259-274, 1996.

MELLOR, R. **The roman historians**. London and New York: Routledge, 1999.

MEREDITH, A. Later philosophy. In: BOARDMAN, J.; GRIFFIN, J.; MURRAY, O. **The Oxford History of The Roman World**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1998.

MILES, R (Ed.) **Constructing identities in Late Antiquity**. London and New York: Routledge, 1999.

MILLAR, F. **The emperor in the roman world**. London: Duckworth, 1992.

MOMIGLIANO, A. **Los orígenes de la biografía en la Grecia Antigua**. México: Ed. FCE, 1986.

_____. **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983.

_____. **On pagans, Jews and Christians**. New England: Wesleyan University Press, 1987.

_____. **The development of greek biography**. Massachussets, Cambridge, London: Harvard University Press, 1993.

_____. **De paganos, judíos y cristianos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MOMMSEN, T. **A history of the Rome under the emperors**. London and New York: Routledge, 1992.

MORALES, M. A. **Biografía e narración em la historiografia actual**: problemas actuales de la Historia, Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 1994.

MORLEY, N. **Ancient history**: key themes and approaches. London and New York: Routledge, 2000.

MOXON, S.I; SMART,D.J; WOODMAN, J.A. **Past Perspectives**: studies and roman historical writing. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MURGA, J.L. Ideologias y politicas del bajo imperio y su influencia en los delitos. In: PARICIO, J. (Org.) **Poder politico y derecho en la Roma clásica**. Madrid: Editorial Complutense. 1996. p. 191- 208.

NILSSON, M. P. **Die hellenistische Schule** . Munich, 1955.

NORTH, J. Diviners and divination at Rome. In: BEARD,M.; NORTH, J. **Pagan priests**. London: Duckworth, 1990, p. 51-71,

NORWICH. J.J. **Byzantine**: the early centuries. New York: Alfred A. Knopf. 1989.

OLIVEIRA SILVA, M. A. Plutarco historiador: uma análise das biografias espartanas. 2002. 135 f.. **Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.**

_____. Escrita e poder em Plutarco. **Dimensões**, Vitória, n. 17, p. 91-103, 2005.

OLIVEIRA, W.F. **A Antiguidade Tardia**: de Marco Aurélio a Romulus Augustulus. São Paulo: Ática, 1990.

ORIEUX, J. A arte do biógrafo. In: FERREIRA, C.V. **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, [s.d]. p. 39-47.

PACK, R. Two sophists and two emperors. **Classical Philology**, Roma, n. 42, p. 17-20, fev.1999.

PELLING, C.B.R. **Literary texts and the Greek historian**. London: New York: Routledge, 2000.

_____. Plutarch and roman politics. In: MOXON, I. S.; SMART, J. D.; WOODMAN, A. J. (Eds.) **Past Perspectives**: studies in greek and roman historical writing. Cambridge: University Press, 1986. p. 1 – 25.

PENELLA, R. J. **Greek philosophers and sophists in the fourth century** : studies in Eunapius of Sardis. Great Britain: Redwood Press, Melksham, Wiltshire, 1990.

PÉREZ MEDINA, M. Dos tradiciones em el paganismo romano Del siglo IV? **Florentia iliberritana**, Granada, n. 2, p. 401-408, 1991.

PERNOT, L. La seconde sophistique et l'antiquité tardive. **Clássica**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 30-44, 2006.

PESAVENTO, S.J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIGANIOL, A. **Historia de Roma**. Buenos Aires: Eudeba, 1961.

PINTO, P.G.H.R. Transformações no paganismo romano. **Phoînix**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 343-369, 1997.

PLEBE, A. **Breve história da retórica antiga**. São Paulo: EPU, 1978.

PRESTON, R. Roman question, greek answers: Plutarch and the construction of identity. In: GOLDHILL, S. (Org.) **Being Greek under Rome**: cultural identity, the second sophistic and the development of empire. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PRICE, S.R.F. **Rituals and power**: the roman imperial cult in Ásia Minor. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

REALE, G. **Historia da filosofia antiga**. São Paulo: Loyola, 1994.

REINHOLD, M. **History of purple as a status symbol in antiquity**. Bruxelles: Universa, 1970.

RICH, J. (Org.) **The city in late antiquity**. London: Routledge, 1991.

RODRÍGUEZ GERVÁS, M.J. **Propaganda política y opinión pública el los panegíricos latinos del bajo império**. Salamanca: Universidad de Salamanca. 1991.

ROJAS, C.A.A. La biografia como gênero historiográfico algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: Schmidt, B. B. (Org.) **O Biógrafo: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

ROMANO, F. **II Neoplatonismo**. Roma: Carocci. 1998.

SACKS, K.S. The meaning of Eunapius`History. **History and Theory**, Wesleyan, v. 25, n. 1, p. 52-67, 1986.

SAGE, P. W. Tradition, genre, and character portrayal: Cyropaedia 8.7 and Anabasis 1.9. **GRBS**, Durham, v. 32, n. 1, p. 61-79, 1991.

SANZI, E. **Cultos orientais e magia no mundo helenístico-romano**: modelos e perspectivas metodológicas. Tradução de Sílvia M. A . Siqueira. Fortaleza: EDUECE, 2006.

SANTOS YANGUAS. N. Juliano e Teodósio: la antitesis de dos emperadores? Memorias de historia antigua. **Oviedo**, Salamanca, v. 15-16, p. 183-213, 1994-1995.

SCHAFF, A. **História e verdade**. Lisboa: Estampa, 1974.

SCHMIDT, B. B. (Org.) **O Biógrafo: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SECO, S.C. La biografia como gênero historiográfico. In: _____. **Once ensayos sobre la historia**. Madrid: Ed. Fundación Juan March, 1976. p. 35-45.

SILVA, G.V. **Reis, santos e feiticeiros**: Constâncio II e os fundamentos místicos da *basileia* 337-361. Vitória: EDUFES, 2003.

_____. Motivações e procedimentos dos levantes populares urbanos no IV Século. **Phoênix**, Rio de Janeiro, v.3, p. 157-168, 1997.

SILVA, G.V. ; MENDES, N. M. (Orgs.) **Repensando o império romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

SILVA, S. C. **Relações de poder em um processo de magia no século II d.C.:** Uma análise do discurso *Apologia* de Apuleio. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca.

STEINMETZ, P. **Untersuchungen zur römischen Literatur des zweiten Jahrhunderts nach Christi Geburt.** Berlin: Palingenesia, 1982.

SCHEMMEL, F. Der Sophist Libanios als Schüler und Lehrer. **NJA**, Basel, v. 20, p. 52-69, 1907.

STANTON, G. R. Sophists and philosophers: problems of classification. **AJP**, Baltimore, v. 94, n. 4, p. 350-365, 1973.

STARR, R.J. The circulation of literary texts in the roman world. **Classical Quarterly**, Oxford. v. 37, n. 1. p. 213-23, 1987.

STAMBAUGH, J.E. **The ancient roman city.** London: The Johns Hopkins University Press, 1988.

STUART, M. How were imperial portraits distributed throughout the roman empire? **AJA**, New Hampshire, v. 43, p. 601-17, 1939.

SWAIN, S. **Hellenism and empire:** language, classicism, and power in the greek world 50 – 250 a.D. Oxford: Clarendon Press, 2003.

TAYLOR, L.R. **The divinity of the roman emperor.** Middletown: Lancaster, 1931.

_____. **The cults of Ostia:** Greek & Roman gods – Imperial cult-oriental gods. Chicago: Ares Publishers, [s/d].

TRONCOSO, V. A. La paideia del príncipe y la ideología helenística de la realeza. **Gérion Anejos**, Coruña, v. 9, p. 185-204, 2005.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília, Distrito Federal: Ed. UNB, 1998.

_____. **A sociedade romana.** Lisboa: Edições 70, 1990.

VOGT, J. **La decadencia de Roma**. Madrid: Guadarrama. 1968.

VOGT, J. **The decline of Rome**: the metamorphosis of ancient civilizations. London: Weidenfeld and Nicolson, 1967.

WALBANK, F. W. **The awful revolution**: the decline of the roman empire in the west, Liverpool: Liverpool University Press, 1969.

WARD-PERKINS, B. The cities. In: CAMERON,A.; GARNEY,P. **The Cambridge Ancient History**: The Late Empire, a.D 337-425. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WERNER, J. **Paidéia**: os ideais da cultura grega. New York: Imprensa da Universidade de Oxford, 1943.

_____. La Biografia en Grécia. In: _____. **Biógrafos griegos**. España: Halar, 1964.

WHITTAKER, T. **The neo-platonists**: a study in the history of helenism. Cambridge: Cambridge University Press, 1918.

WHITMARSH, T. Greece is the world: exile and identity in the second sophistic. In: GOLDHILL,S. (Org.) **Being Greek under Rome**: cultural identity, the second sophistic and the development of empire. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. **The second sophistic**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2005.

ZIEGLER, J. **Zur religiösen Haltung der Gegenkaiser im 4. Jahrhundert n. Chr .** Kallmünz: Frankfurter Althistorische Studien, 1970.